UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

ALEXANDRE FERREIRA LAPA POLAC

**Sentidos do corpo e das práticas corporais nas trajetórias de pessoas que sofreram
violência sexual na infância e na juventude**

São Paulo
2015

ALEXANDRE FERREIRA LAPA POLAC

**Sentidos do corpo e das práticas corporais nas trajetórias de pessoas que sofreram
violência sexual na infância e na juventude**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabete Franco Cruz

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 02 de março de 2015. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Polac, Alexandre Ferreira Lapa

Sentidos do corpo e das práticas corporais nas trajetórias de
pessoas que sofreram violência sexual na infância e na juventude /
Alexandre Ferreira Lapa Polac ; orientadora, Elizabete Franco Cruz.
– São Paulo, 2015

129 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola
de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Violência sexual. 2. Atividade física. 3. Práticas em
saúde. I. Cruz, Elizabete Franco, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 362.88

POLAC, A. F. L. Sentidos do corpo e das práticas corporais nas trajetórias de pessoas que sofreram violência sexual na infância e na juventude. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 02 de março de 2015.

Banca Examinadora

Profª Drª Cristina Landgraf Lee

Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo.

Profª Drª Helena Altmann

Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas.

Prof Dr Ivan França Júnior

Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo

Agradecimentos

O período de construção deste projeto coincidiu com um período de diversas mudanças (e construções) em minha vida. Nesse sentido, o processo pelo qual passou esta dissertação foi um simulacro de minhas vivências: muitas mudanças, muitos questionamentos, muitas alegrias.

As coisas se misturaram a tal ponto que meus questionamentos pessoais se entrecruzavam com a pesquisa, assim como o inverso. Como entendo que *nenhum homem é uma ilha isolada* (John Donne), e que esses questionamentos, vindos de ambos os lados, foram também construídos, direta e indiretamente, por pessoas que estavam ao meu lado, não posso deixar de utilizar este espaço para agradecer algumas delas.

Assim, gostaria de agradecer:

- O Programa de Pós-Graduação de Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP) pela oportunidade de realizar um curso de mestrado interdisciplinar;
- À minha querida orientadora, Elizabete Franco Cruz, pela paciência que teve comigo nessa transição de discursos, pelo aprendizado proporcionado, pelos questionamentos trazidos, pelas leituras sugeridas, pelas discussões, pelas caronas dadas, pela liberdade que tive para transitar por diversos locais na pesquisa, pela humildade apresentada na hora de acolher minhas sugestões. Esse percurso de construção da pesquisa me satisfez e percebo nele sua imensa contribuição. Obrigado;
- Aos integrantes do grupo de estudo do qual fiz parte nestes anos. Elisângela, Patrícia, Adriana, Priscilla, Thiago, Rodrigo, Helena. Obrigado pelas sugestões, pela parceria e cumplicidade; por me ajudarem a pensar em muitas coisas discutidas aqui e por me incentivarem a prosseguir neste tema;
- À Profª Helena Altmann e ao Prof. Dr. Ivan França Junior, por aceitarem participar do exame de qualificação e contribuírem de modo a elevar o nível desta dissertação, com questionamentos, caminhos e incentivo nas considerações da qualificação;

- À Profª Cristina Landgraf Lee, que me ajudou a começar a pensar o tema da violência sexual em outras perspectivas na iniciação científica e me auxiliou nesta busca por um programa de mestrado alinhado com minhas buscas;
- Ao Prof. Marco Antônio Bettine de Almeida, que me incentivou a entrar no Programa e ao apresentar a este minha pesquisa, sugeriu leituras que me ajudaram a compreender um pouco melhor a Educação Física como campo interdisciplinar;
- Ao meu grande amigo Daniel Fujisaka, que me ajudou, em almoços e cafés nesses anos, a digerir, com menor dificuldade, a perspectiva foucaultiana, a questionar os problemas centrais daquilo que eu vinha construindo e a pensar em pontos que apareciam como relevantes. Obrigado também por me incentivar a entrar neste local de mestrando. Sinto-me privilegiado por ser seu amigo;
- Ao meu professor e amigo Eduardo Okuhara de Arruda, que me incentivou a buscar esse caminho, além de me abrir as portas para experimentar a docência na universidade. Agradeço também por me ensinar, vivendo e dizendo, uma perspectiva sobre a Educação Física menos performática e estética. Obrigado pelas conversas após as aulas, pelo trato não hierárquico, pela amizade;
- Aos meus amigos Rafael e Leandro, que começaram esta jornada comigo, mas andaram depois por outros caminhos. Apesar disso, não deixaram de me dar o prazer de usufruir de suas preciosas amizades e também de se orgulharem do local em que estou. Também me orgulho de vocês, do local em que estão e de quem vocês são;
- À minha querida ex-chefe, Meire Marchi Dantas, por permitir que eu construísse um horário de trabalho que possibilitasse a minha participação nos grupos de estudo do mestrado; por me ajudar a repensar o sentido de ser professor; por me instruir muito sobre o universo do movimento, e também por me ensinar a ensinar. Eu me inspiro em você como professor e amante da Educação Física;
- Às entrevistadas e aos entrevistados, que se dispuseram a falar de suas dores, de seus sofrimentos, mas também de seus rompimentos com a culpa

e a vergonha. Aprendi muito com vocês, tanto sobre violência quanto sobre a vida. A superação que vocês apresentaram me instiga. Espero que vocês se percebam nesse trabalho, pois ele é para vocês;

- Aos meus pais, Vilma e Paulo, por me incentivarem e se satisfazerem com esse meu caminho. Não tenho palavras para lhes agradecer, pelo amor e respeito que marcaram suas atitudes comigo e por continuarem a agir assim até hoje. Espero que estejam orgulhosos desse recente marco;
- E à Juliana, amor e paixão da minha vida, que viveu comigo o início e fim dessa jornada, sempre me incentivando, entendendo minhas ausências, minha solidão, minha atenção a esta *outra*; não só entendeu, mas viveu este momento comigo, lendo, ouvindo, discutindo. Obrigado por isto tudo e pelos risos, pela paixão, pelo amor, pelo respeito, pela cumplicidade, pela amizade. Esse caminho foi muito mais tranquilo por causa de você. E quero dedicar a este pequenino ser humano, que está no seu ventre, este trabalho, para que ele saiba que existem canseiras na existência, mas que a beleza também faz parte da vida.

RESUMO

POLAC, A. F. L. **Sentidos do corpo e das práticas corporais nas trajetórias de pessoas que sofreram violência sexual na infância e na juventude.** 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Esta pesquisa apresentou os sentidos sobre corpo e práticas corporais, na trajetória de mulheres e homens que sofreram violência sexual na infância e na juventude. No desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados, como referencial teórico, elementos do pós-estruturalismo. Para se chegar ao proposto, foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas, nas quais foram ouvidas histórias de pessoas que passaram por situação de violência. A análise dos discursos das entrevistas seguiu o proposto por Spink (2004) e identificamos como relevantes os seguintes temas: contextos de apoio (terapia, escola, família), sentidos da violência, gênero e sexualidade, corpo e práticas corporais. Os resultados sinalizam que a violência intrafamiliar é pouco denunciada e que os entrevistados encontraram pequeno apoio na família e na escola. A violência é sentida como algo injusto e o corpo percebido como sujo e coberto de vergonha. E a prática corporal é associada a sentimentos de prazer, autoestima, liberdade. Sugere-se que práticas corporais sejam incluídas em serviços de assistência à pessoas que sofreram este tipo de violência.

Palavras-chave: Violência sexual. Prática corporal. Atividade física. Interdisciplinaridade. Corpo.

ABSTRACT

POLAC, A. F. L. **Senses of body and body practices in the lives of people who have suffered sexual violence in childhood and youth.** 2015, 129 f. Dissertation (Master's degree of Science) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This research presented the senses of body and body practices in the lives of women and men who have experienced sexual violence in childhood and youth. In the research, were used, as theoretical framework, post-structuralism's elements. To reach the proposed, were made 10 semi-structured interviews, in which were heard stories of people who have been through situations of violence. The analysis of speech of the interviews according Spink (2004) was used and we identified the following issues as relevant: support contexts (therapy, school, family), senses of violence, gender and sexuality, body and body practices. The results indicate that domestic violence is poorly reported and that the respondents found a little support in the family and at school. The violence is felt as something unjust and the body is perceived as dirty and covered with shame. And the body practice is associated with feelings of pleasure, self-esteem, freedom. It is suggested that bodily practices are included in care services for people who have suffered this type of violence.

Keywords: Sexual violence. Body practice. Physical activity. Interdisciplinarity. Body.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mudanças no Código Penal Brasileiro no Título VI, em 2009	26
Quadro 2 – Informações sobre os entrevistados	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	11
2	VIOLÊNCIA	18
2.1	Violência sexual	24
2.1.1	Incesto	34
2.1.2	Contextos e efeitos da violência	38
3	CORPO	42
3.1	Cristianismo	44
3.2	Ciência e consumo	50
3.3	Educação Física	59
3.3.1	Prática corporal	65
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	69
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	75
5.1	Entrevistados	75
5.2	Espaços de Apoio	79
5.2.1	Terapia	81
5.2.2	Família	84
5.2.3	Escola	91
5.3	Sentidos da violência	93
5.4	Corpo e prática corporal	100
6	NO FIM, O COMEÇO	112
	REFERÊNCIAS	116
	APÊNDICE A – Carta para participação na pesquisa	127
	APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas	128
	APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido	129

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como temáticas a prática corporal e a violência sexual. O meu interesse por este assunto não se dá em decorrência de traumas que vivi, mas sim em função do fato de ter cursado educação física e ter convivido com algumas pessoas que passaram pela desgastante experiência da violência. Contudo, meu maior interesse decorre do fato de que gostaria de trabalhar com algo, como diz Brecht, que aliviasse a *canseira da existência humana*.

Essa perspectiva *brechtiana* da ciência nos leva ao que justifica esta pesquisa. Para contextualizar essa definição de ciência, na peça *Vida de Galileu*, do teatrólogo alemão Bertold Brecht (1898-1956), o personagem Galileu Galilei, em um diálogo com seu aprendiz Andrea Sarti, coloca que *a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana*. Dentre as inúmeras coisas que fazem parte desta “canseira da existência humana”, a violência sexual é um dos fatos que aí pode ser incluído. A dor, o medo, a culpa, o sofrimento, a raiva, entre outros sentimentos marcantes, vivenciados nessa experiência por quem a sofre, fazem-me acreditar que cumpro essa *única finalidade da ciência*, ao pesquisar essa temática.

Além de todas essas dores vividas por quem sofre este tipo de violência, a violência sexual se mostra muito presente. Quando buscamos a dimensão deste fenômeno, encontramos, de acordo com a Secretaria do Estado de Segurança Pública, mais de uma denúncia de estupro a cada 44 minutos no estado de São Paulo e uma denúncia a cada 3 horas na cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2014).

A necessidade de um diálogo interdisciplinar é percebida neste cenário, e traduzida numa prática que inclui médicos, psicólogos, assistentes sociais, juízes, entre outros profissionais, fazendo parte do escopo de atuação na assistência destinada a quem sofreu violência sexual. Esse plano, aliás, é apresentado em documentos e estudos sobre o tema (BRASIL, 2004; CHILDHOOD BRASIL, 2008; DESLANDES, 1994; PFEIFFER; SALVAGNI, 2005; WHO, 2003; XAVIER FILHA, 2012), apesar desses campos de saberes nem sempre dialogarem entre si, mas atuarem em suas áreas específicas, como apresentam estudos sobre os serviços de atenção a pessoas que sofreram violência e a dificuldade de atuação em rede (DESLANDES; PAIXÃO, 2006; PAIXÃO; DESLANDES, 2011).

Caminhando junto da ideia de expansão dos discursos na construção e atuação dos saberes sobre esse campo de conhecimento, porque não pensar em uma prática corporal quando se pensa em violência sexual? Trago esta questão por entender que a violência sexual é sofrida no corpo e parte desse sofrimento se desenvolve nele. Aliado a isso, a cultura do movimento se desenvolve no corpo. Isso me leva a fazer a seguinte pergunta: nessas circunstâncias, por que não *dar ouvidos* ao corpo? Corpo esse que, como coloca Foucault (1979, p. 22), é a “*superfície de inscrição dos acontecimentos*”, em que:

[...] se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. (FOUCAULT, 1979, p. 22).

O corpo não passa ileso a isso, e as possibilidades de apoio, voltadas somente às áreas da Psicologia, Medicina, Direito, entre outros campos presentes no atendimento, parecem insuficientes em lidar com os sentidos atribuídos ao corpo na violência.

Assim, temos outro elemento que fundamenta a justificativa deste trabalho e está alinhado com a frase de Brecht: a busca por novas possibilidades de se pensar a assistência a pessoas que sofrem e sofreram violência sexual. Novas frentes de atuação com práticas corporais podendo fazer parte da assistência que é oferecida; novos diálogos com outras áreas de saber atuando nesse fenômeno; e novas políticas públicas.

A última questão, mas não menos importante, que aparece como justificativa sobre o tema é a escassez de pesquisas feitas sobre a temática. Foi feita uma pesquisa sobre possíveis estudos que relacionassem a área da cultura corporal de movimento e a violência sexual. Essa pesquisa foi feita na língua portuguesa, espanhola e inglesa, nos seguintes sites: Bireme, Scielo, SibiUsp e Lilacs. Os termos utilizados para pesquisa foram: atividade física, práticas corporais, violência sexual, abuso sexual e esporte. Não se encontrou nenhum estudo que trouxesse os possíveis benefícios da prática corporal neste contexto. E também não foi encontrado nenhum estudo nacional que relacionasse a temática da violência sexual com as práticas corporais. O estudo de Boynton-Jarrett et. al. (2012) teve como temática a relação da violência com a obesidade (que é uma situação já apresentada em alguns estudos), mas colocando como variável o nível de atividade física das pessoas que passaram pela pesquisa. Quando se utilizou a palavra *esporte*, um número maior de estudos foi encontrado, mas pesquisando o campo do esporte como um reprodutor potencial de violência sexual, entre os

quais podemos citar os de Brackenridge e Kirby (1997, 1999), de Fasting, Brackenridge e Kjølberg (2013) e o de Fasting, Brackenridge e Sundgot-Borgen (2004). Apesar do enfoque diferente, esses estudos são interessantes, devido aos casos recentes de violência sexual no esporte, principalmente na relação técnico-atleta, em escala nacional¹ e internacional².

O objetivo desta pesquisa foi compreender quais os sentidos que os entrevistados apresentam sobre corpo e as práticas corporais nas suas trajetórias, em que sofreram violência sexual na infância e/ou na juventude. Para a definição de alguns conceitos importantes neste trabalho (como violência e corpo), utilizamos elementos do campo pós-estruturalista, principalmente os desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault. Entretanto, antes de prosseguir, o que é o pós-estruturalismo? E por que a escolha desta teoria em detrimento de outras?

Para Silva (2002), essa perspectiva se caracteriza pela compreensão do sujeito como produto da interação social e cultural e não como um sujeito detentor de uma essência e de uma subjetividade inata; ele (o sujeito) é fruto do discurso e das relações de saber.

Assim, a realidade, associada à noção de sujeito, não está dada; ela é construída nas relações de saber e poder, que produzem realidades e sujeitos. No livro *Microfísica do Poder*, essa interação pode ser entendida de maneira mais nítida:

Ora, tenho a impressão de que existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder. Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, quotidianamente, o poder, e o poder econômico. O exercício de poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] O humanismo moderno se engana, assim, ao estabelecer a separação entre saber e poder. Eles estão integrados, e não se trata de sonhar com um momento em que o saber não dependeria mais do poder, o que seria uma maneira de reproduzir, sob forma utópica, o mesmo humanismo. Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder. “Libertemos a pesquisa científica das exigências do

¹ Em 2008, houve uma denúncia de violência sexual da nadadora Joanna Maranhão, contra seu ex-treinador, aos nove anos de idade. O caso teve grande repercussão, gerando até uma nova lei (caso citado na p. 26).

²Ver:

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/784027-maior-potencia-da-natacao-eua-encaram-avalanche-de-denuncias-de-pedofilia.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/1004942-polemica-derruba-icone-do-futebol-americano-universitario.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/1013488-nova-acusacao-de-assedio-sexual-em-universidade-e-feita-nos-eua.shtml>

capitalismo monopolista” é talvez um excelente *slogan*, mas não será jamais nada além de um *slogan*. (FOUCAULT, 1979, pp. 141-142).

O poder é um tema recorrente na obra de Foucault, sendo possível observar seus modos de atuação em várias de suas obras. Em uma explicação do curso sobre Teorias e Instituições Penais (1971-1972), no Collège de France, o filósofo expõe o quão conectados estão o saber e o poder, o quanto eles *precisam* um do outro.

A hipótese de trabalho é a seguinte; as relações de poder (com as lutas que as atravessam ou as instituições que as mantêm) não desempenham, em relação ao saber, unicamente um papel de facilitação ou de obstáculo; não se contentam em favorecê-lo ou estimulá-lo, em falsificá-lo ou limitá-lo; poder e saber não estão ligados um ao outro pelo simples jogo dos interesses ou das ideologias; logo, o problema não consiste tão-somente em determinar como o poder faz com que o saber lhe seja subordinado e o faz servir a seus próprios fins, tampouco como se imprime sobre ele e lhe impõe conteúdos e limitações ideológicas. Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais de “poder-saber”. (FOUCAULT, 1997, p. 19).

Entender a relação entre poder e saber dentro dessa perspectiva nos faz entender que a irrefutabilidade por vezes dada à produção científica e o conhecimento nela obtido, que *produz* uma realidade ao normatizar o que foi pesquisado, pode excluir, perseguir e infamar aquilo que não se enquadrou nesse regime da verdade³. Assim, não se vincular a proposituras universais (questionando-os inclusive) e pensar em novas possibilidades frente ao que está dado são perspectivas desta pesquisa.

Apesar de se compreender a realidade como uma *produção*, originada pelas relações entre poder e saber, o olhar a este dado nem sempre é negativo. O poder não é uma mercadoria, uma força pertencente somente aos *opressores*. O poder não é somente uma via repressiva; seus caminhos são muito mais abrangentes:

³ Foucault qualifica este termo como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados, [...] circularmente ligado a sistemas de poder, que produzem [verdade] e apoiam, e a efeitos de poder que [a verdade] induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 1979, p. 14).

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 8).

O que subsidia essa reflexão não é um pensamento binário, nem a ideia de que novas e melhores verdades ganhem contornos melhores e universais para substituir o que a ciência produziu até aqui. Também não se pretende a legitimação de uma certeza, mas uma volta ao *caos*, pois as possibilidades não se resumem a uma opinião, mas diversas trilhas.

Essa volta ao *caos*, em embate à *opinião* (que seria a *verdade*), é elaborada nas palavras de Silvio Gallo:

[...] a opinião luta contra o caos que é a multiplicidade de possibilidades; incapaz de viver com o caos, [...], a opinião tenta vencer o caos, fugindo dele, impondo o “pensamento único”. Mas essa fuga é apenas aparente; o caos continua aí, sub-repticiamente jogando dados com nossas vidas. O que importa não é nem vencer o caos nem fugir dele, mas conviver com ele e dele tirar possibilidades criativas. (GALLO, 2003, pp. 59-60).

Como sugere Silvio Gallo, pensar em novas possibilidades (ou problematizar essas opiniões ou a *opinião*) é uma característica do pós-estruturalismo. Possibilidades em relação ao que está colocado, universalizado, padronizado, legitimado. Pois esses instrumentos de *encaixotamento*, por mais aceitos e legítimos que sejam, servem muitas vezes como encarceramento, e também exclusão daqueles que saem dessas *caixas*, que refutam a *opinião*, que são o *caos*.

E porque a escolha deste campo teórico? Como professor de Educação Física, a pergunta que faço neste trabalho é: *Que possibilidades uma prática corporal pode oferecer frente à violência sexual?*

Não tenho respostas, mas pontos de partida. Ao pensar no corpo que sofre a violência como um local onde são exercidas diversas vias de poder, e que entre os saberes que o *dominam*, a prática corporal não se encontra. Se essa violência é sofrida no corpo e as práticas corporais trabalham com o movimento corporal (e, consequentemente, o corpo), ela reverbera, de alguma maneira, essa questão.

Perceber essa relação, contudo, não auxilia na pergunta. A assistência também não nos ajuda, pois nela, a prática corporal é colocada em segundo plano. Qual então o caminho? As resistências destes indivíduos. Vamos procurar o sentido que pessoas que tenham sofrido

violência sexual dão à prática corporal. Isso pode qualificar a prática corporal como uma possibilidade.

No decorrer do texto, as palavras *abuso* e *vítima* são evitadas, exceto quando estas forem adotadas pelos autores/textos citados. Essa postura é tomada pelo fato delas trazerem conceitos não compartilhados por nós, pois quando falamos em abuso, falamos indiretamente que há um uso que pode ser correto. Pensamos que a sexualidade não se encerra em um modelo a ser seguido e também que o “uso” é questionável. E quando falamos em vítima, não queremos colocar quem sofreu a violência num local passível de culpa, mas que a conceituação como vítima¹ coloca esse sujeito em um lugar de passividade, encerrando suas possibilidades de ação.

Os capítulos seguintes foram divididos da seguinte maneira: posteriormente, temos um capítulo sobre violência, com uma introdução sobre o que conceitualmente entendemos como *violência*. As definições trazem a multifatorialidade e a temporalidade deste fenômeno, além da sua relação com a ausência de liberdade. A seguir, temos um tópico sobre violência sexual, em que são abordadas questões históricas deste tipo de violência, presentes no livro *História do Estupro*, de Vigarello (1998) e também algumas similitudes na constituição do Título VI do Código Penal Brasileiro, além de alguns dados, que nos orientam sobre a (possível) dimensão dessa violência. Por fim, procuramos aprofundar o tema do incesto (que foi o tipo de violência mais presente entre os entrevistados) e trazer os comportamentos mais comuns percebidos em pessoas que sofreram este tipo de violência. Após o capítulo sobre violência, um capítulo sobre o corpo discute possibilidades de resistência e práticas de controle do corpo regidas por instituições e saberes; como Foucault nos apresenta, o poder não age somente repressivamente; existem possibilidades de resistir ao que está regimentado, mesmo em cenários em que essas possibilidades não são tão evidentes. Em um tópico sobre o desenvolvimento da Educação Física como ciência, que se inicia com as ginásticas europeias, e outro sobre uma ruptura epistemológica desta área (aproximadamente na década de 1980, no Brasil), temos um conceito importante desta pesquisa, que é o de *prática corporal*. Este conceito é fundamental, pois ele amplia as possibilidades de resistência e atenua a relação do movimento com a sua *performance*.

¹ Além das limitações que podem ser impostas pelo conceito de vítima, a própria historicidade do termo está em um contexto por nós questionado. Segundo Sarti (2009, 2011), a utilização do termo, oriunda da psiquiatria, afirma esta como o campo definidor da vítima a partir das consequências traumáticas de um evento, cabendo a este campo o delineamento de quem se enquadra neste conceito, criando uma relação de sujeição ao indivíduo *vitimizado*. Essa e outras questões problemáticas, como, por exemplo, o estereótipo do agressor e da vítima, são abordadas com maior profundidade nestes artigos de Sarti.

Após esses dois capítulos, temos um referente aos procedimentos metodológicos desta pesquisa. Nele, a busca por participantes, o roteiro da entrevista, o local da entrevista e o método de análise da entrevista estão descritos como foram realizados. Posteriormente, um capítulo sobre a análise das entrevistas, divididas em eixos temáticos (explicados nos Procedimentos Metodológicos), para melhor organização dos sentidos trazidos pelos entrevistados, é apresentado. E por fim, as considerações finais deste trabalho.

2 VIOLÊNCIA

Pode-se dizer que a violência se manifesta desde os primórdios da humanidade e apresenta diversas facetas e modos de atuação e a entendemos como passível de (e marcado por) transformações. As facetas da violência se renovam, transformam-se, são renomeadas, adquirem destaque, colocam-se em segundo plano, mas não cessam. Ao olhar registros da Antiguidade, podemos verificar a existência de exemplos, clássicos, do que nomeamos como atos de violência. A *Ilíada* (poema grego, escrito por Homero aproximadamente há 28 séculos) e o Pentateuco (cinco primeiros livros da bíblia cristã, escritos há no mínimo 30 séculos), entre outros escritos, narram acontecimentos que podem ser enquadrados neste conceito repetidas vezes. Guerras, fratricídios, estupros, entre outros modos de violência, podem ser encontrados, “*tranquilizando-nos*” quanto ao fato de que não somos mais perversos que em outros tempos.

Pensar a violência há alguns milhares de anos pelo prisma atual pode ser um grande equívoco, pois a violência é um constructo social e histórico. A gravidade que estabelecemos para um ato pode ser diferente do nível de gravidade estabelecido em outro contexto. Para ilustrar essa situação, um trecho do livro de Vigarello, sobre um julgamento na França, de um caso de violência sexual, no final do século XVII.

Mas a possível existência dessa acusação ilustra um sentimento compartilhado pelos juízes e testemunhas: a certeza obscura de um pecado comum aos dois atores, a imersão de ambos em uma mútua indignidade, a falta agravando-se ainda mais com o nascimento de uma criança, prova tangível do ato ignóbil. Como vimos, é o caso de Jeanne Haubillart, reprimida em 1698; é também o de Denise Ensu, enforcada com seu pai em Paris, em 1629, sem que nunca tivesse sido investigada no processo a existência de uma possível violência. (VIGARELLO, 1998, p. 42).

Não se discute aqui o conceito de violência, mas o que se considerava grave socialmente. A preocupação moral sobre o crime sexual era muito mais importante do que a preocupação com uma “suposta” dignidade de quem a sofreu. A violência sexual era um crime de vergonha, sem *vítimas*, o que soaria estranho hoje.

No Pentateuco, nos livros de Levítico e Deuteronômio, podem ser encontradas regras em consonância com o contexto francês mostrado acima. Eis alguns exemplos:

E, quando um homem tomar uma mulher e a sua mãe, maldade é; a ele e a elas queimarão com fogo, para que não haja maldade no meio de vós. (BÍBLIA, Lv 20,14).

E quando a filha de um sacerdote começar a prostituir-se, profana a seu pai; com fogo será queimada. (BÍBLIA, Lv 21,9).

Quando alguém tiver um filho contumaz e rebelde, que não obedecer à voz de seu pai e à voz de sua mãe, e, castigando-o eles, lhes não der ouvidos, então seu pai e sua mãe pegarão nele, e o levarão aos anciãos da sua cidade, e à porta do seu lugar; e dirão aos anciãos da cidade: *“Este nosso filho é rebelde e contumaz, não dá ouvidos à nossa voz; é um comilão e um beberrão”*. Então todos os homens da sua cidade o apedrejarão, até que morra; e tirarás o mal do meio de ti, e todo o Israel ouvirá e temerá. (BÍBLIA, Dt 21,18-21).

Quando um homem tomar mulher e, depois de coabitar com ela, a desprezar, e lhe imputar coisas escandalosas, e contra ela divulgar má fama, dizendo: *“Tomei esta mulher, e me cheguei a ela, porém não a achei virgem”*; então o pai da moça e sua mãe tomarão os sinais da virgindade da moça, e levá-los-ão aos anciãos da cidade, à porta; E o pai da moça dirá aos anciãos: *“Eu dei minha filha por mulher a este homem, porém ele a despreza; E eis que lhe imputou coisas escandalosas, dizendo: Não achei virgem a tua filha; porém eis aqui os sinais da virgindade de minha filha”*. E estenderão a roupa diante dos anciãos da cidade. Então os anciãos da mesma cidade tomarão aquele homem, e o castigarão. E o multarão em cem siclos de prata, e os darão ao pai da moça; porquanto divulgou má fama sobre uma virgem de Israel. E lhe será por mulher, em todos os seus dias não a poderá despedir. Porém se isto for verdadeiro, isto é, que a virgindade não se achou na moça, então levarão a moça à porta da casa de seu pai, e os homens da sua cidade a apedrejarão, até que morra; pois fez loucura em Israel, prostituindo-se na casa de seu pai; assim tirarás o mal do meio de ti. (BÍBLIA, Dt 22,13-21).

Quando houver moça virgem, desposada, e um homem a achar na cidade, e se deitar com ela, então trareis ambos à porta daquela cidade, e os apedrejareis, até que morram; a moça, porquanto não gritou na cidade, e o homem, porquanto humilhou a mulher do seu próximo; assim tirarás o mal do meio de ti (BÍBLIA, Dt 22,23-24).

Antes de *“apedrejarmos”* a moral judaico-cristã, havia naquela época um contexto, questionável, que amparava esse pensamento. O contexto patriarcal presente na época foi definitivo para o estabelecimento do lícito e do ilícito para a mulher. Mas hoje, a partir da conscientização de alguns indivíduos como sujeitos de direito, que antes eram excluídos (mulheres, negros, crianças, pobres, analfabetos etc.), isto nos espanta. Muitas transformações, mudanças de olhares e de rumos de poder nos levaram ao pensamento atual, que considera isto como inaceitável.

A noção do inaceitável, inclusive, nos ajuda a pensar a violência, pois estes dois conceitos estão relacionados. Eles andam próximos, mas definir violência como tudo o que é inaceitável, dificulta nosso trajeto, pensando em nossa sociedade como multiculturalista e tendo este conceito uma possibilidade subjetiva. Outros elementos devem ser pensados ao buscarmos problematizar o conceito e chegar mais perto de uma definição que ao menos contemple diferentes dimensões e matizes. Assim, algumas definições sobre este conceito serão apresentadas, para que outros elementos significativos sejam utilizados para pensar a violência.

Araújo (2002) define violência pensando-a como uma violação do direito de liberdade, como capacidade e direito fundamental do ser humano, ou do direito de ser sujeito constituinte da própria história. Aqui, a violência está para além da delinquência; ela é manifestação cotidiana, sendo a realidade uma agressora; invisivelmente ela age, nas desigualdades que são legítimas, no descumprimento do que é de direito a todo indivíduo. Ela traz o conceito como uma cessão da liberdade. Aquilo que viola o direito de direcionar minha vida, dentro de um campo de possibilidades eticamente viável, pode ser considerado violência.

Para Chauí (2007), violência se opõe à ética, relacionada com a consideração da racionalidade, da liberdade e da responsabilidade dos sujeitos em questão; em qualquer atividade em que houver a distorção dessas características do sujeito, ocasionando um processo de reificação (pela desconsideração da subjetividade do sujeito), há violência, não resumida a um ato, mas a uma manifestação atuante em diversos contextos e partes, pois um processo de reificação se dá tanto na criminalização (onde direitos e deveres que são criados e dados, constroem um sujeito de direito e, conseqüentemente, um processo de reificação aos que não são contemplados por isso) quanto nos caminhos e nas estruturas que sustentam um sistema desigual, legitimados também por essa criminalização, similar à classificação de Minayo (1994), que qualifica a violência como um fenômeno complexo, criado e desenvolvido em sociedade, multifatorial, em que ela divide em três esferas que se entrecruzam – *violência estrutural*, relacionada à naturalização da desigualdade, por meio da estruturação social; *violência de resistência*, associada às respostas dadas pelos grupos atingidos pela violência estrutural, em busca de justiça pela violência; e *violência de delinquência*, que diz respeito ao comportamento transgressor da lei.

O conceito de violência utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que difere um pouco dos apresentados, a qualifica como:

o uso intencional da força física ou poder, por ameaça ou efetiva, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, em que ambos resultem ou tenham uma grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação.² (WHO, 2014, tradução nossa).

Nesta situação, nota-se a violência como um problema de saúde pública, pois seus limites ultrapassam a esfera jurídica; essa característica multifacetada da violência aparece, mesmo que indiretamente, nessa definição. Também há um direcionamento da violência restrita a uma ação física, não considerando como violência as desigualdades produzidas na sociedade (desigualdade econômica gerando uma desigualdade de oportunidades, como aponta Minayo [1994]).

Para Teixeira (2007), como nas outras definições, a violência tem um caráter multifacetado e também multideterminado. Ela não é somente *exercida* em suas formas mais visíveis, como o preconceito, a guerra, a agressão, o crime, etc. Estas manifestações são apenas algumas das diversas esferas presentes neste fenômeno. Para a autora, a violência tem raízes na desigualdade social provocada e legitimada nessa sociedade, qualificada por ela, como narcisista, em que a renúncia à satisfação não é bem vista; no consumo exacerbado, onde o indivíduo é definido pelas suas posses; nas mudanças da função da família; além de outros pontos desenvolvidos pelo processo de globalização³. E, nesse cenário de transformação constante, de necessidades cada vez mais diversas e consequentemente mais caras, de desejos cada vez mais mutáveis e distantes, há a permanente construção do fenômeno violência.

Alinhado com essa concepção de violência como algo em transformação, Bicalho et. al. (2012) a coloca como um dispositivo⁴, onde, em contato com outros dispositivos e permeados por diversas relações de poder, se constrói o normal e o anormal, o que é e o que não é violência, definindo, assim, o anormal como o transgressor. A noção no artigo de

² “Violence is the intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, which either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment, or deprivation”.
<http://www.emro.who.int/health-topics/violence/>

³ Entende-se como globalização a relação entre as cidades e o globo – de influência entre o globo e as cidades e das cidades e o globo (não exatamente na mesma escala) –, de benefício quase que unilateral às potências econômicas em detrimento das economias medianas e pobres, com a universalização desses ideais dominantes (destas potências) (MACHADO, 2003).

⁴ Dispositivo: “Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Passos (2010) sobre violência, também alinhada com as ideias do filósofo Michel Foucault, desenvolve a noção por um caminho diferente desta última; o texto traz o conceito de violência como *exceção*, entendendo-a como o *uso da força bruta direcionada à eliminação ou subjugação total do outro*; em algumas situações onde há a prática do controle, da normatização e da disciplinarização, geralmente associadas com ideais de repressão e ideologia, não estariam sendo exercidas manifestações de violência, mas a movimentação do poder. Os conflitos, os questionamentos e as sujeições fariam parte das interações das relações de poder, como normatização, controle, disciplinarização e até resistência. Assim, a violência estaria associada à negação total, a subjugação do outro. Também dentro da perspectiva foucaultina, Calvet de Magalhães (2008), ao analisar o desenvolvimento do conceito de poder e seu uso nas noções de poder disciplinar e biopolítica, sustenta que uma relação, por mais dissimétrica que seja, nunca ocorrerá sem um mínimo de liberdade. A violência torna-se o ato de eliminação e que também procura reduzir, e até eliminar, toda e qualquer resistência que surgir.

Pelo fato de se utilizar conceitos sobre violência que dialoguem com Michel Foucault, é interessante ilustrar o conceito de poder utilizado por ele. A ideia central do autor procura se diferenciar das análises que tomam o poder como algo polarizado, onde existem os detentores e os destituídos de poder, os dominadores e os dominados. Foucault procura destituir essa relação, apresentando outras variáveis no poder. Para ele:

[...] a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. (FOUCAULT, 1979, p. 248).

Para Foucault (1979), ao pensarmos no poder para além da ideia polarizada de dominação, é colocada a ideia de resistência. Ela aparece como uma nova frente de poder; por meio dela, as alternativas estão viabilizadas. Não há, assim, um encerramento, pois:

[...] a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa [...] para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. (FOUCAULT, 1979, p. 241).

O poder não é concebido como uma mercadoria; ele não tem lugar e proprietários, está em todo local e aparece sempre como uma possibilidade. Isto é importante para se enxergar a dinâmica da assistência de quem sofreu violência sexual, olhando para o sujeito e não somente para a instituição, pois sua experiência fora da assistência pode também ser uma alternativa de enfrentamento. Pensamos ser interessante refletir sobre esta noção de poder, em que aparecem possibilidades frente a esse problema. O que queremos trazer é um olhar destinado ao potencial de resistência que pode existir nas pessoas que sofreram violência sexual. Tal resistência pode aparecer associada a ações, programas e políticas que visam o apoio para pessoas que sofreram violência, mas eles também existem nas próprias pessoas que buscam mecanismos de sobrevivência diante do contexto que vivenciam. No caso dos/das entrevistados/das desta pesquisa, a maioria não recebeu apoio institucional, principalmente porque não houve denúncia, mas foram buscados, mecanismos de resistência e modos de lidar com o fenômeno.

A escolha destes conceitos sobre violência, mais a noção de poder que Foucault apresenta, nos leva a pensar que liberdade (ou resistência) é um ponto central nesta definição. A ausência de liberdade é premissa da violência. Isso é fundamental para prosseguirmos, evitando dúvidas sobre definições que possam aparecer referentes ao nosso posicionamento, como por exemplo, questionar o uso da palavra vítima. Quando se questiona o uso desta palavra, não se coloca em xeque a violência, mas o que se estipula quando se polariza uma violência na perspectiva *vítima x agressor*. Assim, violência pode ser entendida de maneira similar à definição de Calvet de Magalhães (2008), como uma imposição que não abra margem e que visa a destruição de resistências.

Em termos estatísticos, uma das categorias de violência que mais vêm crescendo é a sexual (BRASIL, 2014b; SÃO PAULO, 2014). Isso é resultado, além de uma sensibilização referente ao tema, da otimização de instrumentos de denúncia e de amparo às pessoas que sofreram este tipo de violência. Os números mostram que este tipo de violência é recorrente, o que, de certo modo, gera um desconforto, devido à repulsa a essa manifestação. Entretanto, esse cenário pode ser interessante, pois esse aumento no número de casos pode colocar em xeque estruturas que tornavam essa violência imperceptível.

No tópico a seguir, discutimos um dos temas centrais da pesquisa, que é a violência sexual.

2.1 Violência sexual

Dentro desse corpo complexo chamado violência, há uma ação marcante, repugnante socialmente, indistinta entre todos os agrupamentos humanos, que age sem distinção nas mais diversas estratificações sociais concebidas (classe social, credo, escolaridade, etnia, opção sexual, faixa etária, etc.): a violência sexual (FRANÇA JUNIOR, 2003; RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004).

Pensar a violência sexual exclusivamente como uma ramificação de um grande fenômeno (violência) pode ser um equívoco. Vigarello (1998) coloca a história da violência sexual não limitada à história do fenômeno violência, pois a primeira engloba aspectos referentes ao corpo, ao olhar, à moral, por vezes não percebidos no segundo: a vergonha sentida por quem a sofre, uma *espécie* de aviltamento transposto pelo contato pelo agressor, podem ser sentidos no corpo e visto (e julgado) pelo corpo social. Quem sofre esta violência, por fatores associados ao vestuário, ao movimento, ao grau de ebriedade, entre outros que podem aqui ser incluídos, geralmente oscila entre os papéis de réu e vítima.

Definir violência sexual não é uma tarefa fácil, dada à complexidade de questões e matizes engendradas no conceito. Uma delas é a de que as representações de um contato físico podem ter significados diferentes nas mais diversas culturas, sendo que uma manifestação considerada violenta em uma cultura pode não ser em outra (FRANÇA JÚNIOR, 2003).

Concomitante ao ponto anterior, a violência sexual também é uma produção humana (na medida em que ela é cultural), pois sua forma recente nem sempre assumiu os contornos que tem na contemporaneidade. Basta olharmos para suas recentes mudanças no âmbito penal, que a alteraram de um crime contra os costumes para um crime a dignidade sexual do indivíduo (TORRES, 2011). Por isso, a violência sexual:

deve ser compreendida como produto de um sistema complexo de relações, historicamente construído e multifacetado, que envolve diferentes realidades de uma sociedade (familiar, social, econômica, ética, jurídica, política, etc.) situadas numa cultura e permeadas por valores e representações. (XAVIER FILHA, 2012, p. 135).

A Organização Mundial da Saúde a qualifica como:

qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários sexuais indesejados ou avanços, ou atos em movimento ou outra forma dirigida contra a sexualidade de uma pessoa usando de coerção, por qualquer pessoa, independentemente da sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, mas não limitado ao lar e ao trabalho.⁵ (WHO, 2012, p. 2, tradução nossa).

O Guia Escolar, publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, define a violência sexual contra a criança não somente como uma violação à liberdade sexual do outro, mas também como uma violação dos direitos humanos da criança e do adolescente, sendo praticada sem o consentimento da pessoa vitimizada, podendo ser classificada como intrafamiliar, extrafamiliar, e exploração comercial sexual (BRASIL, 2004).

Ao pensar em abuso sexual contra criança e adolescente, Habigzang et. al. (2005, p. 341) o qualifica como “*qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosexual mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador*”. Pfeiffer e Salvagni (2005, p. 198) o definem como a situação em que:

a criança, ou o adolescente, é usada para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento, atual ou anterior), incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, sendo a violência sempre presumida em menores de 14 anos.

França Junior (2003, p. 25), para os propósitos de seu estudo, considera o abuso sexual na infância.

a utilização de crianças por adultos, familiares ou não, para a sua satisfação sexual e que pode tomar a forma de exposição (exibicionismo ou a visão de atos sexuais ou pornografia), molestação (toque de genitais) ou relações sexuais (oral, vaginal ou anal; com ou sem uso de força).

Todas essas definições trazem a violência sexual como um fenômeno com diversas *categorias*. Algumas dessas categorias podem ser vistas no Código Penal Brasileiro, no qual, em 2009, houve uma alteração nas características dos crimes relacionados a violência

⁵ “[...] any sexual act, attempt to obtain a sexual act, unwanted sexual comments or advances, or acts to traffic or otherwise directed against a person’s sexuality using coercion, by any person regardless of their relationship to the victim, in any setting, including but not limited to home and work” (WHO, 2012).

sexual (maiores detalhes no quadro 1), que, aparentemente, dialogam melhor com a sociedade em que vivemos. A própria qualificação do crime, na troca do Título VI (de *Crimes contra os Costumes* para *Crimes contra a Dignidade Sexual*) foi modificada, demonstrando a mudança de olhar sobre o tema, no campo jurídico. Além disso, no artigo 111, a inclusão do inciso V – *nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal* –, mais conhecido como Lei Joanna Maranhão (em homenagem à atleta brasileira, que sofreu violência sexual de seu treinador e este não pôde ser penalizado em decorrência da prescrição do crime), que entrou em vigor em maio de 2012, foi outra alteração no Código em relação aos crimes relacionados à violência sexual (BRASIL, 2014a).

Nº do artigo	Nome do artigo	De	Para
-	Título VI	Crimes contra os costumes.	Crimes contra a dignidade sexual.
213	Estupro	Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.
214	Atentado violento ao pudor	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.	Exclusão do artigo.
215	Posse sexual mediante fraude	Ter conjunção carnal com mulher, mediante fraude.	Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima.
216	Atentado ao pudor mediante fraude	Induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou submeter-se à prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal.	Exclusão do artigo.
-	Capítulo II	Da Sedução e da Corrupção de Menores	Dos Crimes Sexuais contra o Vulnerável
217	Sedução	Seduzir mulher virgem, menor de 18 anos e maior de 14, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.	Exclusão do artigo.
217-A	Estupro de vulnerável	-	Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos.

Continua

Nº do artigo	Nome do artigo	De	Para
218-A	Satisfação de lascívia mediante presença de criança e adolescente	-	Praticar, na presença de alguém menor de 14 anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem.
218-B	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	-	Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.
223	Formas qualificadas	Se da violência resulta de lesão corporal de natureza grave.	Exclusão do artigo.
224	Presunção de violência	Presume-se a violência, se a vítima: a) não é maior de 14 anos; b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstância; c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.	Exclusão do artigo.
225	Ação penal	Nos crimes definidos nos capítulos anteriores, somente se procede mediante queixa.	Nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste Título, procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação.
-	Capítulo V	Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas	Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou outra forma de Exploração Sexual
228	Artigo 228	Favorecimento da prostituição	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual
228	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone.	Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone.
229	Casa de prostituição	Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.	Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.
231		Tráfico internacional de pessoas	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual
231	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa venha a exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro.	Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.
231-A		Tráfico interno de pessoas	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração

Continuação

Nº do artigo	Nome do artigo	De	Para
231-A	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração	Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha a exercer a prostituição.	Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual.

Quadro 1 – Mudanças no Código Penal Brasileiro, no Título VI, em 2009 (BRASIL, 2014a)⁶

Entretanto, essa mudança, que busca analisar a violência destituindo-a de uma moral patriarcal, encontra resistências. A instituição desta perspectiva judicial não transforma modos de olhar para a realidade repentinamente⁷, por mais justificativas que possam ser aplicadas por seus defensores. Nesta transição, ainda há a necessidade de quem está no local de vítima demonstrar que este é o local em que ela deve estar.

Vigarello (1998), em seu livro sobre a dinâmica do estupro na França, aborda uma situação similar; no Ancien Régime, a violência estava relacionada, assim como no Direito tradicional, a um crime contra os costumes, e não de sangue, o que também é percebido no Código Penal Brasileiro até 2009. O julgamento pautava-se na análise puramente moral do caso, descartando a violência no exame da situação; a relação econômica prevalecia nos julgamentos: quando o acusado situava-se em uma esfera economicamente inferior, a probabilidade de acusação era enorme, sendo o contrário quase impossível de acarretar em punição; nos estupros contra homens, nos casos julgados, a punição à vítima era constante, pois a prática da sodomia, independente do uso de violência, era considerada crime (pecado) para ambos os envolvidos.

Nos casos dos *estupros legitimados*, o juízo moral da vítima era levado em conta, mesmo quando esta era criança, apesar de, como alega Vigarello (1998, p. 42), a “*acusação de menina impúbere não [estar] prevista nem nos costumes nem nos textos*”.

Como colocado anteriormente, a violência sexual é um fenômeno extremamente complexo, e essa complexidade também se situa nas relações entre os envolvidos. O *pecado* de quem a comete é compartilhado com sua vítima. A ação violenta é quase que esquecida; o que fica é a sujeira, que foi *transposta* no ato, e a culpa e a vergonha emergem. Nesse sentido, a violência no estupro:

⁶ Cf. Torres (2011), referente à transição na associação com o campo da moral para a associação com a dignidade humana.

⁷ Ver:

<http://www.conjur.com.br/2012-jan-02/relacao-sexual-adulto-menor-12-anos-nao-considerada-estupro>
<http://www.conjur.com.br/2012-abr-01/conanda-repudia-decisao-stj-estupro-menores-idade>

[...] é muitas vezes pouco consciente no agressor, apagada pela efemeridade do desejo, ao passo que intensifica a vergonha na vítima, a ideia de uma contaminação pelo contato: a indignidade atravessando a pessoa atingida para transformá-la aos olhos dos outros. Daí a sensação de aviltamento criando obstáculos à queixa, inclinando a vítima a se calar e os observadores a acusa-la. [...] Como o crime era antes de tudo blasfêmia e pecado, tinha consequências particulares sobre a vítima do estupro: aquela que fazia os gestos reprovados, mesmo contra a sua vontade, podia ser implícita e silenciosamente condenada por esse próprio fato. Daí a especificidade muito nítida da violência sexual, acentuando a relativa tolerância a seu respeito: a vítima temia falar, o juiz temia inocentá-la. (VIGARELLO, 1998, p. 30).

A desgraça pelo desvirginamento de quem a sofreu e sua provável má reputação, a necessidade de segredo para não se colocar no lugar de aviltamento, a desconsideração da mulher como sujeito de direito e o entendimento desta como responsável pela incitação do desejo de seu agressor (o homem não podia ser incluso aqui, porque, sendo sodomizado, ele também era culpado), a dissociação com a violência, o seu entendimento como *gozo ilícito* (lascívia) e não como “*ferimento ilícito*” (VIGARELLO, 1998, p. 36), entre outras questões, caracterizavam os julgamentos nos casos de violência sexual no Ancien Régime. Isso era possível, devido à noção de pecado intrínseca no olhar sobre este fenômeno. O trecho a seguir dá sentido a essa questão:

É exatamente porque o universo da falta, do pecado, está na base do julgamento do Ancien Régime que a violência é pouco notada e a vítima de estupro logo se torna suspeita: atores penetrados pela blasfêmia, contaminados pelos gestos cometidos, classificados nas categorias de impureza. O olhar dirigido para a transgressão moral é um obstáculo ao olhar dirigido para a transgressão violenta. A suspeita do juiz ainda se deve a outras causas, mais diretamente ligadas às ferramentas mentais da França clássica e aos princípios de análise da consciência: por exemplo, a dificuldade de distinguir entre o consentimento e o não-consentimento, independentemente do ato efetuado, a tendência a reduzir a mulher que “realizou” o ato ao estado de mulher que consente. [...] Uma certeza tradicional vem confirmar essa análise da aparência dos gestos realizados: a suposta ausência, na mulher, de um comportamento responsável, uma dúvida sobre suas decisões pessoais e privadas. Devemos dizer que a história do estupro se encontra aqui com a história das representações da consciência, e também com a das representações da feminilidade. Outro conjunto de razões leva, assim, a mascarar a violência sexual: as diversas maneiras de recusar à mulher um status de sujeito. (VIGARELLO, 1998, p. 43).

Difícilmente, o consentimento de quem sofria a violência sexual era questionado. Muitas teorias alocavam o consentimento: modos de sedução (a interpretação de um olhar, de

uma fala, de um movimento; pedidos de afeto com qualquer perspectiva sexual de crianças; a vestimenta utilizada), a *inferioridade* da mulher (a sua desconsideração como sujeito de direito; o fato dela ser, antes de tudo, *propriedade* ou de seu marido ou de seu pai), a necessidade de se defender de um ataque sexual (a reação à violência era um dever, pois sua ausência denotava consentimento; assim, não gritar e não se debruçar incessantemente, entre outras ações possíveis contra um ataque, tornavam-se provas de um cessão corporal legítima) eram as defesas mais comuns contra a acusação em casos de violência sexual. Dificilmente, havia defesa contra este consentimento. Percebe-se que, mesmo após séculos, a moral de Deuteronômio não cessou. A mulher que não gritar (BÍBLIA, Dt 22,23-24) é tão culpada do ato quanto ao que a tomou; o apedrejamento moral deve ser executado, sem grandes elucubrações.

Entretanto, este cenário nos *escandaliza*, devido uma transição no olhar sobre este fenômeno. A culpabilização de quem sofre a violência sexual cessa cada vez mais. A última mudança no Código Penal⁸ é um indício de algo diferente, apesar de casos recentes que culpabilizem quem sofreu a violência, por conta de históricos considerados não muito *respeitáveis*⁹.

Além dessa mudança, dois trechos da obra de Vigarello nos fazem perceber essa mudança, que vem se construindo.

...O caso provocou escândalo. Os autores foram denunciados, repudiados. Mas o tratamento dos fatos já parece longínquo, provocando o opróbrio em 1959, e não o horror, objetos de comentários às vezes indulgentes, como os de L'Express, parafrazeando Corneille: É um crime de vergonha e não de força." As vítimas ficaram estranhamente ausentes do debate, meninas ou adolescentes nem descritas nem nomeadas, apenas creditadas de um "grave prejuízo moral" ou algumas vezes até declaradas cúmplices: "Não se podia aceitar o conjunto de suas declarações como 'palavra do Evangelho'." Não há nenhuma alusão, insistimos, a algum dano psíquico e menos ainda a alguma morte interior das crianças agredidas. (VIGARELLO, 1998, p. 233).

Hoje, o drama é o trauma e não apenas a transgressão, uma vida interrompida e não apenas aviltada: a alusão às 11 meninas agredidas em Cergy em 1995, que sofreriam de indisposições e "fracassos escolares, pesadelos, medo de que o carrasco voltasse", alusão aos alunos violentados nos pensionatos galeses, obrigados a numerosas "estadas em hospitais psiquiátricos", a alusão ao jovem agredido aos dez anos de idade, descrito pelo L'Express confinado "num sentimento desconhecido, a culpabilidade", a insistência no suicídio, em 1997, de um adolescente abusado durante vários anos por um professor. Consequência diferente, o trauma poderia explicar a

⁸ Ver quadro 1 (p. 26).

⁹ Ver nota de rodapé nº 7 do Cap. 2 (p. 28).

repetição dos crimes pela própria vítima: “A fantasia mortal da criança violada.” Esse raciocínio se tornou o acompanhamento banal dos casos apresentados pela imprensa: “Menor abusado pode reproduzir o que sofreu.” É Michel B., “prisioneiro de suas pulsões suposto assassino da pequena Karine, também ele anteriormente vítima de agressões sexuais”, ou Lucien G., assassino de Sophie, de dez anos, explicando seu crime “com a mesma meticulosidade” com que descreve “as agressões sofridas por ele aos nove anos de idade”. O passado e o futuro do crime são transformados, bruscamente estendidos, ligados entre si por um laço invisível, a vítima de hoje podendo transformar-se no agressor de amanhã. (VIGARELLO, 1998, pp. 233-234).

As duas perspectivas já mostram uma nítida “revolução” ao olhar anterior (que se percebe, para Vigarello, no Ancien Régime). E entre elas, é perceptível a mudança. Elementos como o trauma, a culpabilização e a reprodução da violência aparecem. A noção de infância, nas entrelinhas das duas situações, se difere. Novos elementos de saber são apropriados. É o mesmo nome, não mais a mesma *coisa*. O que não quer dizer que seja ruim; muito pelo contrário. Um olhar mais justo para uma situação dessas deve ser encarado como positivo, mas saber que dispositivos de poder atuam neste campo de saber é também outra importante função.

Essa transição de olhar sobre a violência sexual não surge do nada; elementos que propiciam essa mudança começam a se solidificar como norma, abrindo espaço para o estabelecimento do que aparece como o novo. Spink (2004) coloca a categoria *abuso sexual infantil* sendo incluída no index médico (Medline) somente a partir de 1965, após uma transição de perspectivas em relação ao maltrato infantil; uma mudança neste olhar começou a compreendê-lo como um problema médico e não social (olhar eugênico sobre o maltrato), e uma maior sensibilização à criança e à família foi sendo constituída; estas duas situações podem nos auxiliar na compreensão de como evoluiu essa visão.

Azambuja (2006) lembra o fato da criança brasileira ser considerada um sujeito detentor de direitos, entendida dentro de suas especificidades, somente com a Constituição Federal de 1988; a autora lembra também a história de Mary Ellen¹⁰, que, após sofrer violência doméstica, teve seu caso denunciado na *Society for the Prevention of Cruelty to Animals*, por não haver uma instituição para prevenção de violência contra crianças.

A legitimidade na criminalização desta conduta, a construção da ideia de trauma como fardo para a existência, a infância sendo cada vez mais ouvida e se tornando cada vez

¹⁰ Ver:

<http://www.americanhumane.org/about-us/who-we-are/history/story-of-mary-ellen.html>

menos *refém* da adultez vêm mudando o olhar sobre esse fenômeno. Algumas barreiras já foram transpostas, desvelando, ainda que lentamente, o mapa desta violência:

...Mais do que isso, a relativa estabilidade do número de crianças fisicamente “maltratadas” – 15.000 em 1992, 16.000 em 1994 –, enquanto dobra, no mesmo período, o de crianças sexualmente abusadas, sublinha à sua maneira o interesse crescente pelos sofrimentos mais secretos, e a vontade de melhor desvelar o inconfessável. Isso confirma um deslocamento de interesse: a crueldade primeira contra a criança não é mais designada pela violência física, como era ainda no século XIX, mas pela violência sexual, como no tema do *child abuse* a partir da década de 1970. Daí a conclusão de um juiz de crianças, questionado em 1995: “Sim, o número de processos aumenta, o que é um bom sinal.” Um modo de confirmar a supressão de barreiras psicológicas na declaração dos casos: “A denúncia não é mais tão dramatizada.” E também um modo de confirmar a iniciativa de certas vítimas, mesmo muito jovens, ou de seus próximos: “Fato novo, observa-se também que os inquéritos são mais frequentemente provocados pelos alunos, sobretudo por aqueles que recebem as confidências dos colegas.” À palavra mais livre dos adultos se acrescentaria à palavra mais livre das crianças. Não há nenhuma dúvida, o aumento da vigilância explica, prioritariamente, o aumento dos números: “Do turismo sexual ao incesto, a infância ofendida entrou na zona de alerta das consciências ocidentais.” (VIGARELLO, 1998, p. 231).

Essa insistência na comparação estatística, além dessa vontade de falar sobre, é problematizada por Spink (2004), no sentido que a comparação pode ser feita entre o lícito e o ilícito, entre categorias que não são similares (na medida em que a sensibilização sobre um tema, em determinado período, definiram a criminalização de certas condutas antes legalizadas).

Sabendo dessa problemática dos dados, mas entendendo a importância que eles têm como orientadores da magnitude de um fenômeno, apresentamos alguns que nos parecem interessantes de serem compartilhados. Dados da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2012) colocam que apenas 5% dos casos são denunciados na América Latina. No Brasil, o número de denúncias de violência sexual, entre 2008 e 2013, aumentou 256% no estado de São Paulo e 78% no Brasil (BRASIL, 2014b)¹¹. Os números brasileiros podem ser resultado de uma série de mecanismos de denúncia mais eficazes e seguros, e também de uma maior sensibilização ao tema.

No exterior, dados da Rape, Abuse and Incest National Network (RAINN, 2014b), uma a cada seis mulheres nos EUA já sofreu violência sexual. De acordo com o

¹¹ Nos casos de 2008, foram contados os atentados violentos ao pudor, já inexistentes em 2013 (considerados como estupro pela mudança de 2009 no Código Penal).

Ministério de Justiça do Reino Unido, em um documento intitulado *An Overview of Sexual Offending in England and Wales* (UNITED KINGDOM, 2013), uma a cada vinte mulheres (entre 16 e 59 anos) sofreu estupro (o estudo categoriza as violências); quando crimes como a exposição do corpo nu sem consentimento e ameaças sexuais são considerados, essa proporção aumenta para uma a cada cinco mulheres.

Vigarello, no encerramento de seu livro, questiona essa sensibilização sobre a infância, um questionamento ao olhar contemporâneo de proteção demasiada à infância.

Entretanto, ainda há mais a dizer sobre a infância. O crime rompe uma existência sacralizada, um ser ainda mais precioso porque nossas sociedades perderam certezas e transcendências: “Quando o futuro se torna tão incerto, todas as referências são projetadas nos filhos.” Isso transforma o ser mais frágil em fundamento do mundo, “cúmulo da perfeição, pureza absoluta”, até atribuir “um aspecto teológico” a tudo o que lhe diz respeito; vestígios do sagrado em nossas sociedades laicizadas; subversão do ideal, menos fundado sobre o pai das sociedades tradicionais cujo prestígio desabou, do que sobre a criança cuja inocência e potencialidade se tornam garantias de futuro e de verdade, o que, mais ainda, transforma o crime cometido contra a criança em modelo de atrocidade. (VIGARELLO, 1998, p. 237).

Esse trecho foi colocado pelo fato de abordar esse maniqueísmo direcionado nas situações de violência. Com a criança nesse local sagrado, o estuprador, ao violentar crianças, torna-se a escória, o não sujeito de direito. O polo da pureza e da beatificação da infância constrói o polo oposto, o da impureza e da monstruosidade.

Porém, essa mesma sociedade que cria o monstro do estuprador, que beatifica a infância, é aquela que estimula a erotização desses corpos infanto-juvenis (FELIPE, 2006). Músicas que são ouvidas com frequência pelo público infanto-juvenil, com forte apelo sexual, a moda que estimula a precocidade infantil via sensualidade, a erotização do corpo feminino com aspectos pueris são alguns exemplos de situações que nos fazem pensar se de fato não estamos alimentando esse mal que nos espanta. Outro problema trazido por Felipe (2006) faz menção a certos estigmas em relação à identidade dos agressores (mãe acima de qualquer suspeita, agressores na figura de sádicos e destruidores dos bons costumes), que dificultam um olhar mais apurado sobre pessoas que possam cometer violência, mas não se enquadram nesses papéis.

Apesar desse imaginário em que o agressor é um marginal, um excluído da sociedade e sem vínculo com quem sofreu a violência, alguns estudos apresentam perspectivas diferentes (AZEVEDO; GUERRA, 2001; BRASIL, 2004). Estes *degenerados* e

os *desalmados* são, na maioria das vezes, amados e próximos de suas *vítimas*. Segundo a RAINN (2014a), 73% dos casos de violência sexual são consumados por pessoas conhecidas de quem sofreu a agressão. No estudo britânico já citado, esse número fica em 90% (UNITED KINGDOM, 2013). Quando quem sofre é criança ou adolescente, segundo a RAINN (2014b), falamos em um percentual de 93%. Para Azevedo e Guerra (2001), esse número transita entre 85-90%.

Esses dados trazem o quão presente é a violência sexual na sociedade. Eles mostram também que a maioria dos casos tem agressores conhecidos de quem sofre a violência. Nesse cenário, a violência incestuosa aparece. Ela se destaca como uma das manifestações mais marcantes da violência sexual (por ser, em alguns casos, contra uma criança que seja vulnerável ao extremo; e por também ser realizada, em alguns casos, pelos pais, aqueles que deveriam ser fonte de proteção para seus filhos). Em seguida, apresentamos algumas linhas teóricas que buscam uma compreensão sobre o incesto e que possibilidades emergem nesse cenário de violência.

2.1.1 Incesto

Pode-se dizer que o incesto perpassa a história das relações humanas. Édipo Rei¹² é um clássico, utilizado até para ilustrar alguns comportamentos humanos¹³, além de algumas

¹² A peça Édipo Rei, de Sófocles, foi escrita aproximadamente em 430 a.C. e faz parte de uma das grandes tragédias gregas. Na peça, Laio (pai de Édipo) e Crisipo (filho do rei Pélope, de Élide) apaixonam-se. No entanto, esta paixão, tão intensa, é proibida, fazendo com que Laio rapte seu amado. Este, com medo das reações do pai, suicida-se. Pélope, então, amaldiçoa Laio e toda sua descendência. Ao retornar para Tebas (da onde veio para Élide), Laio casa-se com a bela Jocasta e acredita que a maldição não lhe atingiu, devido à prosperidade que o cerca. Por isso, para saber se esta maldição algum dia lhe acometerá, Laio decide consultar o oráculo de Apolo, em Delfos, e descobre que, caso tenha um filho, será assassinado por ele e este se casará com Jocasta. Laio tenta evitar, sem sucesso, que Jocasta conceba esta criança. Quando Édipo nasce, Laio entrega a criança a um pastor com ordem de mata-la. Mas as coisas não acontecem como o planejado e a criança para nas mãos de Políbio, rei de Corinto. Quando Édipo torna-se jovem, um dia, em uma discussão com uma pessoa embriagada, ele descobre não ser filho de Políbio. Para saber se esta era a verdade, Édipo decide consultar o oráculo de Apolo, descobrindo, assim, sobre seu destino parricida e incestuoso. Para evitar este tipo de crime, ele foge para Tebas, pensando evitar o seu destino. No caminho, ele discute com o cocheiro e seu senhor (que era Laio) e no auge deste imbróglio, Édipo mata os dois, sem saber que um dos homens que acabara de matar era seu pai e que uma parte de seu destino, que ele quisera evitar, acabava de se cumprir. Ao chegar a Tebas, após decifrar o enigma de Esfinge (um monstro temível naquele lugar), Édipo é coroado rei de Tebas e casa-se com Jocasta (que ele não sabe tratar-se de sua mãe). Após quatro filhos com Jocasta (Etéocles, Polinice, Ismênia e Antígona) e a prosperidade de Tebas, uma peste assola a cidade e o desvelamento de seu segredo (inclusive dele) se aproxima: após o oráculo de Delfos (Apolo) apontar que a peste é um castigo divino pela cidade abrigar um criminoso, Édipo incita o povo de Tebas a descobrir quem é este assassino e lança uma maldição ao assassino e parricida. Após alguns acontecimentos, descobre-se que o responsável pela maldição é Édipo. Após saber da história de Édipo, Jocasta se suicida, Édipo se recobre de sua maldição, fica cego e seus filhos prosseguem com a promessa de Pélope (SÓFOCLES, 2005).

¹³ Trata-se aqui do Complexo de Édipo, utilizado por Freud e também Jung (reformulado, também utilizando o Complexo de Electra para entender esse comportamento nos indivíduos do sexo feminino) para compreender o

histórias presentes na Bíblia cristã, presentes no Antigo Testamento¹⁴. Não que o tema se encerre somente nestas narrativas; há outras histórias, na literatura, que tratam sobre o tema¹⁵, mas esse não é o intuito do estudo. Entretanto, isto é importante para saber que o julgamento em relação a este crime (se, de fato, este era considerado crime) nem sempre foi idêntico: suas vítimas nem sempre foram vítimas, seus agressores nem sempre culpados, seu apelo nem sempre o mesmo.

A dinâmica da violência sexual ocorre, em sua maioria, nos lares das pessoas que a sofrem (AZEVEDO; GUERRA, 2001; BRASIL, 2004; DESLANDES, 1994; GOBBETTI; COHEN, 2002; GUERRA, 1998; HABIGZANG et. al., 2005; RAINN, 2014b; SADIGURSKY, 1999). Nesse tipo de violência, homens são geralmente os agressores, sendo estes os pais e os responsáveis de quem sofreu a violência, na maioria dos casos¹⁶. Não são desconhecidos dessas crianças, mas pessoas que têm alguma espécie de proximidade¹⁷. Um vínculo que se amplia pela violência; uma cumplicidade, um afeto unem os polos opostos da violência em questão; não é um “desalmado”, “perturbado”, “louco”; é alguém próximo, digno de confiança para a criança pelo papel que exerce. Não é o estranho, mas aquele que deveria ser o verde pasto e a água tranquila¹⁸.

Segundo Ribeiro, Ferriani e Reis (2004), agressores com laços consanguíneos ou de parentesco são frequentes na violência sexual por causa das relações de poder impostas pelas regras sociais dentro deste espaço. Uma das formas de traduzir esta informação é a explicação deste fato pela tríade de poder – em ordem alfabética: capitalismo, patriarcado e racismo – exposta por Saffioti (1987), que explica porque determinados sujeitos estão mais suscetíveis à violência e outros a serem os agentes da violência. Acrescentando nesta simbiose de poder a adultez, pode-se explicar porque algumas identidades são mais percebidas como

desenvolvimento da sexualidade na infância, por meio de sentimentos de amor em relação à figura do sexo oposto (filho/mãe e filha/pai) e de hostilidade em relação ao mesmo sexo.

¹⁴ Entre as histórias incestuosas podemos ver as filhas de Ló embebedando-o e tendo relações com ele (BÍBLIA, Gn, 19, 31-35), Siquém estuprando Diná (BÍBLIA, Gn, 34, 1-5), a mulher de Potifar tentando abusar de José (BÍBLIA, Gn 39, 7-19), os cidadãos de Gibeá abusando da concubina do levita (BÍBLIA, Jz 19, 22-30) e Amnon estuprando a própria irmã, Tamar (BÍBLIA, 2 Sm 13, 10-17), são alguns casos encontrados. Os desfechos das histórias são os seguintes: as filhas de Ló tiveram filhos (o objetivo da relação sexual era a perpetuação da descendência da família) (BÍBLIA, Gn 19, 36-38), os irmãos de Diná a vingaram, matando Siquém, seu pai e seus servos (BÍBLIA, Gn 34, 25-27), José foi encarcerado e a mulher de Potifar foi qualificada como vítima (BÍBLIA, Gn 39, 20), o povo de Gibeá foi destruído, por ter amaldiçoado a terra com seu pecado (BÍBLIA, Jz 20) e Absalão vinga sua irmã Tamar, matando seu próprio irmão (BÍBLIA, 2 Sm 13, 28-29).

¹⁵ Podem ser citados aqui os contos de fadas *Peau d'âne* (Pele de Asno), da obra *Contes de ma mère l'oye* (Contos da Mamã Gansa), de Charles Perrault, e *Hänsel und Gretel* (João e Maria), dos Irmãos Grimm.

¹⁶ França Júnior (2003), em seu estudo, traz tios, primos e avôs (e não os pais e padrastos) como os principais agressores.

¹⁷ Mesmo em casos onde não há um vínculo, na maioria das vezes a aproximação e a conquista da confiança da vítima são estratégias utilizadas pelos agressores para entrar contato com crianças e adolescentes.

¹⁸ Alusão a Sl 23,2 (BÍBLIA).

vítimas e outras como *agressoras*. Nessa lógica, as figuras masculinas que remetem a um papel de liderança na família tornam-se os agressores (homem, provedor, adulto) na maioria dos casos e as meninas, as *vítimas* (mulher, não-provedor, criança).

Guerra (1998) coloca a dinâmica da violência doméstica contra a criança e o adolescente como um processo onde: (1) há a transgressão do poder disciplinador do adulto sobre a criança/adolescente, (2) que consiste na negação da liberdade da criança/adolescente e na cumplicidade entre perpetrador e perpetrado e (3) no aprisionamento da vontade e do desejo da criança/adolescente e na submissão deste ao poder do adulto para a satisfação dos interesses, expectativas e paixões do agressor. Além disso, esse processo é duradouro, objeta a criança, indo em direção contrária aos direitos essenciais da criança/adolescente.

Segundo a literatura, há uma potencialização de danos psicológicos, pois o agressor, que é alguém conhecido, deveria ser alguém confiável – e isso não se sucedeu –, e suas residências – que deveriam ser um lugar acolhedor – foram o local onde ela vivenciou algo que sabe que não foi bom (AMAZARRAY; KOLLER, 1998; SADIGURSKY, 1999). Acresce-se a isso o fato de que na maioria dos casos de violência sexual, ela é duradoura (FRANÇA JÚNIOR, 2003; GUERRA, 1998; PFEIFFER; SALVAGNI, 2005). Uma das características que permitem essa situação está no fato de o agressor utilizar táticas que passam a ideia de que o tipo de contato entre *agressor* e *vítima* é normal; quando a criança começa a perceber esses atos como um abuso, as táticas começam a ser de intimidação e culpabilização da criança; essa culpa e intimidação, aliadas a outras questões como a insegurança, a desproteção e baixa autoestima, impedem que esse ciclo seja rompido por meio da denúncia (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

Existem outros modos de se observar este fenômeno. Como coloca Alves (1996), ao fazer uma analogia entre pescadores e cientistas¹⁹, existem redes para cada tipo de peixe a ser pescado. Para se compreender melhor determinado objeto, uma teoria, juntamente com métodos adequados, deve ser utilizada para buscar essa melhor compreensão. Assim, não se encontram explicações para a compreensão da violência sexual somente pelo prisma já citado, mas outros olhares também podem ser elucidativos.

Gobbetti e Cohen (2002), por exemplo, olham o incesto com a perspectiva da psicanálise freudiana, que coloca a proibição do desejo da relação incestuosa como lei e culturalmente torna-se necessária para o desenvolvimento individual e social, pois a partir desta proibição há a estruturação do superego e a delimitação de funções sociais, fatores

¹⁹ A analogia é de Karl Popper, segundo ele mesmo coloca (“*Teorias são redes: somente aqueles que as lançam pescarão alguma coisa*” – ALVES, 1996, p. 86).

fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, exercidos primeiramente no âmbito familiar. Os autores apontam ainda que pela não assimilação dessa proibição, relações incestuosas ocorrem e são mantidas nas famílias em que esse tipo de violência acontece; não é uma disputa maniqueísta, mas uma *distorção* sobre as diferenciações nas funções familiares e a não repressão aos desejos incestuosos do inconsciente.

Influenciado também pela psicanálise e também por alguns autores da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse), Neumann (2002) traz outros elementos para análise: é no modo de vida imposto pela sociedade do capital que distorções acerca da subjetividade são criadas, influenciando na sexualidade do indivíduo; essas produções de sujeito, de sexualidade e de sociedade alienados podem gerar somente relações alienadas. E em uma sociedade regida pela repressão da subjetividade e consequentemente da sexualidade do indivíduo, e que normatiza a performance e a dominação nas relações sociais, a violência sexual surge como uma possibilidade de rebeldia frente à ordem repressora.

Sobre a dinâmica da violência incestuosa, no estudo de Cohen e Gobbetti (2014), nas relações incestuosas, houve uma cumplicidade entre o pai e a mãe da criança ou adolescente, quando o pai (ou padrasto) foi o agressor; a mãe, na maioria dos casos, só se tornou a denunciante quando esta se separou do companheiro, como forma de retaliação. A consequência disso, então, é um sentimento de raiva e desprezo destinado às mães, por conta da inoperância em denunciar o caso, do que dos próprios agressores, percebida em outro estudo dos autores (GOBBETTI; COHEN, 2002). Nos outros casos de denúncia, ou ela partiu de terceiros ou da própria criança (COHEN; GOBBETTI, 2014).

Ainda sobre essa questão, segundo Sadigursky (1999), devido à dependência que a criança que sofre violência tem de seus pais, dificilmente há o relato e denúncia na infância. Guerra (1998) coloca que a família, situada como uma instituição sagrada, em busca desse estereótipo, está revestida de pactos de silêncio e sigilo, dificultando a denúncia de muitos casos. Além disto, na pesquisa de Cohen e Gobbetti (2014), vale ressaltar que nos casos onde houve violência contra um menino no âmbito familiar, não aconteceu denúncia de quem sofreu em nenhum caso, subentendendo que a denúncia pode estigmatizar quem sofre a violência como um homossexual.

Como colocado no tópico anterior, os códigos da violência sexual, e consequentemente de seu caráter incestuoso, são mais escusos, são mais profundos; esta violência está sob um contexto de segredo, de moralidade, de pecado (daqueles mais impuros), de imaginário. Vigarello descreve alguns casos desta situação:

A falta que pesa sobre os atores de um incesto é frequentemente agravada pelo acréscimo de outras imoralidades, blasfêmias ou impiedades, reconstruídas em geral na ocasião, para aviltar em definitivo o acusado. Quando Abraham Berthoin, negociante de La Rochelle, é acusado de incesto cometido com sua irmã, testemunhas afirmam que ele também “conheceu carnalmente uma égua”, animal adquirido para esse fim, ato de bestialidade logo levado a sério pelos juízes, apesar da fragilidade das provas. A ignomínia de Berthoin está no centro do processo. Seu desregramento é todo o seu crime, sua perversão moral encobre por completo sua falta; sua irmã se associa necessariamente a ela. Os suplícios, é claro são pronunciados. Abraham é conduzido em uma carroça até a forca, a 8 de fevereiro de 1621, sua irmã e a égua “amarradas à dita carroça”. Abraham é enforcado e estrangulado, a égua morta a pancadas, “ambos jogados numa fogueira acesa aos pés da forca, suas cinzas lançadas ao mar”, Elisabeth foi encarcerada pelo resto de seus dias na prisão da cidade. A bestialidade alegada apenas aumentou a indignidade e a rejeição. (VIGARELLO, 1998, p. 42).

O campo imaginário tanto de um quanto do outro já foram determinados. Mudanças ocorrem na transformação destas imagens, mas algumas permanecem fixas quanto ao ícone da maleficência humana.

2.1.2 Contextos e efeitos da violência

Em relação ao comportamento de pessoas que sofreram violência sexual, observa-se uma gama de reações e possibilidades. Percebe-se que muitas situações contraditórias se apresentam quando se fala em sintoma, quando se diagnostica, mostrando o quão complexo é esse tema. Para explicar essa diversidade, o Guia Escolar coloca algumas situações que podem influenciar nas consequências de uma violência para essa pessoa:

- **IDADE DO INÍCIO DO ABUSO:** Pesquisas afirmam que quanto mais baixa a idade, mais difusos serão os efeitos e, portanto, mais severos.
- **DURAÇÃO DO ABUSO:** Estudos declaram que quanto mais duradouro e frequente for o abuso, mais sérios seus efeitos.
- **GRAU DE VIOLÊNCIA OU AMEAÇA DE VIOLÊNCIA:** Quanto maior a força empregada ou ameaçada, piores serão os efeitos do abuso sexual, devido à anulação da criança como sujeito.
- **DIFERENÇA DE IDADE ENTRE A PESSOA QUE COMETEU O ABUSO E A CRIANÇA QUE O SOFREU:** Há a hipótese de os efeitos serem menores quanto menor for a diferença de idade (esse ponto pode ser controverso).
- **GRAU DE PROXIMIDADE DA PESSOA QUE COMETEU O ABUSO E A CRIANÇA:** Quanto mais próximos, maiores são as consequências, como no caso de incesto pai/filha.

- **PRESENÇA E AUSÊNCIA DE FIGURAS PARENTAIS** protetoras ou de outras pessoas que exerçam o papel de parentesco afetivo com a criança. Relações significativas e confiáveis podem ajudar a criança a superar mais rapidamente suas dificuldades.
- **GRAU DE SIGILO SOBRE O FATO OCORRIDO:** Se mantido em segredo o abuso, a criança terá mais dificuldade em elaborar o ocorrido.
- **A PERCEPÇÃO DA CRIANÇA DOS ATOS SEXUAIS REALIZADOS CONTRA ELA:** Para algumas crianças/adolescentes um simples olhar pode significar uma invasão de sua sexualidade, enquanto outras só percebem esse ato invasivo na medida em que forem beijadas ou tocadas. Não são raros os casos de adultos que relatam ter mantido relações sexuais com irmãos ou pessoas mais velhas como parte das descobertas sexuais.
- **A EXISTÊNCIA DE SERVIÇOS, SUA ORGANIZAÇÃO EM REDE, E O GRAU DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DESSA REDE:** A agilidade, a qualidade e abrangência da cobertura podem ser decisivas para ajudar tanto as crianças abusadas quanto os agressores na elaboração e superação da experiência vivida.
- **COMO A VISÃO QUE ESSES SERVIÇOS TÊM SOBRE O FATO OCORRIDO AFETA A PRÓPRIA PERCEPÇÃO DA CRIANÇA DO QUE ACONTECEU:** Numa pesquisa comparativa, realizada entre ex-crianças de rua em Nova York e São Paulo, constatou-se que ex-jovens de rua de Nova York viveram sua experiência de abuso sexual como terrível trauma que marcou quase definitivamente suas vidas. Em contrapartida, jovens brasileiros a descreveram como uma experiência muito ruim, mas que já a superaram ou estavam lutando para superá-la. (BRASIL, 2004, pp. 53-54).

Essas situações podem influenciar os comportamentos consequentes de uma violência sexual, atenuando ou potencializando estes. A lista destes comportamentos é extensa e, por vezes, distinta entre alguns estudos. Segundo Sadigursky (1999), pode-se verificar os seguintes comportamentos:

- Precocidade sexual e aversão sexual;
- Isolamento e medo de isolamento;
- Recusa em socializar-se;
- Dificuldade em confiar nos outros;
- Comportamento submisso e agressivo;
- Diminuição do rendimento escolar;
- Baixa autoestima e depressão;
- Dificuldades de ordem afetiva e sexual;
- Medo e ansiedade;
- Manipulação por meio da utilização do sexo;

- Distúrbios de memória;
- Frigidez;
- Vaginismo e dispareunia;
- Disfunção erétil;
- Promiscuidade sexual;
- Dificuldade sexual;
- Incesto;
- Abuso de drogas;
- Delinquência;
- Automutilação.
- Prostituição;
- Passividade;
- Dissociação de personalidade.

A OMS (WHO, 2012) divide estas consequências em quatro tipos: (1) de saúde reprodutiva; (2) de saúde mental; (3) comportamental e (4) de causa fatal. Nas consequências de saúde reprodutiva, encontram-se traumas ginecológicos, gravidez indesejada, aborto não seguro, disfunção sexual, infecções de DST's e fístulas traumáticas; nas consequências de saúde mental, encontram-se a depressão, transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade, dificuldades para dormir, síndrome do pânico, comportamento suicida e queixas somáticas; nas consequências comportamentais, comportamentos de alto risco (abuso de álcool e drogas, desproteção nas relações sexuais, etc.) e maior risco de perpetração ou de experimentação de violência sexual; nas causas fatais, mortes por suicídio, por complicação na gravidez, por abortar em condições precárias, por AIDS, por assassinato durante o estupro ou a defesa da “honra” e infanticídio de uma criança nascida de estupro. Outros dados mostram o quanto essa violência influencia em alguns dos comportamentos citados. Quem sofre violência sexual tem potencializados os riscos de depressão (em até três vezes mais), suicídio (quatro vezes mais), alcoolismo (treze vezes mais) e vício em drogas (vinte e seis vezes mais) (RAINN, 2014b; RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004). Sobre depressão, evidências em Polanczik et. al. (2003) apontam para a existência da associação entre violência sexual na infância ou adolescência e ocorrência de depressão na idade adulta. Além disso, segundo Polanczik et. al. (2003), crianças e adolescentes que vivenciam rotineiramente atos de violência, como *vítimas* diretas, testemunhas ou convivendo com pessoas vitimizadas, podem passar a percebê-los

como componentes normais da realidade, deixando de reagir negativamente a eventos dessa natureza e incorporando a violência aos contextos culturais do cotidiano.

Além do trauma originado por se sofrer uma violência sexual, o processo pós-denúncia, ao invés de minimizar alguns problemas decorrentes, pode ser extremamente desumano. Segundo Sadigursky (1999), a maneira como alguns pais se portam ao terem ciência do caso, mais um tratamento indiferente dado à pessoa que sofreu a violência (onde só há a preocupação com a resolução do caso), agravam ainda mais este processo.

É perceptível a complexidade deste problema. As diversas esferas de atuação e as questões que afligem quem sofre a violência exigem a necessidade de capacitação e conhecimento das pessoas sobre a violência sexual e também a necessidade de uma prática interdisciplinar frente a essa problemática (AMAZARRAY; KOLLER, 1998; SADIGURSKY, 1999).

No atendimento primário, é percebido um movimento dessa ordem: a formalização da denúncia; a entrevista com a criança; os exames médicos para a constatação de algum tipo de DST, de ferimentos, entre outras coisas; a elaboração de um diagnóstico por uma equipe multidisciplinar (SADIGURSKY, 1999). Nos atendimentos posteriores, essa ideia é enfatizada, e nas medidas de prevenção isso também é percebido.

Nessas diferentes perspectivas sobre a violência, pôde-se perceber como ponto de convergência o caráter multifatorial deste fenômeno. Isso aproxima a prática corporal como uma alternativa, no sentido que ela é uma possibilidade de diálogo com este corpo que passou pela violência.

Ao se pensar na amplitude da violência sexual, percebemos que questões relacionadas a ela estão também ligadas ao corpo. Um corpo que se encontra limitado na legitimação de poucos discursos sobre ele, necessitando de uma expansão nessa situação, que exige, na possibilidade de responder algumas interrogações ou de exclamações que já não são suficientes, uma maior interação de saberes, um baile de interdisciplinaridade (ou transdisciplinaridade).

No próximo capítulo, abordamos o corpo em diálogo com outros campos, nos permitindo enxergar como se dão algumas de suas capturas, mas também suas possibilidades de resistência.

3 CORPO

Rubem Alves, questionando o princípio de neutralidade científica, devido a nossa relação social com o mundo, traz a seguinte história:

O nosso corpo é um produto social. Sentimos em função de convenções. Toda a nossa relação para com o mundo é medida pela linguagem. Conheci um homem que aprendeu desde cedo a detestar miolo. O horror era tanto que nunca teve coragem sequer de prová-lo. Um dia foi jantar na casa de um amigo. Havia couve-flor empanada, que ele comeu e repetiu com enorme prazer. Ao final da refeição, comentou com a dona da casa: “Divina, a couve-flor empanada.” “Que couve-flor? É miolo...” O pobre homem teve de correr para o banheiro e vomitar. Houve alguma alteração física na situação? Não. O corpo já havia gostado do alimento? Qual foi a mudança? A palavra. Mas a palavra só ocorre no meio social. O corpo é um produto da sociedade, como também o são a própria razão e pensamento. (ALVES, 1996, p. 181).

Aqui, não só a palavra, ou a palavra nas suas mais variadas formas, age nesse sentido, de determinar o certo e, consequentemente, o errado. O corpo, como produto da palavra legítima do âmbito social, transita de acordo com a lei ortográfica (ou as leis) dominante da sociedade.

Pensamos o corpo aqui como uma produção social e histórica. Partimos desse princípio por entendermos que questões ligadas ao corpo, como sexualidade, gênero, beleza, saúde, entre outros pontos, vão se definindo por uma série de dispositivos validados em determinado contexto (FOUCAULT, 1979; SIBILIA, 2007). Abreu (2011), ao pesquisar o saber médico no Brasil e Portugal em determinado momento, enfatiza essa contextualização do corpo, ao colocar que o estudo do conhecimento sobre este não pode prescindir da análise da cultura na qual este se insere. Assim, ao procurar compreender direcionamentos sobre o corpo em determinados tempos históricos, pela análise dos mais diversos discursos (sociais, científicos, midiáticos, etc.), encontramos o corpo nesse local de sujeição. Assim como a captação do som “é miolo” determinou uma ação, uma série de mecanismos trabalha de maneira parecida: estipula dados, regula ações, abre espaços para possibilidades.

As relações de poder, dentro da perspectiva foucaultiana, que são articuladas em conectividade com o conhecimento (ou saber) (FOUCAULT, 1979; 1997), desenvolvem-se no corpo, como podemos ver nesse trecho do livro *Microfísica do Poder*:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias o dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 1979, p. 22).

O corpo, aqui como origem¹, é o lugar onde se inscreve a história e onde a história, como poder, marca o sujeito. A *história*, como um número indeterminado de discursos sobre o corpo, produz sujeições (que nomeamos como verdades) sobre este.

A *história*, na citação anterior, pode ser substituída por *poder*, pois a realidade é permeada de poder. E este se confunde com a *história*, porque dinâmicas anteriores de poder trazem efeitos sobre o corpo; não somos desconectados de outros contextos e também de outros tempos, mas estamos imbricados em uma dinâmica espaço-temporal de poder. Isso nos coloca dentro de processos de subjetivação de verdades produzidas atualmente e também aquelas que resistiram até hoje. E esta dinâmica de poder tem como espaço fundamental o corpo, desenvolvendo-se por meio da sexualidade, da vigilância sobre o corpo, do movimentar-se, do que é estar saudável.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1979, p. XX).

Pensar sobre violência sexual nos leva a pensar o corpo. Não buscamos a história do corpo ou mesmo a história dos modos de sujeição. Sabemos, como Sant'Anna (2001b) coloca, que este possui inúmeras formas de abordagem e, por isso, por si só, seria tema para outro trabalho. Entretanto, nosso propósito é diferente de pesquisar uma história do corpo. Procuramos olhar como se dá a dinâmica de poder sobre o corpo e como funcionam alguns discursos que constroem o corpo que sofreu violência sexual. Assim, algumas regulações sobre o corpo, que nos parecem mais relevantes na constituição deste tema, são colocadas para construir um conceito de corpo e pensar em como eles interagem também com a dinâmica da violência sexual e da prática corporal. Já colocamos que esses modelos não são

¹ O capítulo do livro em questão trata sobre uma genealogia do poder, dentro da perspectiva nietzschiana. Na situação apresentada, discute-se a utilização da palavra *Herkunft* (proveniência) na obra de Nietzsche, e o corpo aparece como local onde se dá esta proveniência.

unânicos, mas eles, de alguma forma, por meio de relações de poder, criaram modos, regularam, produziram resistência, reorganizaram-se. São aqueles que surgiram e prosseguiram, transformando-se sem por vezes serem percebidos.

A seguir, tópicos referentes ao corpo no Cristianismo, no período que podemos entender como posterior à Revolução Industrial e na Educação Física darão a tônica sobre um olhar ao corpo que percebe as intensas movimentações de poder sobre o corpo, e algumas de suas *brechas*, que originam possibilidades de resistência ao que está dado.

3.1 Cristianismo

A ideia de que o cristianismo influenciou a relação que as pessoas estabelecem com os seus corpos é praticamente unânime. Entretanto, não entendemos o discurso religioso somente como um jugo pesado para o corpo, pelo fardo moral intrínseco ao discurso cristão, mas as vias de atuação dele parecem mais ricas e complexas; não somente por caminhos aparentes elas se movem; apesar de essas formas não cessarem, elas renovam-se a cada instante, por outros modos e por meio de outros discursos.

Podemos resumir a crença cristã da seguinte maneira: Deus criou o mundo e o homem, para com ele se relacionar; a humanidade (representada inicialmente por Adão e Eva) pecou contra Deus ao comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal; esse caminho de desobediência a Deus foi herança de Adão para a posteridade; assim, mesmo depois de diversas alianças com o povo de Israel, a humanidade, devido a esta herança, andava em afastamento com o propósito de Deus na criação; essa escolha pelo pecado levava a humanidade à morte eterna, pois a imperfeição humana impossibilitava uma salvação pela Lei; assim, Jesus foi enviado para ser sacrificado pelos pecados do mundo, possibilitando, pela crença na salvação pelo sangue de Cristo, a vida eterna. (MCGRATH, 2008).

Nesse resumo, o pecado aparece como um ponto central, pois é ele quem afasta a humanidade de Deus. A humanidade, ao buscar a independência sobre Deus em um mundo criado por Ele, pecou e se afastou de Deus, ficando, conseqüentemente, condenados à morte eterna, revertida após a morte e ressurreição de Cristo (LEWIS, 1983). O pecado é também importante pela sua relação estrita com o corpo. Podemos ver o corpo associado com a noção de pecado em diversos trechos, e alguns deles são apresentados a seguir:

E viu Deus a terra, e eis que estava corrompida; porque toda a carne havia corrompido o seu caminho sobre a terra. (BÍBLIA, Gn, 6,12).

Sabendo isto, que o nosso homem velho foi com ele crucificado, para que o corpo do pecado seja desfeito, para que não sirvamos mais ao pecado. (BÍBLIA, Rm 6.6).

Porque bem sabemos que a lei é espiritual; mas eu sou carnal, vendido sob o pecado. Porque o que faço não o aprovo; pois o que quero isso não faço, mas o que aborreço isso faço. (BÍBLIA, Rm 7,14-15).

Porque a carne cobiça contra o Espírito, e o Espírito contra a carne; e estes opõem-se um ao outro, para que não façais o que quereis. [...] E os que são de Cristo crucificaram a carne com as suas paixões e concupiscências. (BÍBLIA, Gl 5,17;24).

O corpo, nesses trechos, é terreno do pecado. É aquele que necessita ser desfeito, o que rivaliza contra o *bem* que quero fazer, o que embate contra o Espírito de Deus. A relação do corpo com algo que representa o mal aparece. Entretanto, esta não é uma definição conclusiva sobre o corpo. O corpo não é só o locus do pecado, do mal em detrimento do bem. Ele é uma criação de Deus; o corpo é local também do sagrado.

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. [...] Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens. [...] Estava no mundo, e o mundo foi feito por ele, e o mundo não o conheceu. [...] Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, aos que creem no seu nome; os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus. E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade. (BÍBLIA, Jo 1,1-2; 4; 10; 12-14).

Nesta previsão, disse da ressurreição de Cristo, que a sua alma não foi deixada no inferno, nem a sua carne viu a corrupção. (BÍBLIA, At 2,31).

Porque para isto sois chamados; pois também Cristo padeceu por nós, deixando-nos o exemplo, para que sigais as suas pisadas. O qual não cometeu pecado, nem na sua boca se achou engano. (BÍBLIA, I Pe 2,21-22).

Assim como alguns trechos trazem o corpo como “instituição” do pecado, nestes trechos o corpo transitou por outro lugar. Deus se revelou por meio de Jesus Cristo, que, via corporal, se apresentou ao mundo. O ser divino se fez carne, não tendo com isso nenhum questionamento sobre sua perfeição. O Verbo, em sua perfeição (pois é Deus), veio ao mundo

como criatura corpórea, para, pelo sacrifício do Verbo (que era o unigênito de Deus), salvar, pelo derramamento do único sangue puro, aquele que foi criado e estava condenado pela Lei que gera o pecado (LEWIS, 1979; MCGRATCH, 2008). Não que *fazer o bem* tornou-se irrelevante, mas a aceitação do sacrifício e da dependência de Deus (e o consequente rompimento da *meritocracia* salvífica) tornou-se a via principal de relação com o Divino.

Gélis (2008), ao olhar a imagem de Jesus, percebe uma oscilação de paradoxos sobre o corpo, pois ao mesmo tempo em que se percebe uma ênfase no martírio e sofrimento, via crucificação de Cristo, há também relevância na ressurreição, na glorificação de Jesus como Salvador em corpo. O cristianismo enfatiza que há um problema na vontade insubordinada do homem, mas a guerra vital travada com a corrupção da carne parece se direcionar em momentos específicos, e não constantes.

Entretanto, o discurso sobre o corpo no cristianismo não se encerra em citações encontradas em versículos bíblicos. Esta religião, que se tornou “regime de verdade” após sua oficialização por Constantino, teve influências externas à Bíblia. E essas influências se deram também no corpo, em modos de ser e em morais a seguir. Schmitt (1994) pode nos auxiliar neste olhar em sua análise sobre uma moral dos gestos concebida entre os séculos IV e XII d.C., baseada na justa medida dos gestos e das expressões; o movimento e o gesto sendo o espelho da alma, que por sua vez é reflexo da sua relação com a ética (no plano cristão) e com Deus. Pelo aspecto motor, observava-se ou não o enquadramento ao que era considerado bom ou mau, onde o gesto incitado era aquele alinhado à moderação, à modéstia, à temperança, à continência e à postura humilde. Essa moral da justa medida dos gestos, segundo Schmidt (1994), começou a ser construída pelo pensamento grego, mas só veio a se tornar um padrão gestual hegemônico no contexto judaico-cristão, onde, na formação dessa moral, englobavam-se virtudes direcionadas à remissão do pecado original e ao encontro com Deus. A fundamentação de Schmitt (1994) utiliza, para pensar essa moral gestual, os textos de alguns dos *Pais da Igreja* (Agostinho de Hipona, Gregório de Nissa e Ambrósio são alguns dos citados), além de teólogos dos séculos VIII e XI, que tratavam de desenvolver conceitualmente estas virtudes, assim como pensá-las de modo prático, por meio da organização de listas gradativas de comportamentos e gestos (pode-se incluir o riso, a postura, o olhar, o orgulho, a humildade) para uma ascensão espiritual, além de, aos poucos, a mulher ser enquadrada nesta moral (antes, estes ensinamentos eram destinados somente aos clericais, necessariamente homens), entretanto com pressupostos particulares, pois o homem e a mulher

eram tratados distintamente (o cristianismo alimentava um modelo patriarcal de sociedade, diferenciando atribuições e importância de acordo com o gênero).

Não entendemos, entretanto, isto como uma definição sobre o corpo no cristianismo. Como já enfatizamos, as relações entre corpo e cristianismo parecem bem complexas; o corpo aparece como um local a ser disciplinado, suprimido por vezes, de acordo com o direcionamento de seus desejos, mas também se apresenta como o “templo do Espírito Santo” (I Co 6, 19) e a forma em que Deus veio ao mundo para ser crucificado e ressuscitar.

Essa argumentação não tem como intuito fazer defesa ao cristianismo, mas, como coloca Chevalier (2012, p. 47), desconfiar de “*generalidades históricas demasiado amplas, grandes conjuntos de discursos ligados apenas por considerações ideológicas*”. Como bem lembra um dos pais da sociologia, ao refletir sobre o que seria o “*espírito do capitalismo*”, a “*individualidade histórica*” (o conceito histórico) seria “*um complexo de elementos associados na realidade histórica que aglutinamos em um todo conceitual, do ponto de vista de seu significado cultural*” (WEBER, 2001, p. 47). Assim, é possível perceber que são diversos os cristianismos. Se atualmente vive-se uma pluralidade de doutrinas, quanto mais temporalmente, em que elementos distintos estavam presentes². Por isso, o cristianismo não nos parece só um sistema repressivo de conduta no que tange à sexualidade e à conscientização política da sociedade, mas algo maior que isso.

A subordinação do corpo pela alma, vista nesta moral gestual que se desenvolveu na Idade Média, trazida por Schmitt (1994), parece se originar na civilização grega, herança essa que influenciou de certa maneira a prática cristã (LEME, 2012; SANT’ANNA, 2001b), com uma institucionalização que dialogasse com esse pensamento helênico.

Entretanto, questionar a alma como elemento superior no pensamento cristão não nos impede de enxergar um controle exercido sobre o corpo. Foucault (1988) é um dos que percebem essa força da prática da confissão na regulação dos corpos, principalmente em relação ao aspecto sexual³, tanto no campo religioso como no campo secular; ela não regula somente pela moral cristã, mas constrói e mantém regimes de verdade em outras instituições.

² No próprio livro de Weber (2001), são apresentadas algumas doutrinas protestantes presentes no século XIX e início do século XX, e como elas dialogavam com a relação entre vocação e capitalismo. Elas já apresentavam uma pluralidade de doutrinas e hoje, com o desenvolvimento das igrejas neopentecostais (inclusive no Brasil), podemos ver um número muito maior de igrejas e de uma pluralidade de doutrinas, como bem lembra Romero (2005).

³ “A confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 62).

Voltando à referência bíblica, um trecho da epístola de Tiago nos faz pensar na importância da confissão como prática cristã:

Confessai as vossas culpas uns aos outros, e orai uns pelos outros, para que sareis. A oração feita por um justo pode muito em seus efeitos. (BÍBLIA, Tg 5,16)

A confissão, dentre tantos outros *benefícios*, é condição *sine qua non*, juntamente com a oração (a segunda parte retrata a importância desta), para que seja curada a *culpa* (pecado). Como coloca Leme (2012, p. 31), ao tratar sobre o poder pastoral (segundo Foucault, uma mecânica de poder oriunda do cristianismo), a “*salvação – mesmo nas suas formas seculares – é uma obrigação que está indexada à presença de um outro*”.

Chevalier (2012), ao refletir sobre a confissão cristã, a apresenta como uma prática que revela o íntimo deste sujeito, que o desnuda, para, assim, o aproximar de um acesso ao perdão de Deus. A exposição da verdade sobre si (confissão) é aquela que leva à renúncia de si, no sentido de buscar a verdade da autoridade, que é o outro (LEME, 2012). A verdade não está somente, como diz o oráculo délfico, no *conhecimento de si*. Ao mesmo tempo, a noção do cristianismo como a religião da “salvação na imperfeição” aparece como resistência, no sentido de compreender a *canseira da existência humana*; o sangue de Cristo não livra o homem de sua imperfeição, simplesmente dá condição, por meio do sacrifício vicário, de com ele poder se relacionar. Ele não minimiza o pecado, nem rompe com uma ideia de evolução, mas coloca de fato a imperfeição como condição humana – “*a penitência não é mais um acontecimento particular (antes do batismo), mas a própria condição humana*” (CHEVALIER, 2012, p. 53).

Como podemos ver, o corpo transita por diferentes polos. A ideia de inferioridade em relação à alma é apresentada por vezes nas Escrituras, mas o corpo aparece também como um local de encontro com Deus. O corpo que se encontra como *antro do pecado* é o mesmo que fez o *Verbo habitar entre nós*. E a confissão cristã, como Foucault (1988) coloca, aparece como uma prática potencial de (des)subjetivação e de produção da normalidade, mas também como prática de autoconhecimento (*ao conhecer a Deus, conheço a mim mesmo*) (MANICKI, 2012).

Esse corpo parece tomado por técnicas de subjetivação. Na verdade, o antigo geralmente é tomado por essa visão. Percebemo-nos livres desses regimes de imposição. Entretanto, como Foucault (1988, p. 63) coloca, a confissão se renovou: “*não mais àquele que*

fala do pecado e da salvação, da morte e da eternidade, mas ao que fala do corpo e da vida”.

A ciência repaginou a confissão, tornando-a metodologia de suas (des)subjetivações nas relações de poder-saber. Não é uma questão temporal; ela é social. O poder permeia tudo, vezes passando despercebido.

Um cenário traduz essa situação, apesar de sua distância temporal (pouco mais de 400 anos)⁴. Na peça de William Shakespeare, *O Mercador de Veneza*, momentos antes de *Bassanio* optar por um dos escrínios que o possibilitaria casar com *Portia*, ele começa a refletir sobre qual a escolha o levaria ao seu desejo.

As mais brilhantes aparências podem encobrir as mais vulgares realidades. O mundo vive sempre enganado pelos ornamentos. Em justiça, qual a causa mais impura e corrupta a que uma voz persuasiva não possa, apresentando-a com habilidade, dissimular o odioso aspecto? Em religião, qual o erro detestável que não possa, santificado por uma frente austera e apoiado em textos adequados, esconder a grosseria debaixo de belos ornamentos? O mais simples dos vícios sempre se apresenta sob os aspectos da virtude (SHAKESPEARE, 2006, p. 68).

Esta fala de *Bassanio* nos faz pensar um pouco sobre o mecanismo utilizado nessa lógica dos investimentos sobre o corpo. Os discursos, por mais libertadores que possam parecer, apresentam-se como readequações de discursos de controle anteriormente aceitos, mas cobertos por novos ornamentos, mais libertários talvez, mas ainda aprisionados nas lógicas morais que passam como retrógradadas hoje.

Esse corpo cristão, relacionando com a temática desta pesquisa, é o local em que a culpa e a vergonha podem se desenvolver, devido ao caráter moralista e machista presentes neste discurso; é também o local em que algumas ambivalências, como a figura da família sacralizada e um agressor intrafamiliar, são tensionadas. Mas é também o corpo que apresenta a possibilidade de um encontro divino mesmo na condição imperfeita. É um corpo valorizado, mas que precisa ser disciplinado. É um corpo complexo e não só preso naquilo que fica à vista.

O próximo domínio do corpo apresenta um apelo estético (no sentido de padronização) que parece libertário em relação ao cristianismo, livre das *amarras* das relações de produção. Mas um olhar mais atento nos leva a perceber reconfigurações de táticas de controle no desenvolvimento deste discurso.

⁴ O tradutor da versão, F. Carlos de Almeida Cunha Medeiros, traz esta peça como escrita em 1594 ou 1596, com maior probabilidade da primeira data.

3.2 Ciência e consumo

(...) podemos dominar tudo, por meio da previsão. Isso é o mesmo que despojar de magia o mundo. Não mais se trata para nós, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar a métodos mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão. Essa é a essência da significação da intelectualização (WEBER, 2004, p. 38).

Quando se procura uma história do corpo, a *subordinação* deste a outras instâncias é uma ordem; o corpo como materialidade inanimada, irracional, a serviço de outras instâncias, como a alma, a mente, a razão, entre outras. Sibilia (2007) enfatiza essa subordinação após de Descartes, onde o corpo foi colocado como algo dispensável, pois a existência se dava somente pelo pensamento (*cogito ergo sum*).

Após Descartes, a subordinação do corpo, sua inferioridade, parece ganhar força por conta da consagração do pensamento na consciência da existência humana. A razão prevaleceu sobre o corpo, instituição considerada irracional ou emotiva, destituída de racionalidade. A partir daí, segundo Sibilia (2007), novas instâncias começaram a ganhar notoriedade; a produção e legitimação de novos saberes e a nova configuração de sociedade trouxeram a importância de um corpo disciplinado e higienizado, para um novo modelo de sociedade que vem sendo construído, o corpo como objeto de estudo e como a prisão de uma essência, seja ela psicológica, digital, estética, genética. Esses novos modos de sujeição do corpo e do sujeito, legitimados por um conjunto de saberes aceitos com status de inquestionável (a verdade), produzem corpos e sujeitos propícios nestes discursos.

Como bem colocou Weber (2004), o mundo se desencantou; tudo, por meio da ciência, começou a ser previsto por meio de leis gerais da natureza. A imprevisibilidade e a *magia* foram trocadas pela técnica e a razão. Concomitantemente, Deus foi substituído pelo homem.

A verdade, então, se sustenta não mais por um discurso religioso, mas este é substituído por outro aparato: a ciência. Santos (2011), ao falar de *totalitarismos* desenvolvidos no processo de globalização do mundo, coloca que:

[...] as técnicas hegemônicas atuais, são [...] filhas da ciência e [...] sua utilização se dá ao serviço do mercado, [...] *[produzindo]* um ideário da técnica e do mercado que é santificado pela ciência, considerada, ela própria, infalível. Essa, aliás, é uma das fontes do poder do pensamento único. Tudo o que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte de

ideias científicas, indispensáveis à produção, aliás acelerada, de novas realidades, de tal modo que as ações assim criadas se impõem como soluções únicas. (SANTOS, 2011, p. 53).

A ciência, que é o que nos importa aqui, aparece como produtora da realidade; ela é a detentora da verdade e, assim, produz normas, racionaliza condutas. Foucault (2013) vai pensar essa racionalização das condutas se exercitando como disciplina; uma fórmula de direcionamento que difere da escravidão, da domesticidade, da vassalagem, do próprio ascetismo (p. 133), pois busca sua potência e sua obediência, por meio de uma docilização do corpo. Esse poder se estabelece pelas mais variadas técnicas, que apontam para uma organização moral, temporal, espacial, não com o intuito de coibir o corpo, mas de torná-lo mais produtivo (pois entende sua função no espaço) e obediente (pois entende como deve se portar no espaço).

Foucault aborda a disciplina atuando em polos distintos, onde o poder funciona dentro de uma biopolítica, como um regime de viver.

(...) um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Essa organização do poder sobre a vida tem seus *frutos* nos mais diversos campos do corpo. Courtine (1994) procura alguns indícios (visto que não se define em um único momento) do surgimento dessa obsessão por um corpo associado à juventude, que seja forte e rígido, leve e liso, o mais afastado possível de qualquer indício possível de envelhecimento e de morte; um rigor doentio, um cuidado obsessivo, por essa busca pela jovialidade, não nos evolui do ascetismo, mas nos torna praticantes de outra modalidade. A juventude não é mais definida (ou não somente) pela temporalidade, mas por uma espécie de meritocracia do corpo; aqueles mais disciplinados, que mais investem, esforçam-se nessa busca pela *Terra do*

*Nunca*⁵, por essa *jovialidade eterna enquanto dure*. A juventude está livre das amarras do tempo e do espaço e começa a ser comercializada; na verdade, ela se torna o único indício de vida. A temporada de vendas para um local no *Monte Olimpo*⁶ é aberta, e a juventude torna-se uma questão de *autogestão*, em detrimento do descuido, que leva à velhice.

A busca pela juventude é uma busca pela produtividade, pela beleza e se alcança pela própria vontade; ela é um processo de regulação entendido como libertação. Um investimento sobre o corpo que passa quase que despercebido. Nesse sentido, o campo da Educação Física é um campo que apresenta grande investimento, sobre o que se chama ditadura do corpo perfeito, juventude, qualidade de vida, entre outros discursos alinhados à construção do corpo (COURTINE, 1994; FOUCAULT, 1979; SOARES, 1994).

Sobre essa construção do corpo, Courtine (1994) busca compreender melhor a prática do body-building (ou fisiculturismo), trazendo um histórico de sua prática nos EUA (lugar onde a prática teve e ainda tem grande destaque), mostrando aspectos importantes para entender no que se baseiam comportamentos típicos desta atividade; não só o body-building (o termo inglês, como o próprio autor coloca, é apropriado para se entender a ideia central da prática, de pensar nesse corpo modificado, como uma construção), mas a cultura esportiva nos EUA, de maneira geral, tem grande vínculo com o cristianismo protestante e o seu ascetismo pode ser observado em *comportamentos identitários* dos praticantes desta modalidade⁷.

Assim, Courtine (1994) percebe uma transição do puritanismo para uma era pós-vitoriana, não em uma perspectiva binária (repressão – liberação), mas nas intersecções entre puritanismo e narcisismo, salvação e hedonismo. Uma das questões percebidas é a relação com o corpo nessas duas *eras*: enquanto em uma, a disciplina corporal tinha como enfoque a renúncia de características negativas, na outra, esta mesma disciplina buscava estimular e produzir mais do que coibir e inibir, similar a como Foucault (1979; 1988; 2013) sustenta essa nova dinâmica de poder.

⁵ A Terra do Nunca é um local imaginário da obra *Peter Pan*, de James Matthew Barrie (1860-1937), onde seus residentes não envelhecem, buscando viver esta jovialidade ao extremo.

⁶ O Monte Olimpo é a maior montanha grega e também conhecida, na Mitologia Grega, como a morada dos deuses.

⁷ Sobre essa relação, o texto de Courtine (1994) a esmiúça de maneira mais profunda que a aqui exposta. O texto de Watson, Weir e Friend (2005) traz um pouco sobre a origem da Cristandade Muscular, a contribuição da YMCA na cultura esportiva anglo-saxã e sua relação com o olimpismo moderno, mas em uma perspectiva teológica. Para iniciar a questão, Dias (2012) coloca a atuação da Cristandade Muscular na promoção da atividade física como um elemento revolucionário, ao entender o exercício como uma prática que propiciava, além do fortalecimento corporal, envergadura moral e um caráter de acordo; ele era um modo de se tornar mais próximo de Deus. Mais tarde, a YMCA colabora na promoção da cultura esportiva (alguns anos após a sua fundação, pois de início, a prática esportiva era encarada como *uma distração ao Evangelho* [WATSON; WEID; FRIEND, 2005]) e na formação de certas modalidades esportivas (só para exemplo, o basquete, o voleibol e o futsal têm seus surgimentos na YMCA), com as propostas já enfatizadas pela Cristandade Muscular, de pensa-las do ponto de vista do crescimento espiritual dos praticantes.

Essa relação entre a prática esportiva (no caso, o body-building) e o protestantismo, a partir de similares comportamentais, que Courtine (1994) apresenta. É interessante ao se alinhar com os pressupostos da ética protestante que Max Weber (2001) apresenta; a Cristandade Muscular e a YMCA (Young Men's Christian Association – Associação Cristã de Moços) desenvolveram e disseminaram a prática e muitas características do puritanismo tocadas na obra weberiana estão presentes na prática do body-building: a relação com a salvação (o cuidado com o corpo, sendo este templo do Espírito Santo, além da necessidade de *santificação do cotidiano* exposta por Weber), a noção de produtividade por trás desse corpo (além da lógica disciplinar que envolve a prática, há também a ideia de torná-lo mais robusto e produtivo), o lazer esportivo como uma estratégia contra os males do *ócio demoníaco* (o ócio direcionado), além da própria relação do corpo com as qualidades morais (já colocado) e a conquista individual.

Um afrouxamento moral foi se estabelecendo temporalmente e por volta dos idos do século XX, o body-building se caracteriza como uma prática de espetacularização corporal masculina e, seguidamente, feminina⁸. Não só o puritanismo direciona esta prática, mas outras instituições e discursos começam a delinear o espetáculo motor. A profissionalização esportiva, a exposição mercadológica, os concursos de beleza, culturas de felicidade e bem-estar, contraculturas entre outras manifestações começam a transformar alguns aspectos de suas raízes, diluindo os valores percebidos em sua origem, fortemente vinculados ao protestantismo.

Nessa perspectiva histórica do body-building pode-se notar uma questão: não se trata de uma exclusão de um puritanismo, mas de uma diluição, sendo muito similares os comportamentos puritanos presentes nas facetas de renovação corporal, sejam elas de ordem moralista ou hedonista. Essa fase hedonista aparece com novas roupagens, legitimadas por discursos que escapam de um moralismo já considerado retrógrado. Mas seu ascetismo está presente. O culto ao corpo, assim, não pode ser considerado simplesmente símbolo único de um afrouxamento espiritual, de uma liberdade sexual inimaginável algum tempo atrás, mas, como o próprio autor diz, uma “repuritanização dos comportamentos”.

A relação com a juventude e seus predicados é uma questão relevante principalmente no Brasil, apresentando-se até como uma necessidade. Goldenberg (2007), ao olhar o corpo brasileiro, principalmente o carioca, enxerga-o como um capital físico,

⁸ Esta exposição feminina é posterior à masculina pelo fato das mulheres serem os alvos do pudor social: ela é quem perde não sendo *direita*; sua exposição é muito mais imoral que a masculina. Além dessa questão, o trabalho corporal feminino, pelo menos na época, tem uma relação muito mais utilitarista do que o masculino, sendo este trabalho direcionado ao fim de função matrimonial (COURTINE, 1994).

simbólico, econômico e social. E este capital se configura em um corpo enquadrado no que se pode considerar “boa forma”. A utilização deste termo torna-se interessante na observação da reflexão trazida por Sant’Anna (2001a, p. 108).

[...] a boa forma [...] baseia-se numa noção de estética caricatural: Ser belo é aproximar-se de um ideal, sempre determinado de modo universal, distinto do que é cada corpo [...] Na busca pela boa forma, não há grande espaço para perceber o quanto é insuficiente mudar os padrões estéticos, substituir, por exemplo, a pele negra pela branca, a estatura baixa pela alta, ou mesmo revolucionar os ideais que conquistaram o pódio estético atual. Não basta dar um golpe nos modelos. Algumas versões da busca pela boa forma até aceitam as variações culturais, econômicas e geográficas dos padrões de beleza, afinal, não se pode desprezar a inteligência que as alimenta.

A citação acima mostra o poder, no campo da “boa forma”, não sendo fixo e até produtivo. E a continuação do texto de Sant’Anna, complementando o discurso da “boa forma”, apresenta a efemeridade e a pressa dessa “boa forma”.

Ainda de modo caricatural é possível que há boas formas democráticas, tirânicas, violentas, sutis, delicadas, assim como existiram almas de todos os tipos. Mas o que todas elas têm dificuldade de aceitar é uma outra relação com o corpo que não o transforme em mera bagagem ou matéria-prima. A boa forma resiste, de fato, à mudança de sua visão empresarial. Reluta em deixar de considerar o corpo um mecanismo [...] feito para servi-la. Vaidosa e dominadora, a boa forma talvez seja mais obsessiva e apressada em seus propósitos do que já o fora a alma. Pois a boa forma sabe que não tem vida eterna (SANT’ANNA, 2001a, pp. 108-109).

Anteriormente sendo reflexo da alma e hoje reflexo da boa forma e outras capturas, o corpo, como colocado por Sant’Anna (2001a), tornou-se nada mais, atualmente, que uma bagagem dos discursos que o deslocam com seus trajes. E hoje, essa busca mercadológica pela jovialidade, ou por aspectos associados à juventude, centrados principalmente no “estar em boa forma”, relevantes em muitos aspectos da vida, como relacionamentos, lazer, vida social, aparece, diferentemente do como se percebe o controle medieval do corpo pela alma, como extremamente libertário.

Importante destacar que esse discurso libertário associa o corpo a um bem de consumo. E a liberdade está nesse consumo, o que parece ser muito complicador. Segundo Sant’Anna (2001a), podemos, agora, ter o corpo com o qual nos identificamos, aquele corpo que nos representa e nos singulariza. A crença em um corpo liberto nos faz buscar essa unicidade, que se identifica com o nosso *eu*, apesar dela ser apenas uma ilusão, pois é apenas

um produto em evidência nesse campo transitório. É uma busca por um *eu* manipulado, que vai oscilando para todos os lados, de acordo com as exigências de mercado.

Mas não só as exigências puramente mercadológicas conseguem alinhar o que é o corpo. Este processo de sujeição a certas formas passa por outras relações complexas, que atribuem um olhar ao corpo mais aceito. Algo que chama a atenção é a relação entre corpo e espaço, colocada por Goia (2007), ao pensar sobre a história do bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro. Este espaço é considerado um bairro especial na cidade, por conta de alguns de seus frequentadores e moradores e seus respectivos feitos. Era um bairro com grande movimentação cultural e de vanguarda, e que tinha uma importância no cenário brasileiro. Hoje, esse cenário mudou, mas sua relevância como um representante da cultura carioca ainda é aceita. Dois bairros distintos, entretanto extremamente representativos do Rio de Janeiro. O importante sobre este bairro é a sua caracterização por atributos humanos, que o tornam um local especial, provido destas características. Não são os corpos ali presentes os precursores das características do bairro, dos feitos de seus moradores, mas a aura local que enquadrava este corpo e que o possibilitou agir de tal modo. A aura especial o permitiu estar em destaque, permitindo esta *aura* definir modos e modas do carioca. O local, assim como a alma, definindo o que é e deve ser o corpo.

Voltando à “boa forma” e suas capturas no sentido de direcionar imperceptivelmente o que é singular em cada indivíduo, pode-se perceber como padrões estéticos possuem um caráter efêmero, tornando contraditório o mérito pelo encontro consigo, já que ele é fugaz. Padrões corporais transitam, de acordo com as demandas sociais de seu tempo. Só para citar alguns modelos, de 3 anos para cá, ouvimos sobre *mulher fruta*, *barriga negativa*, *mulher-rã*, entre outros não citados⁹. O molde está sempre em transição, hoje ainda mais rapidamente, por conta das novas tecnologias de informação e comunicação. A própria obesidade começa a ser mais um molde, apesar de uma repulsa ao *gordo*. No estudo de Fischler (1994), que vai refletir um pouco sobre a questão da obesidade, a imagem do considerado “gordo” transita de acordo com o contexto: entendê-lo como um relaxado, como alguém interessante e até como um “não gordo” depende de determinantes extrínsecas a este, como as funções exercidas pelo avaliado, o estado do músculo coberto pela gordura, a percepção de seu comportamento, etc. Com padrões antagônicos a este corpo e a associação

⁹ Ver:

<http://www.educacaofisica.com.br/index.php/fitness/canais-fitness/academias/25050-coxas-hipermusculosas-no-estilo-mulher-ra-sao-febre-em-academias>
<http://www.barriganegativa.com.br/>
<http://celebridades.uol.com.br/album/2013/04/30/mulheres-fruta.htm>

negativa como doença (tanto física como social), uma criminalização (não judicial) do obeso, uma espécie de *lipofobia*, vem sendo reforçada gradualmente¹⁰.

Se o sobrepeso e, ainda mais, a obesidade são anormalidades corporais, o que dizer da feiura? Como diz a sabedoria popular (no caso, não sei se vale qualificar assim), *gordura se perde, mas feiura...* Não se entrará na questão do que é o belo, pois esse não é o objetivo do estudo. Mas entender essa questão acrescenta elementos para pensar sobre o corpo. A feiura (ou ausência de beleza), no Brasil, no artigo de Sant'Anna (1994), começa, no início do século XX, a ser tratada como uma doença, pois, para permanecer-se bela, cuidados medicinais faziam-se necessários. Os mais variados problemas de ordem fisiológica influíam no estado de beleza da mulher. Não havia o uso de cosméticos ou outros produtos de utilização regular, até porque o uso destes estava associado às mulheres de má índole. A beleza era entendida como um dom divino, uma dádiva da Natureza, e a tentativa de interferir nessa ordem, de infringir o imposto pela Natureza, estava associada como uma transgressão à Natureza ou uma prática imoral, não permitida às mulheres de família. O uso dos remédios, assim, era permitido, por associar a feiura como uma doença e não uma falta de amor próprio ou vaidade. Outra questão importante é lembrar que o discurso da beleza feminina é construído pelo homem, tanto médicos quanto escritores de renome, geralmente moralistas. Assim, fica visível os ideais de beleza feminino mantido por táticas de controle para a manutenção de um comportamento feminino legitimado naquele contexto. A possibilidade de transformação corporal pelo uso de cosméticos ou da prática recorrente de exercícios, na superação do modelo médico de beleza, aparece mais tarde, renovando o ciclo de pudores presentes na aquisição e manutenção da beleza, além de novos autores e autoras na conceituação da beleza. Novas táticas começam a influenciar nessa construção: a máxima *ama-te a ti mesma*, trazendo para a mulher a responsabilidade por não se enquadrar em um padrão de beleza por falta de amor próprio, além do desenvolvimento publicitário da famosa inscrição délfica *conhece-te a ti mesmo* na construção da beleza: não é a beleza pela vontade de ser bela, mas a busca pelo prazer implícita na construção da beleza, e não da beleza padronizada, mas da beleza que *há dentro de você*, em um processo de mercadologização da subjetividade, uma ritualização pelo capital para a busca de significados profundos.

O estudo de Le Breton (1994) também nos auxilia nessa reflexão. Pensando em questões sobre corpo no limiar da vida, ele problematiza algumas escolhas onde o corpo é

¹⁰ No próprio texto de Fischler (1994), há uma reflexão sobre quem era o gordo de 300 anos atrás e de atualmente; esse doente (indivíduo que possui ou tem potencial para doenças crônicas originadas pelo sedentarismo e obesidade) ou egoísta, trapaceiro e folgado tinha outros tipos físicos e outros limites corporais, sendo a magreza um problema e os limites para uma lipofobia serem muito maiores que os atuais.

visto a partir da sua capacidade de interagir com a vida. Quando este não possui mais qualidades que influam na vida dos *vivos*, ele passa a ser descartável; quando não carrega mais seres vivos, órgãos passíveis de doação, capacidade produtiva, entre outras questões que o liguem ao sistema atual de produção, ele nada mais é que um aspecto descartável. O corpo, assim, só é vivo enquanto utilitário, em alguma instância.

Quando Le Breton (1994) pensa no corpo como o vetor da individualização, pois por meio dele é que se estabelecem fronteiras e limites; e que se a condição do ser humano é corporal, que se ele existe senão através de formas corporais que o colocam no mundo, toda modificação de sua forma engaja outra definição de sua humanidade, o que pensar ao ver a alta prevalência de cirurgias estéticas para a manutenção da “boa forma”? Infiltramos o cartesianismo no cotidiano; interferimos em nós mesmos como se cortes para introjeções, medicamentos para perda de gordura, entre outras tantas intervenções, não mudasse nossa história nesse mundo.

Soares (2008) analisa como algumas práticas do campo da Educação Física, como a ginástica, o esporte e a antropometria, trabalham no sentido de disciplinar o corpo pelas mais variadas estratégias (por exemplo, a prática dessas atividades e o enquadramento de tipos corporais alinhados com ideais de saúde e de beleza) e pelos mais variados discursos (discurso da qualidade de vida, da saúde e do rejuvenescimento); assim como o body-building não passou por um simples processo de deslocamento de polos (puritanismo – hedonismo), mas também por um processo de *repuritanização* de sua prática (COURTINE, 1994), esses campos trazidos por Soares (2008) têm, por trás de seus novos modos de funcionamento, que são cobertos por discursos libertadores e subjetivos, novas práticas de controle, sujeição e padronização.

Um exemplo sobre essa questão são as chamadas práticas corporais alternativas, que têm como nomes proeminentes Thérèse Berthehat (antiginástica), Gerda Alexandre (Eutonia), Moshe Feldenkrais (Método Feldenkrais), Ida Rolf (Rolfing) Philippe-Emmanuel Souchard (RPG), e se apresentam como uma possibilidade de encontro verdadeiro com o corpo; estas práticas, segundo Matthiesen (2005), apresentam-se como uma alternativa aos conteúdos clássicos da Educação Física, pois entendem que o verdadeiro movimento não deve adestrar o corpo, nem buscar um fomento anormal pelo músculo e ser mecanizado. Berthehat (1977) enfatiza um olhar para si e descentralizado da superficialidade do cotidiano. Mas uma dúvida paira quando um discurso, baseado na sistematização de saberes, que aparece como a solução para uma demanda de massa, se apresenta como a possibilidade, pelo movimento corporal, de consciência corporal, de encontro com a *subjetividade*. Como um método atinge

as inúmeras *subjetividades* existentes? Uma ironia de Matthiesen (2005, p. 338) pode nos ajudar a entender melhor alguns problemas desse discurso.

E o que propõem tais práticas corporais alternativas? Ora, procuram, sobretudo por meio de um discurso atrativo, retomar o contato do indivíduo consigo mesmo, com seu corpo – hoje tão em voga –, propondo, contrariamente ao “adestramento forçado do corpo”, ao desenvolvimento de “músculos já superdesenvolvidos” que fazem o “corpo sofrer” – próprio, segundo elas, de atividades como o esporte e a ginástica –, “movimentos suaves e precisos” que auxiliariam a “tomada de consciência do corpo”, “a soltar os músculos” e a “liberar uma energia até então desconhecida” vinculada a recordações de episódios passados da vida do indivíduo.

Esses métodos, sem discutir se alcançam os objetivos a que se propõem, caem em problemas similares aos métodos que eles criticam (esporte e ginástica). Além da economia gestual e uma moral sobre este (no sentido de que existe o certo e aquele a ser combatido), a própria sistematização, que direciona a algum ponto, é um adestramento. Momentos de dogmatização da verdade sobre o corpo são apresentados no livro de Bertherat (1977); aqueles que resistem ao método (por bons ou maus motivos) são classificados como os indivíduos que não conseguiram enfrentar as adversidades para o encontro verdadeiro consigo, por meio do movimento. A própria transformação da prática como bem de consumo e sua semelhança com os pressupostos das práticas ginásticas do século XIX¹¹, entre outras práticas ortopédicas clássicas (MATTHIESEN, 2005) nos fazem compreender que, como questiona Bassanio, *erro detestável que não possa, santificado por uma frente austera e apoiado em textos adequados, esconder a grosseria debaixo de belos ornamentos?*

Este caminho de pensar a resistência em uma estrutura e a captura em outra foi feito com o intuito de se pensar que tanto a captura pelo poder quanto sua resistência não são tão elementares; que muitas atuações dele passam como rupturas (e por vezes até são interessantes).

Um campo que apresenta todas essas contradições e que nos interessa nessa pesquisa é a área da Educação Física. Como pensamos em possibilidades dentro de um contexto de violência sexual, pela prática do movimento humano, esse campo se mostra essencial nesse trabalho. E como campo científico que é, este parece o momento adequado para se pensar nele. E por isso, abordamos alguns aspectos históricos deste campo a seguir.

¹¹ O tópico *Educação Física* aborda essas práticas ginásticas com maiores detalhes, problematizando alguns pressupostos que a sustentavam.

3.3 Educação Física

Quando pensamos na questão do movimento dentro da Educação Física, um primeiro conceito que aparece é o de atividade física. Ela é definida, segundo Caspersen, Powell e Christenson (1985), como qualquer movimento corporal, produzido pelos músculos esqueléticos e que exige um gasto de energia maior do que o panorama encontrado em estado de repouso. Por meio dessa definição, em quase todo o nosso cotidiano, somos levados à prática física, ao andar, alimentar-se, escovar os dentes, tomar banho, etc. Funções banais do dia a dia, destituídas de significado, mas que se enquadram nesta conceituação. Entretanto, sua prática não se resume a esses atos corriqueiros do cotidiano. Quando falamos de atividade física, falamos de uma prática mais complexa e programada, onde se enquadram os mais diversos conteúdos da Educação Física. Inclusive, o discurso que a enxerga dentro desta perspectiva demonstra grande notoriedade, tanto em termos estéticos quanto relacionados à saúde (devido aos altos índices de sedentarismo e inatividade física apresentados na nossa sociedade e suas relações com algumas doenças em níveis epidêmicos), resultando em um grande número de estudos que trazem os benefícios resultantes da prática da atividade física como medida profilática e terapêutica frente a essas doenças¹².

A importância da prática da atividade física também pode ser percebida quando a Organização Mundial de Saúde qualifica a inatividade física como o quarto principal fator de risco das mortes no mundo¹³ e a importância da atividade física na prevenção de doenças e na manutenção da saúde da população mundial¹⁴. Além disso, a criação e a organização de políticas públicas¹⁵ (WHO, 2007) e recomendações para a prática (WHO, 2011) estão entre as produções do órgão internacional¹⁶ que corroboram com a importância da realização regular da atividade física.

Contudo, os benefícios causados pela prática da atividade física não se restringem às doenças crônicas geradas pela inatividade. Alguns estudos trazem a influência da atividade

¹² Os estudos a seguir são alguns dos muitos que apresentam as melhoras da prática regular de atividade física: Bielemann, Knuth e Hallal (2010), Cambri e Santos (2006), Ciolac e Guimarães (2004), Matsudo e Matsudo (2006), Moraes (2005) e Sabia, Santos e Ribeiro (2004).

¹³ Ver:

http://www.who.int/features/factfiles/physical_activity/en/

¹⁴ Ver:

<http://www.who.int/dietphysicalactivity/pa/en/index.html>

¹⁵ Ver:

<http://www.euro.who.int/en/what-we-do/health-topics/disease-prevention/physical-activity/policy>

¹⁶ Outros documentos podem ser encontrados no link a seguir:

<http://www.who.int/dietphysicalactivity/publications/en/>

física, em maior ou menor grau, na socialização, na melhora da autoestima, no auxílio à formação de cidadãos responsáveis e maduros para os conflitos encontrados na vida em sociedade, no auxílio de doenças não relacionadas diretamente com a atividade física (como depressão, ansiedade, hanseníase, Mal de Alzheimer, por exemplo) e como iniciativa para redução de gastos considerável no sistema de saúde (com políticas públicas para a prática frequente de atividade física, a redução de doenças oriundas da inatividade ocasionaria um drástico decréscimo nos gastos públicos com o tratamento destas doenças), além das melhoras próprias da prática (relativas à coordenação, orientação espacial, consciência corporal, etc.) (BERTHERAT, 1997; BIELEMANN; KNUTH; HALLAL, 2010; COSTA; SOARES; TEIXEIRA, 2007; GONÇALVES; BASSO, 2005; LOVISOLO, 2002; PAIVA et. al., 2010; SILVA; RUBIO, 2003; VIANNA, 2004). Pode-se dizer que a atividade física tornou-se um dos, se não o mais proeminente, grandes antídotos para o *alívio da canseira humana*, vide sua associação com saúde, bem-estar, felicidade, qualidade de vida, vida sexual ativa, entre outras benesses do cotidiano.

Entretanto, esse caráter messiânico da atividade física esconde algumas complicações. Nem tanto alívio, muito mais agonia, fardo pesado para nossas canseiras. Sua história traz nuances que nos permitem enxergar algo além deste discurso fádico, fantasioso. Segundo Soares (1994), a Educação Física foi e continua sendo uma peça fundamental na manutenção de uma ideologia dominante, por meio da construção de um homem novo, alinhado com as necessidades dessa nova realidade. Alinhada com os ideais positivistas da ciência, a Educação Física

[...] será a própria expressão física do capital. Ela encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados e, se faz protagonista de um corpo “saudável”; torna-se receita e remédio ditada para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico... familiar. [...] a Educação Física se ocupará de um corpo a-histórico, indeterminado, um corpo anátomo-fisiológico, meticulosamente estudado e, cientificamente, explicado (SOARES, 1994, p. 10).

A importância da Educação Física como instrumento de controle pode ser vista desde sua elaboração inicial. Elaboração essa iniciada, segundo Soares (1994) e Betti (2005), por Francis Bacon (1561-1626), John Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778), onde estes trazem a importância da educação corporal e dos sentidos, como uma estratégia de tornar os corpos mais disciplinados, hierarquizados e produtivos.

Outro momento importante na fundamentação da Educação Física é o início, no século XIX, dos métodos ginásticos. Estes métodos, segundo Betti (2005) e Soares (2005), podem ser considerados a primeira sistematização científica em torno do movimento humano, onde se foi pensada uma proposta pedagógica que enfatizasse a prática do movimento ao vigor, à energia e à moral. Foucault (1979) salienta esse controle exercido pela ginástica sobre o corpo:

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio (FOUCAULT, 1979, p. 146).

Nos primeiros cinquenta anos do século em questão, três das mais proeminentes escolas de ginástica (alemã, francesa e sueca) tiveram grande desenvolvimento. Dentre as suas características, podem ser destacadas a eugenia (com enfoque na regeneração da raça), o higienismo (transição de hábitos alinhados a um grupo social proeminente) e o utilitarismo (a busca por um movimento econômico energeticamente e com utilidade definida) (SOARES 1994, 2005; VIGARELLO, 2003). Esse caráter utilitarista torna-se, então, um adversário das práticas culturais; o caráter lúdico e popular é substituído pela objetividade (SOARES, 2005; VIGARELLO, 2003).

A Educação Física, como discurso científico, trabalhava sob uma perspectiva positivista, em que a construção de uma organização social harmônica, por meio do enquadramento moral das classes subalternas (ordem e progresso), estava presente: as práticas nas escolas variavam de acordo com a classe social do aluno, com atividades de força para alunos oriundos de classes econômicas menos abastadas; a ginástica, primeira grande atividade sistematizada da Educação Física, tendo como grande característica a disciplina, projetando a formação de um corpo dócil e submisso, principalmente pelas classes populares, produto este idealizado pela sociedade capitalista (SOARES, 1994). Além desse caráter, para Soares (1994), a Educação Física apareceu com uma alternativa regeneradora; o discurso eugênico trazia a importância da Educação Física neste processo¹⁷, no sentido de disciplinar a vontade e o desejo inadequado das classes populares (e inferiores, neste caso), de adequar a

¹⁷ Em alguns congressos brasileiros de Hygiene e Eugenia, realizados na década de 1920, é possível verificar a importância da Educação Física na promoção destes discursos (SOARES, 1994).

mulher ao seu papel (de procriadora ideal) e de contribuir para a proliferação dos melhores *exemplares da espécie*.

A eficácia do movimento, em detrimento das práticas tradicionais de movimento, vira a ordem; assim como a moral dos gestos da Idade Média preconizava uma justa medida, o exercício criou a sua.

A ginástica inventou, no século XIX, uma arte do movimento, ao introduzir princípios decisivos do cálculo e da eficácia. Essa ginástica, em compensação, não é o esporte, que é competição e confronto regulado. (VIGARELLO e HOLT, 2008, p. 419).

Vigarello e Holt (2008) colocam que a transição estética do século XIX não andou aos mesmos passos que a ênfase na ginástica, pois a saliência ainda refletia dignidade, riqueza, potência. Isso começa a se transformar quando a medida e a comparação, e consequentemente os números, entram em cena. A mecanização e a industrialização do exercício se dão em trabalhos que enfatizam movimentos simples (mecanização) e grupalmente organizados (linha de produção). O exercício, além das ênfases militar, higienista e moral, ganha um caráter industrial.

O movimento se tornou ação mensurável e contábil; instrumentos foram vislumbrados para programar a evolução pelo volume e intensidade:

Apenas o dinamômetro, inventado por Régnier, no fim do século XVIII, permitia a avaliação, em quilogramas, das forças exercidas sobre esse instrumento: sua mola, inalterável e graduada, transpõe em números a potência dos músculos. Graças ao mesmo, Péron estabeleceu tabelas sugestivas durante sua viagem ao redor do mundo em 1806: os homens do continente austral mostravam-se inferiores aos homens oriundos da Europa [...]. A novidade se encontra na comparação das unidades transponíveis: as medidas produzidas pelo trabalho muscular. [...]. Elas se estendem às mais variadas categorias de movimento. [...]. Amoros multiplica as medidas e as comparações a ponto de registrar regularmente as performances de cada um de seus alunos, passando o vigor em registros e tabelas, distribuindo notas e julgamentos. (VIGARELLO, 2003, p. 11).

Além dessa justa medida do que se entendia por cultura do movimento na época, seu custo-benefício já começa a ser enfatizado¹⁸. Uma economia do corpo vai sendo

¹⁸ “Agrega-se a tudo isso a atração de uma energia imaginária: a comparação, por exemplo, entre a quantidade de trabalho produzido e o tipo de alimentação absorvida; a insistência sobre a quantidade de tarefas realizadas relacionadas à quantidade de um regime à base de carne, em particular [...]. Uma imagem nova exige agora o

produzida, como coloca Vigarello (2003, p. 15): “*O programa da ginástica dos anos de 1820 compreende, em paralelo, tanto conteúdos militares ou medicinais, quanto uma ‘ginástica civil e industrial’*”.

Esse projeto de educação do corpo, entretanto, passou por questionamentos no que tange à sua eficácia na construção de um novo “homem”. A necessidade de um novo projeto, via movimento corporal, de controle do corpo timidamente se apresentava.

Se o esporte amador atingia antes de tudo a classe burguesa no século XIX, a necessidade de oferecer aos operários o que a época vitoriana chamava de “divertimentos nacionais” desempenhou também um papel importante na sua difusão. Na França e na Alemanha, no final do século XIX, essa necessidade de recreação era amplamente satisfeita pela ginástica. Os esportes modernos, por sua vez, faziam apelo a um uso muito diferente do corpo e respondiam a outro objetivo social. A ginástica tinha um aspecto normativo: ela propunha exercícios cuidadosamente graduados, que deviam ser executados de maneira precisa. A ginástica alemã, em particular, visava criar uma disciplina coletiva do corpo para fins militares evidentes. A ginástica excluía a iniciativa e a competição. O individualismo, que faz parte integrante dos esportes, mesmo coletivos, lhe era estranho. Os jogos de bola, que tanto contribuíram para o sucesso de esporte, permitiam revelar o talento individual, encorajando ao mesmo tempo o esforço coletivo e o espírito de equipe. O futebol e o rugby, por exemplo, exigiam uma grande variedade de aptidões, indo de uma grande destreza motora a talentos de antecipação e de organização de grupo, passando por qualidades de velocidade e de resistência. (VIGARELLO e HOLT, 2008, pp. 420-421).

Outra escola de ginástica importante na história da Educação Física é a inglesa. Tendo seu desenvolvimento próximo do final do século XIX, esta escola é a primeira que utiliza o esporte como cultura de movimento. Um de seus grandes incentivadores foi o francês Pierre de Coubertin (1863-1937), fundador do Comitê Olímpico Internacional (COI), instituição que organizou os Jogos Olímpicos de Atenas (1896), o primeiro evento deste porte realizado na Era Moderna¹⁹. Coubertin é também associado ao olimpismo, que poderia ser definido como um produto do esporte no modelo educacional inglês de seu período (do qual ele era entusiasta), alinhado com os mesmos pressupostos das outras ginásticas europeias, e dos fundamentos que balizavam a prática olímpica na Grécia Antiga (TAVARES, 2005b).

recurso às comparações numéricas: a imagem de um corpo similar a um motor, órgãos restituindo mecanicamente a energia recebida”. (VIGARELLO, 2003, p. 12).

¹⁹ Tavares (2005a) coloca essa ideia como questionável, devido relatos de eventos alinhados com a perspectiva de olimpíada no século XVII.

Apesar da competição nas Olimpíadas ter um grande apelo, Coubertin enfatizava a importância do caráter educacional do esporte (apesar da ideia alinhada com valores morais e regenerativos) (MARCHI JR, 2005; TAVARES, 2005b). Ele não queria uma prática distinta, puramente burguesa; ele tinha um alvo: uma reforma social pelos valores do esporte, um novo homem (TAVARES, 2005a).

A Educação Física faz essa transição da ginástica para o esporte e o torna sua principal manifestação. Apesar do olimpismo, como grande precursor do esporte moderno, prever uma prática esportiva educativa (apesar de todas as limitações desse processo educativo), o esporte se caracteriza pela exclusão daqueles considerados inaptos.

Fora a prática inapropriada em um campo de formação educacional, o esporte, por ser um fenômeno polissêmico, foi utilizado de maneiras questionáveis por diversas vezes. Nesse período de esporte institucional, que perpassa os séculos XX e XXI, podemos vê-lo sendo utilizado como instrumento de propagandas políticas totalitaristas, além de instrumento de manutenção da ordem, devido ao seu aspecto disciplinar (PIRES, 1998; SIGOLI; DE ROSE JR., 2004).

O esporte pode ser considerado um simulacro social, pois muitas das situações enfrentadas durante uma disputa esportiva coincidem com nossa realidade. Essa característica é bem interessante do ponto de vista pedagógico, pelo campo de possibilidades de intervenção capazes de serem abordadas. Mas, apesar da variedade de possibilidades, sua prática pedagógica se direciona à manutenção do *status quo* (ideais liberais de igualdade, maximização da produção, divisão de funções, aceitação inquestionável da regra – sendo punidos os que não aceitarem esse ponto), legitimando ainda mais esses ideais. Além disso, temos o mercado esportivo ser um das mais rentáveis, utilizando principalmente o potencial de crianças e adolescentes como público-alvo de seus produtos, sob a idealização de uma marca ou de um jogador, além de propagandas estatais, com vieses nacionalistas e também raciais²⁰.

Esse contexto esportivo excludente proeminente começa a gerar inquietações, resultando em uma crise geral na Educação Física, gerando um movimento que mobiliza outro olhar sobre o movimento. A mecanização do movimento começa a ser questionada e o

²⁰ Como alguns exemplos dessas situações, podemos citar os Jogos Olímpicos de Berlim (1936), com Hitler querendo provar, por meio de resultados significativos da delegação alemã, a superioridade da *raça ariana*; a promoção de ditaduras nas Copas do Mundo de 1970 (no caso, o Brasil) e de 1978 (onde a Argentina se sagrou campeã); e os boicotes de países africanos, pela omissão do COI em relação ao apartheid (nas Olimpíadas de Montreal, em 1976), dos aliados dos EUA (nas Olimpíadas de Moscou, em 1980) e dos aliados da URSS (nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1984), entre tantas outras situações.

sentido sobre este começa a ganhar mais voz. No próximo tópico, abordamos mais sobre o conceito de prática corporal, que entendemos dar outro sentido ao movimento humano.

3.3.1 Prática corporal

Estas diretrizes de controle sobre os corpos, seja no sentido moral, social e físico, da construção de um novo homem, de uma nova era, são aquelas que direcionaram e ainda direcionam, infelizmente, a prática pedagógica da Educação Física. As novas formas de atuação do liberalismo, nestas práticas recentes de exercitar-se, não diferem muito daquelas alinhadas com ideais higienistas e eugênicos da Educação Física. O discurso da qualidade de vida não se dissocia de um corpo sadio (e da marginalização de corpos não enquadrados) e de um bem de consumo, como aponta Gonçalves (2005). Isso contribui cada vez menos para identificá-la como um campo possível de justiça e resistência. Entretanto, esse caminho, de problematizar o campo da Educação Física, pode ser fundamental nesse trabalho, pois a partir do entendimento das suas arenas de poder, é possível enxergar não só as suas normatizações, mas também as possibilidades de transgressão ao dado. Isso pode ser percebido em Foucault (1979), quando, ao falar das táticas de domínio do corpo na sociedade capitalista (ginásticas, musculação, etc.), ele traz novas investidas de poder como resistência.

Mas a partir do momento do momento em que o poder produziu este efeito, [...], emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado (FOUCAULT, 1979, p. 146).

São percebidas aqui novas frentes de poder e possibilidades de resistências. Como o próprio Foucault (1979, p. 146) coloca, o poder “*pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua*”. Assim, a Educação Física pode ganhar novos contornos, que tragam a ela um caráter, mesmo que no campo individual e mesmo que momentâneo, de resistência e de liberdade.

Entretanto, como pensar nesses novos contornos que possibilitem movimentos de resistência e liberdade? Algumas discussões no campo da Educação Física corroboram para se pensar em um contexto que possibilite esse cenário.

Em meados da década de 1980, houve um movimento na Educação Física que se propunha a reconstruir a sua prática, criticada devido às suas características e entrelaçamento

com as suas origens, já expostas anteriormente. As discussões centralizavam-se em questionar questões conceituais, epistemológicas e paradigmáticas da Educação Física, tentando repensar os seus discursos, não só perpassando pelo discurso biomédico, mas expandindo as possibilidades da produção teórica do campo. A Psicomotricidade e o Esporte para Todos (EPT), entre outros, são alguns dos movimentos que podem ser verificados como contraposição à sistematização até então presente da Educação Física, procurando dissociar o dualismo presente, de uma educação que cuidasse só do *físico*, para uma educação do movimento que fosse *holística*. Manuel Sérgio Vieira e Cunha, João Batista Freire, Valter Bracht, Celi Taffarel, Micheli Escobar, entre outros e outras, são alguns dos autores de língua portuguesa que auxiliaram no desenvolvimento dessa problemática²¹.

Dentre as questões abordadas nesse processo, uma em especial vem nos interessar, que é o entendimento desse campo como uma cultura corporal de movimento, devido a sua historicidade, inesgotabilidade e provisoriade como campo de conhecimento. Como coloca o Coletivo de Autores (1992)²², essa perspectiva busca refletir criticamente sobre as formas de representação social expressadas corporalmente, que o homem tem produzido na sua história, como, por exemplo, os jogos, as danças, o esporte, as lutas, as artes circenses, etc. Não falamos aqui de um movimento corporal que é mais efetivo para determinado objetivo, nem daquele que gera mais gasto calórico, mas do movimento humano:

[...] com determinado significado/sentido, que por sua vez lhe é conferido pelo contexto histórico-cultural. [...] que se apresenta na forma de jogos, de exercícios ginásticos, de desporto, de dança [...] [*os quais*] não são propriedade exclusiva da Educação Física [...] [*que*] apoderou-se em maior ou menor grau [...] destas atividades corporais [...]. Estas atividades [...] possuem um determinado código, que denuncia seu condicionamento histórico, expressam/comunicam um sentido, incorporam-se a um contexto que lhes confere sentido (BRACHT, 1989, p. 13).

Além disso, ao entender o estudo do movimento como cultura corporal de movimento, pode-se incluir também as culturas corporais não-dominantes, das camadas

²¹ Oliveira (2004) traz outros movimentos de *reforma* da Educação Física, além da explicitação sobre eles (apesar do caráter introdutório do livro). Entretanto, a discussão enfatiza o humanismo como solução para uma mudança paradigmática, deixando de refletir sobre questões sociais que a abordagem crítico-superadora se propõe. Não que as reflexões se encerrem em uma abordagem, mas as problematizações feitas ao campo da Educação Física nesse período pareciam muito mais ligadas à relação do campo com um discurso normatizador e dominante.

²² O livro é referenciado como Coletivo de Autores por que, segundo os autores, o nome de um autor seguido do *et. al.* significaria a hierarquização da importância de cada um na construção do texto, o que, segundo eles, não aconteceu.

sociais menos privilegiadas, como representações corporais legítimas e também com significados culturais (capoeira, por exemplo).

Alinhado com esse discurso, começamos a pensar no que nomeamos atividade física como prática corporal. Para se pensar melhor nesse conceito, utilizamos primeiramente o artigo de Lazzarotti Filho et. al. (2010), que busca identificar o uso do termo na literatura científica, em artigos, teses e dissertações; apesar de poucas conceituações sobre o termo, ele pode, à luz dos textos encontrados e discutidos no artigo, ser pensado como um conceito²³:

- (a) que remete a um olhar da cultura sobre a dimensão corporal, descentralizando a questão fisiológica;
- (b) que critica um olhar sobre a manifestação cultural embasado por diretrizes positivistas (por exemplo, as questões da objetividade e da neutralidade);
- (c) onde há a preocupação com os sentidos e significados que os sujeitos dão a essas práticas;
- (d) que considera um número maior de práticas, não as restringindo a cultura esportiva;
- (e) que trazem as diversas finalidades da prática corporal;
- (f) que engloba a cultura corporal oriental;
- (g) que incorpora ao movimento aspectos subjetivos, como os sentidos e significados dados pelos sujeitos.

Procuramos trabalhar com esse conceito, pois, pelo menos aqui, abdicamos de entender seus ganhos fisiológicos (ponto *a*) e desde o início, preocupamo-nos em relativizar a questão da neutralidade e da objetividade, por meio de questionamentos sobre o que é a ciência e também buscando uma neutralidade por meio da utilização de pessoas verbais adequadas (ponto *b*); e ao ouvir as histórias dos indivíduos, procurar compreender o significado dado por cada um à prática do movimento, seja ela qual for (ponto *c, d, e, f e g*).

No artigo de Almeida e Suassuna (2010), ao analisar o significado das práticas corporais indígenas em um determinado contexto, ele qualifica a prática corporal como manifestações que expressam sentidos e significados na construção da cultura corporal de um povo. No texto de Carvalho (2006, p. 34), as práticas corporais são entendidas como:

²³ Os autores apresentam que poucos textos não diferenciam o conceito de prática corporal do de atividade física, inclusive não o desvinculando de um discurso biológico do movimento.

[...] componentes da cultura corporal dos povos, dizem respeito ao homem em movimento, à sua gestualidade, aos seus modos de se expressar corporalmente. Nesse sentido, agregam as mais diversas formas do ser humano se manifestar por meio do corpo e contemplam as duas racionalidades: a ocidental (ginásticas, modalidades esportivas e caminhadas podem ser exemplos) e a oriental (tai-chi, yoga e lutas, entre outras).

Ainda no texto de Carvalho, algumas problematizações, referentes a uma perspectiva reducionista presente nos conceitos de atividade física e exercício físico, podem ser verificadas, nas críticas a um olhar estritamente médico das questões de saúde (onde há maior investimento destes termos), enfatizando um caráter apenas utilitário da prática corporal (via uso do conceito de atividade física), à responsabilidade do indivíduo e de determinantes históricas do campo da Educação Física, que influenciam não só suas questões, mas também indagações ligadas ao lazer e a recreação, das quais a cultura corporal está imbricada.

Isso nos leva a entender este conceito (práticas corporais) como *as manifestações da cultura corporal de movimento humano, onde o sentido e o significado dado ao movimento se fazem presentes*. Essa perspectiva procura englobar a ruptura feita pelas escolas ginásticas, que enfatizavam a utilidade e a economia do movimento, mas não descarta as práticas já consagradas pela ginástica e pelo esporte, pois, apesar de seus investimentos para a formação de um corpo dócil, elas podem adquirir um sentido e significado relevantes para o sujeito que nessas práticas se envolve.

A conceituação do movimento humano como prática corporal tem um olhar para além do conceito de atividade física (geralmente associado às questões fisiológicas do movimento e associado a um caráter quase que utilitarista, ao ressaltar a sua importância apenas como elemento profilático de doenças crônicas não transmissíveis [DCNTs], via discurso da qualidade de vida) e também se intersecta com as diversas culturas (visto que o movimento é construído e significado historicamente em determinados contextos). Quando pensamos no objetivo deste estudo, onde queremos ouvir mais do que os benefícios físicos na prática de um movimento, usar esse conceito pode ser um caminho interessante, pois, mais do que benefícios mensuráveis, o sentido dado também pode ser ouvido.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, nossa pretensão era elaborar um programa de atividade física para crianças que sofreram violência sexual. Houve o contato com uma instituição e visitas foram feitas durante o ano de 2012. A instituição se situa na Zona Leste da cidade de São Paulo, e trabalha com crianças que sofreram violência sexual, tendo sua equipe composta por psicólogos e educadores (sem formação específica), com atividades semanais para diversos grupos etários.

Essas visitas foram realizadas com o intuito de compreender melhor como é a dinâmica do atendimento às crianças que sofreram violência sexual. Além dessa vivência, pretendíamos, posteriormente, elaborar um programa de atividade física no local.

Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa, optamos por efetuar uma mudança no método que havíamos pensado. Vários fatores conduziram a essa mudança. Primeiramente, uma dificuldade vivenciada no local, pois o tempo e espaço que tínhamos na instituição eram pequenos. Havia um período de, no máximo, meia hora (o tempo de espera para o atendimento – realizado por uma psicóloga). Contudo, a maioria das crianças chegava próximo ao horário do atendimento, o que reduzia o contato, dificultando a elaboração de uma proposta.

A própria direção do local, apesar do entusiasmo com a nossa participação, tinha dúvidas com relação à nossa hipótese: não pensava na possibilidade da prática de atividades físicas como relevante no cuidado às crianças que sofreram violência sexual (pensava na atividade física somente numa perspectiva de lazer).

Outra questão era o grupo etário do qual eu participava. Como a instituição atende em grupo e somente em alguns horários, e eu tinha uma limitação referente ao trabalho, só conseguia participar de um grupo, que era o de crianças entre dois e oito anos (entretanto, o grupo continha somente crianças entre três e seis anos).

Ponderamos também a existência de questões referentes sobre como abordar o assunto com as crianças, pois às vezes estas nem noção tinham da violência sofrida, e eu não tinha formação para realizar este trabalho.

Outro problema aliado a este último estava em um referencial teórico que sustentasse o método e a pergunta-problema. Não consegui localizar estudos que tivessem como temática a prática corporal nesse contexto de violência sexual, o que dificultava a

construção de um programa num cenário tão complexo como esse, que é o da violência sexual contra a criança e o adolescente.

Neste contexto de pesquisa, optamos então por ouvir pessoas que passaram pela violência e compreender a relação que estabeleceram com o corpo e com práticas corporais (se práticas corporais estivessem presentes na trajetória). Assim, escolhemos a realização de entrevistas, utilizando como meio de *recrutamento* e local de entrevista a internet.

Avaliamos que esse desenho do estudo poderia oferecer elementos para que avaliássemos a pertinência (ou não) de se pensar a inclusão de práticas corporais nos processos de apoio para pessoas que sofrem violência.

Esse procedimento metodológico, de busca por entrevistados através da internet, foi utilizado em uma tese²⁴ e uma dissertação²⁵, que tinham como sujeitos jovens soropositivos. Na tese, as entrevistas foram realizadas virtualmente. Além dessas duas pesquisas, tantas outras podem ser encontradas, como observa Uwe Flick (2009), ao tratar desse tipo de metodologia.

As possibilidades oriundas desse método se mostraram muito interessantes para o nosso estudo, pois ele pode oferecer menor exposição para o/a entrevistado(da) (o que é importante, ao entender o quão traumático a violência pode ser para quem a sofreu); um maior número possível de pessoas, devido a mais possibilidades de recrutamento; e a não limitação referente ao espaço (pessoas de outras cidades e estados brasileiros) e ao tempo (as entrevistas podem ser feitas também de forma assíncrona, não havendo necessidade da presença simultânea do entrevistador e entrevistado(da) (FLICK, 2009).

Uma dificuldade relatada nos estudos e por Flick (2009) foi a limitação da linguagem não-verbal nesse tipo de entrevista. Além desse empecilho, Flick (2009) coloca que o grupo de pessoas aptas a participarem são somente aquelas que utilizam e se dispõem a participar pela internet. Entretanto, coloca uma maior reflexão dos entrevistados sobre suas respostas, em relação a entrevistas presenciais. Assim, considerando as vantagens que o procedimento oferece, avaliamos ser essa a melhor opção.

Segundo Flick (2009), métodos de pesquisa qualitativa *online* vêm sendo bastante utilizados, com entrevistas *online*, grupos focais *online*, observação participante, etnografia

²⁴ FÉLIX DA SILVA, J. “*Quer teclar?*”: *Aprendizagens sobre juventudes e soropositividades através de bate-papos virtuais*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

²⁵ ZACARIAS DA SILVA, D. *Os sentidos do sigilo entre homossexuais recentemente infectados pelo HIV/AIDS*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

virtual e estudos de interação, amenizando assim algumas das desconfiças quanto ao seu uso.

Flick (2009) também coloca que esse tipo de metodologia é uma adaptação de métodos já utilizados, reformulando algumas premissas que devem ser repensadas em seu uso *online*. Assim, utilizamos entrevistas semiestruturadas, que Losciuto (1987) aponta como o procedimento usado quando se tem por objetivo a compreensão sobre percepções, sensações e motivações dos entrevistados; sua estruturação é flexível, sem uma predeterminação de questões e respostas, além de um roteiro não tão rígido, requisitos que são necessários em uma entrevista estruturada, que objetiva a comparação e comprovação de hipóteses. O roteiro (por vezes alterado pelas circunstâncias das entrevistas) pode ser encontrado nos anexos do texto.

As entrevistas foram feitas em programas onde é possível conversação *online* (Facebook e Skype) de forma síncrona. Se, porventura, o entrevistado solicitasse, por limitação de tempo ou outra justificativa relativa, a utilização de uma entrevista assíncrona, via e-mail ou pelos programas descritos anteriormente, isso seria uma opção. Entretanto, não houve nenhum caso. Nas entrevistas, procuramos não utilizar o conceito de prática corporal, apesar da utilização na dissertação. Devido ao uso incomum do termo, a sua utilização poderia causar algumas confusões que pudessem interferir nos resultados da pesquisa. Buscamos, ao utilizar essa estratégia, nos aproximar dos entrevistados, pelo fato do conceito de atividade física ser mais difundido socialmente. E essa opção se mostrou adequada, pois nos permitiu operar com o conceito e dialogar em um vocabulário que fizesse sentido para os entrevistados.

Nossos sujeitos da pesquisa foram homens ou mulheres que sofreram violência sexual antes dos dezoito anos de idade. Essa abrangência se deve ao fato de que, em decorrência da gravidade dessa violência e seus possíveis efeitos ou traumas, um número reduzido de pessoas poderia se disponibilizar.

A busca por pessoas dispostas a serem entrevistas foi feita por meio de grupos do *Yahoo*, *Facebook* e *Orkut*, relacionados à violência sexual²⁶, além de redes de contato das quais participo (alunos da EACH, LinkedIn e listas de e-mail).

Para esta busca, foi enviada uma carta de apresentação da pesquisa e de convite para participação. Dada a dificuldade do tema, esperávamos um pequeno retorno, mas

²⁶ Foi feita uma pesquisa, onde foram selecionados sete grupos virtuais que se caracterizavam pelo compartilhamento de histórias de violência sexual vivenciadas pelas pessoas.

obtivemos um número maior do que o esperado., sendo dezesseis respostas de interesse sobre a pesquisa, com cinco homens e onze mulheres.

Entretanto, seis interessados evitaram a continuação do processo, mesmo após tentativas de agendamento. Depois do período previsto para entrevistas, duas destas pessoas se mostraram interessadas²⁷. Houve a tentativa de realização de entrevistas com estas pessoas, mas dificuldades de ambas as partes inviabilizaram o agendamento.

Das dez pessoas entrevistadas, seis são mulheres e quatro são homens. A pessoa mais velha tem 54 anos e a mais nova 18 anos. E seis dessas pessoas possuem mais de 30 anos. No capítulo de análise dos resultados, apresentamos mais detalhes dos entrevistados.

Em relação ao instrumento de conversação, quatro entrevistas foram realizadas via Skype e as outras seis foram feitas pelo Facebook (chat). Em algumas entrevistas, uma indefinição quanto ao instrumento a ser utilizado era apresentada. No instante da entrevista, as pessoas decidiam mudar o programa, no sentido de se expor menos ou de se sentir em um ambiente mais informal. Isso, por vezes, gerava alguma dificuldade, pois não havia preparo para a solicitação do entrevistado (no caso da utilização do Skype, havia a necessidade de organizar a gravação das falas). Além disso, algumas pessoas não apareciam no horário e dia estipulados para o início da entrevista (em somente um caso, houve remarcação de entrevista com sucesso).

Nas entrevistas realizadas via Skype (onde há a possibilidade de observar o outro pela câmera do computador), uma inibição inicial era percebida, tanto da parte dos entrevistados quanto da minha parte. Eu ficava pensando que estava lidando com algo tão impactante na vida da pessoa que ficava com receio de agir equivocadamente e trazer mais angústias para a pessoa entrevistada. Este meu receio, a dificuldade do assunto e a exposição visual fizeram com que a fruição da conversa por Skype, de modo geral, fosse mais lenta.

Por outro lado, nas entrevistas por Facebook, a menor exposição visual gerou maior fruição da conversa, mas outros elementos apareceram como problema. A visão do outro te auxilia a compreender melhor o andamento da entrevista, o que é bastante minimizado no chat. Além disso, as respostas demoravam um pouco mais para serem apresentadas, pelo fato de serem escritas, o que me fazia pensar sobre o quão interessante a entrevista estava para o outro. Em algumas perguntas, era possível tornar a conversa mais dinâmica, mas quando questões mais profundas eram trazidas, textos grandes davam a tônica da conversa.

²⁷ Houve uma demora na resposta destas pessoas e havíamos estipulado que o período máximo para entrevistas seria 31/10/2014, devido ao prazo para análise e conclusão da pesquisa.

A média de duração das entrevistas foi de uma hora, na qual as pessoas compartilhavam generosamente suas trajetórias, que tinham passagens que me sensibilizaram, dado o grau de sofrimento e de desamparo.

Em relação aos cuidados éticos, foram seguidas as exigências da resolução 466, do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da EACH-USP e, após aprovação, se realizou a busca por participantes para a pesquisa. Todas as pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa, receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), com garantias de sigilo e de recusa ou interrupção da participação. Quando o participante não tinha a possibilidade de escanear e enviar o TCLE assinado, sugeriu-se que o participante mandasse o termo com o nome no campo de assinatura e o assunto do e-mail intitulado de “Autorização do Termo de Consentimento”. Nenhum participante deixou de entregar o TCLE.

Na análise, o nome dos entrevistados foi alterado e exposto com as iniciais dos nomes fictícios, para garantir o direito de sigilo.

Para análise das entrevistas, abdicamos da ideia que coloca o pesquisador em um local “neutro”. Temos uma história que nos ensinou a olhar para o mundo de maneira particular, e isto impossibilita dizer que tomamos uma posição de neutralidade. Entretanto, isto não impede que façamos uma análise com rigor, independente do que se apresente como resultado.

Utilizamos como referencial analítico o trabalho de Spink (2004); realizamos, após a transcrição sequencial das entrevistas, leituras sucessivas destas e delineamos um conjunto de temas, que nos auxiliassem na busca pelos sentidos que os discursos dos entrevistados apresentam sobre corpo e as práticas corporais nas trajetórias de homens e mulheres que sofreram violência sexual. Esse trabalho de delineamento de temas nos ajudou na construção de um *Mapa das Entrevistas*²⁸, que seria um resumo dos temas que apareceram nas entrevistas, tanto os estipulados pelo roteiro (Apêndice II) quanto outros trazidos pelos entrevistados. Após este mapa, é feita uma *Árvore de Associação*, onde se dá uma visibilidade maior aos eixos temáticos da pesquisa. Nesta pesquisa, temos como eixos mais relevantes o apoio, os sentidos da violência, o corpo e práticas corporais, apresentados no capítulo a seguir.

²⁸ O mapa de Spink busca seguir a sequência apresentada pelas entrevistas, diferindo um pouco do modelo que construímos. Realizamos um modelo similar, com algumas características que nos ajudam no desenvolvimento desta pesquisa, presente na p. 77.

Esses eixos estão interligados, o que significa dizer que elementos presentes em um eixo podem ser encontrados em outro. A culpa, a vergonha e o medo são exemplos de elementos encontrados nos diversos eixos temáticos desta pesquisa. Também outros elementos seguiram esse caminho, devido a inscrição das questões do corpo e das práticas corporais nos cenários e nos sentidos da violência.

O capítulo seguinte está organizado com os seguintes tópicos: os entrevistados, onde está nosso *Mapa* e a apresentação dos entrevistados; espaços de apoio, em que foram apresentados os apoios buscados pelos participantes; sentidos da violência; questões de gênero e sexualidade apresentadas e os sentidos do corpo e das práticas corporais.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para melhor organização, dividimos este capítulo em cinco tópicos: no primeiro, apresentamos os(as) entrevistados(as) e suas particularidades. Um quadro com as características foi colocado no sentido de ajudar a entender essas especificidades e as semelhanças entre as situações, além de uma apresentação breve de cada entrevistado (posterior ao quadro). O segundo tópico refere-se à assistência que cada indivíduo teve, independente desta ser institucionalizada ou não. Damos destaque a três assistências presentes, que foram a terapia, a família e a escola. No terceiro tópico, apresentamos os sentidos da violência dados pelos entrevistados e entrevistadas, onde a culpa, o medo, a raiva e a vergonha apareceram com maior destaque. E por último, o sentido dado ao corpo e à prática corporal em relação à violência.

Essa divisão, entretanto, é apenas organizacional, pois os sentidos da violência sexual, do corpo e das práticas corporais se misturam e estão conectados; a vergonha e a culpa perpassam as práticas corporais assim como a autoestima gerada na prática corporal aparece como uma possibilidade de resistência nesse contexto.

5.1 Entrevistados

Para auxiliar no desenvolvimento deste capítulo, fizemos o quadro 2, que pode ser entendido como um mapa detalhado das entrevistas. Ele é composto por 21 características de cada entrevistado e entrevistada, de acordo com o que foi apresentado na entrevista. Os pontos que não foram nítidos estão apontados com o sinal de interrogação (?). Quando o sinal é o hífen (-), a informação não foi abordada, ou outras características já a respondem (ex: o entrevistado número III começou a fazer *terapia* no 2º semestre de 2014, e o *tempo de terapia* está com o hífen). A seguir, outras características serão explicadas.

As entrevistas foram ordenadas de acordo com a data em que foram realizadas, entre agosto e outubro de 2014. Como já colocado, foram dez entrevistados, sendo 6 mulheres e 4 homens, que tinham entre 18 e 54 anos. Para cumprir a garantia de sigilo de identidade, as pessoas entrevistadas foram identificadas por duas letras, que coincidem com a última letra de dois de seus nomes (ex: eu me chamo Alexandre Ferreira Lapa Polac e foi escolhido o

Ferreira e o *Lapa*; assim, minha identidade seria A.A.). Quando as iniciais coincidiam, a penúltima letra do primeiro nome da entrevista posterior era escolhida.

A característica “*Assistência Institucional*” tinha como objetivo apontar se a pessoa passou por um processo de assistência institucionalizado, com acompanhamento médico, terapêutico, jurídico. Isso só é possível no caso de “*Denúncia*”, que houve em somente dois casos, sendo um deles arquivado e com a pessoa não recebendo uma assistência deste tipo (Entrevistado VII – L.O.).

O “*Agressor conhecido*” refere-se ao fato das pessoas conhecerem ou não quem cometeu a violência contra eles. O “*Sexo do agressor*” pretendia diferenciar este como homem ou mulher; e todos os agressores foram homens. E a característica “*Quem?*”, a relação que a pessoa tinha com o agressor. No ponto seguinte, identifica-se se ainda há raiva em relação ao agressor.

No item “*Idade em que sofreu*”, identifica-se quando a situação de violência ocorreu pela primeira vez. Aqui, na entrevista V (E.S.), uma falha em uma parte específica da gravação da entrevista me impediu de afirmar quando a violência se iniciou. “*Período em que ocorreu*” corresponde o tempo em que a violência se repetiu. Na entrevista VI (D.S.), essa informação ficou dúbia, por isso da interrogação no quadro.

Em “*Exposição da violência*”, apresentamos qual a idade ou ano em que a pessoa expôs pela primeira vez essa situação de violência. Nos casos em que há uma interrogação, a pessoa não deixou a informação nítida.

O item seguinte é referente ao período em que a pessoa falou sobre a situação para alguém da família. E.S. nunca falou sobre este fato para alguém da família e A.A. não apresentou uma data específica de quando isto aconteceu.

O “*Família como apoio*” mostra se a família ajudou a enfrentar este problema (Sim) ou procurou acobertar a situação, culpou a pessoa pela situação ou não foi fonte de apoio na visão da pessoa entrevistada (Não).

“*Terapia*” é o item que aponta se a pessoa passou por atendimento psicológico institucional ou se foi atrás por interesse próprio. O item seguinte refere-se ao tempo de terapia, quando foi possível determiná-lo em entrevista.

Os últimos quatro itens referem-se à prática de alguma atividade física, antes durante e após a violência, além de saber se o entrevistado entende a prática corporal como relevante no enfrentamento desta violência, em alguns desses momentos.

A seguir, um resumo de cada entrevistado, sobre quem é a pessoa e alguns detalhes de sua história.

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Sexo	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Mulher	Mulher	Homem	Homem	Mulher	Mulher
Idade	43	38	18	32	21	18	22	29	54	33
Identificação	O.H.	L.S.	L.A.	A.S.	E.S.	D.S.	L.O.	N.Z.	A.A.	A.O.
Instrumento de entrevista	Facebook	Facebook	Facebook	Skype	Skype	Skype	Facebook	Facebook	Skype	Facebook
Assistência Institucional	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Denúncia	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Agressor conhecido	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sexo do agressor	Homem	Homem	Homem	Homem	Homem	Homem	Homem	Homem	Homem	Homem
Quem?	Irmão	Padrasto	Ex-Marido da Avó	Desconhecido	Tio	Primo	Primo	Tio	Pai	Tio
Raiva do Agressor	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Idade em que sofreu	8 anos	12 anos	6 anos	15 anos	?	± 5-8 anos	11 anos	6-7 anos	12 anos	7 anos
Período em que ocorreu	4 anos	2 anos	3-4 x	1 x	Mais de uma vez	?	1 ano	1 x	5 anos	8 anos
Exposição da violência	?	14 anos	17 anos	No dia.	Início de 2014	?	12 anos	19 anos	?	15 anos
Exposição da violência para a família	15-16 anos	14 anos	17 anos	No dia.	-	Contou a situação à mãe	12 anos	19-20 anos	?	15 anos
Família como apoio	Não	Não	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Não	Não	Não
Terapia	Sim	Sim	Começou em 2014	Sim	Não	Começou em 2014	Começou em 2014	Sim	Atualmente	Sim
Tempo de assistência	?	?	-	3 anos	-	-	-	?	?	?
Atividade Física (AF) praticada antes da violência	Sim	Sim	-	?	Sim	-	?	Sim	Sim	-
AF praticada durante a violência	Sim	Provisório	Sim	?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
AF praticada após a violência (atual)	Sim	Sim	Provisório	Inconstante	Não	Sim	Não	Provisório	Sim	Sim
AF relevante para o entrevistado	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim

Quadro 2 – Informações sobre os entrevistados

O.H. tem 43 anos, tem formação superior e trabalha na área da Educação Física. Mora em São Paulo, é casado e tem um filho de outro casamento. Sofreu violência sexual de um de seus irmãos entre 8 e 12 anos de idade, que não foi denunciada pelos pais, que alegavam não perceber a situação. Sempre procurou praticar alguma atividade física, com momentos específicos de sedentarismo.

L.S. tem 38 anos, trabalha como professora de concursos, mora em Belo Horizonte e tem um filho. Dos 12 aos 14 anos, o padrasto cometeu violência contra ela, até se mudar para a casa da tia. Teve vivências de práticas corporais até esse período de violência e voltou a praticar, fazendo trilhas, por orientação na terapia.

L.A. tem 18 anos, é estudante e mora em São Paulo. Aos 6 anos, foi violentado pelo ex-marido da avó. Recentemente, expôs essa situação, ao saber que sua mãe tinha passado por uma situação de violência intrafamiliar na infância. Começou a fazer terapia há pouco tempo.

A.S. tem 32 anos, é bancária e estudante, mora em São Paulo e tem uma filha. Foi a única entrevistada que sofreu violência extrafamiliar e que passou por assistência institucionalizada.

E.S. tem 21 anos, é estudante e mora atualmente em São Paulo por causa dos estudos. Um de seus tios cometeu a violência contra ela. É a única entrevistada que não expôs o caso para a família.

D.S. tem 18 anos, cursa ensino superior e técnico e mora em São Paulo. Na infância, sofreu violência de um dos primos. Gosta de praticar atividade física, apesar de atualmente não ser uma prática constante.

L.O. tem 22 anos, é técnico em informática e estudante, mora em São Paulo com o pai e o irmão e se declara homossexual. Quando tinha 11 anos, um primo (que na época tinha 21 anos) manteve relações que ele consentia. De acordo com o Código Penal, isso se configura como estupro de vulnerável (BRASIL, 2014a). E assim que seus pais souberam da situação, fizeram a denúncia. Por medo de que descobrissem sua orientação sexual, L.O. contou diversas versões do fato, que culminaram com o arquivamento do processo.

N.Z. tem 29 anos, trabalha e estuda, reside em São Paulo, está noivo e gosta de atividades físicas, apesar de hoje se classificar como sedentário. Um de seus tios cometeu violência contra ele uma única vez, quando tinha por volta de 7 anos.

A.A. tem 54 anos, é aposentada, possui ensino superior, gosta de artesanato e tem uma filha. Após a morte da mãe, foi violentada pelo pai, entre 12 e 17 anos. Atualmente, faz

terapia com o intuito de compreender a influência deste fato na sua vida. Gosta de realizar práticas corporais, apesar de não fazer constantemente.

A.O. tem 33 anos, gerontóloga e mora em São Paulo. Aos 7 anos, mudou-se para São Paulo e ficou na casa de um tio, que durante 8 anos, a violentou. Busca praticar atividades físicas e diz gostar muito de fazer teatro e dança.

Esse é um primeiro contato com a história de cada pessoa entrevistada. A seguir, buscamos problematizar aspectos das trajetórias considerando o conjunto das entrevistas, passo que permite olhar temas relevantes para nosso objeto de estudo. E começamos este caminho ao observar como se deu o apoio (ou sua falta) para quem sofreu violência na infância e na juventude.

5.2 Espaços de Apoio

Uma das questões iniciais de nossa pesquisa dizia respeito a pensar se e como o trabalho corporal se realizava em contextos de assistência institucional para pessoas que sofrem violência sexual.

Procuramos em algumas instituições e não identificamos trabalhos corporais compondo a assistência oferecida. Chegamos a pensar na possibilidade de entrevistar gestores de instituições, mas avaliamos que, frente à pequena produção sobre o assunto, seria melhor desenharmos um estudo exploratório, com o intuito de ouvir aqueles que passaram pela experiência de violência e buscar compreender os sentidos do corpo e das práticas corporais nos discursos.

Contudo, não deixamos de nos preocupar e considerar relevante a dimensão institucional da atenção para pessoas que sofrem violência sexual, pois a literatura aponta fragilidades na assistência prestada, entre as quais podemos destacar a falta de preparo dos profissionais do serviço médico e judicial, a falha de comunicação entre as redes de serviço e a escassez de instituições especializadas nos municípios (DESLANDES; PAIXÃO, 2006; HABIGZANG et. al., 2005; PAIXÃO; DESLANDES, 2011; TORRES, 2011).

Entretanto, nas entrevistas realizadas, em somente uma situação, houve este tipo de assistência. E, de acordo com a hipótese inicial, esta assistência não trabalhava com práticas corporais.

(A.S.)¹

Fiz tratamento por três anos.

[...] Ele consistia em atendimentos ginecológicos e terapia. Os atendimentos ginecológicos eram realizados mensalmente e a terapia, inicialmente, foi feita em família.

[...] Depois, houve alguns encontros individuais, e posteriormente coletivamente, com outras pessoas que passaram por esta situação.

[...] Não, não houve nenhuma atividade física.

[...] A gente conversava e refletia nas reuniões.

O caso de A.S. foi o único em que a violência sexual foi efetuada por um desconhecido. Quando tinha 15 anos, no trajeto para casa, após sair da casa de uma amiga, foi abordada por um homem em um carro, que lhe apontou uma arma e disse para entrar. Ela pensava que se tratava de um assalto, mas em dado momento, o agressor pediu para ela tirar a calça. Ela se negou e reagiu, mas o agressor lhe deu coronhadas, e falou para colaborar. Após a violência, ao ser expulsa do carro e ir para sua casa, aparentava desespero, que foi percebido por duas senhoras que acabavam de sair de uma igreja. Elas a abordaram, e ela disse o que havia ocorrido. Levaram-na para casa e quando esta chegou, e assim que ela relatou o acontecido, foi para a delegacia com seus pais fazer um boletim de ocorrência. Após a denúncia, começou a participar de reuniões e exames regulares, como serviços de assistência para vítimas de violência sexual.

Com relação à denúncia da violência sexual, observamos que dos dez entrevistados, em apenas dois casos aconteceu a denúncia. No outro caso, a situação foi relativamente confusa. L.O. mantinha uma relação com um primo mais velho e seu pai e sua madrasta descobriram a situação, depois que a filha da madrasta soube e contou para a mãe.

(L.O.)²

[...] ela falou pra mãe dela, [...] (que) Me chamou pra conversar.

E com isso eu confirmei as coisas. Pra ela. Ela informou meu pai.

[...] E aí procederam com a parte legal cabível.

De abertura de B.O., exame de corpo de delito.

Mas mesmo assim eu não consegui contar a história como ocorreu.

Pelo medo do meu pai descobrir a minha “orientação sexual”.

¹ Mulher, 32 anos, São Paulo, entrevista IV e via Skype.

² Homem, 22 anos, São Paulo, entrevista VII e via Facebook.

*Pois era como eu via na época. Aí me senti acuado.
E contei várias histórias como se tivesse sido um caso.
Mas contei três episódios diferentes de um mesmo fato como se fosse único.
Isso culminou com o arquivamento do processo.*

Somente os casos de A.S. e L.O. tiveram denúncia. E chama atenção o fato de que a ocorrência que efetivamente teve denúncia e acesso a um apoio institucional (A.S.) seja justamente o único caso de violência extrafamiliar.

Outra entrevistada (A.O.) relata que obteve apoio participando de um grupo de mulheres mantido por um grupo feminista, que trabalha com questões de gênero e violência. Neste caso, porém, este apoio foi encontrado muitos anos após a violência, já na vida adulta e por iniciativa da própria entrevistada, que, no decorrer da faculdade, obteve maiores informações sobre violência de gênero.

(A.O.)³

Na faculdade, acabei conhecendo as meninas da Marcha Mundial de Mulheres, aí foi um divisor de águas, comecei a participar de um grupo feminista e discutir relações de gênero, sexualidade e violência sexual.

Entretanto, apesar da ausência de denúncias e de apoio institucional ter sido a realidade da maioria do grupo entrevistado, ao longo das trajetórias as pessoas resistiram, persistiram na construção de suas vidas e buscaram algum tipo de apoio e ou suporte. A seguir, comentamos três elementos que surgiram nas entrevistas (terapia, família e escola), que nos parecem relevantes para pensar os contextos de apoio (ou de sua falta) nas trajetórias de pessoas que sofreram violência sexual.

5.2.1 Terapia

Sobre a terapia, alguns sentiram necessidade de buscar este tipo de auxílio em decorrência da violência, enquanto outros foram direcionados por outras situações (trauma em relação a outro evento, necessidade de maior compreensão sobre si, terapia familiar). E em todas essas intervenções, foi preponderante um olhar psicológico sobre as questões corporais. A culpa, o medo, a vergonha e a baixa autoestima eram trabalhadas por meio desse discurso

³ Mulher, 33 anos, São Paulo, entrevista X e via Facebook.

(psicológico). E em quase todas as situações em que houve psicoterapia, melhoras foram percebidas pelos entrevistados.

(D.S.)⁴

Eu comecei a passar na psicóloga esse ano, por outros motivos e eu acabei descobrindo que [...] alguns problemas que eu tenho é por causa disso. Não totalmente, mas é um pouco. É um caso característico de quem já sofreu algum abuso. [...] com a terapia, consigo entender melhor o jeito dele e o meu e como se relacionar.

No caso de D.S., a busca por auxílio psicoterápico se deu por outros motivos, não diretamente ligados à violência sexual. Foi no decorrer da terapia que ela começou a estabelecer ligações entre a violência sofrida e comportamentos que apresentava rotineiramente. Além de compreender melhor os efeitos desta violência, começou a se relacionar melhor no ambiente familiar, principalmente com seu pai (*“consigo entender melhor o jeito dele e o meu e como se relacionar”*).

(N.Z.)⁵

Em uma única oportunidade resolvi fazer terapia individual com psiquiatra que atendia em uma unidade básica de saúde onde trabalhava, mas foi um período curto – Com ela eu consegui extravasar de forma emotiva este caso da infância. Acreditando nisto procurei outros profissionais, mas por uma questão financeira e de confiança não me identifiquei com nenhum outro profissional. Até fiz o curso de Psicologia durante um tempo, mas não dei continuidade. De lá para cá não procurei nenhum tipo de ajuda profissional neste sentido.

(A.O.)

E depois fui fazer psicoterapia, então entendi que não era culpada, eu era vítima. [...] A terapia, o grupo de mulheres e o acesso a informação me ajudaram muito a diluir a culpa e seguir a vida. [...] havia feito a terapia, mas não havia me resolvido com meu corpo.

(L.O.)

Sobre essa questão de culpa.

⁴ Mulher, 18 anos, São Paulo, entrevista VI e via Skype.

⁵ Homem, 29 anos, São Paulo, entrevista VIII e via Facebook.

*Que eu achava que tinha culpa sobre o ato.
Mas consegui ver que o processo era mais amplo que pensava.
E que a culpa não era minha.*

Nas quatro falas (D.S., N.Z., A.O. e L.O.), é possível perceber a terapia como uma boa estratégia para ajudar pessoas que sofreram violência sexual. O entendimento de que não se tem culpa nesse processo, o restabelecimento de uma “confiança mínima na vida” para se seguir em frente, entre outras dimensões afetivas que são trabalhadas nesta perspectiva, estão entre os “*benefícios*” que a terapia traz nesse processo. Contudo, o olhar psicológico, apesar de relevante, tem suas limitações. A.O. coloca a importância da terapia em restabelecer a confiança para *seguir em frente* e em entender que não era culpada nesse processo, mas que ela não foi suficiente para melhorar a relação com o seu corpo. Esta fala será trabalhada melhor no decorrer da análise, entretanto ela coloca aqui que a culpa e a vergonha também possui relações com o corpo (por isso, a necessidade de uma “*resolução*” com o corpo) e que isso precisa ser trabalhado de outra forma que não em terapia. E nas falas de N.Z. e L.S. (a seguir), podemos observar que o processo terapêutico não resgatou a possibilidade de confiar no outro.

(L.S.)⁶

*Fiz terapia, mas esse lance de confiança reestabelecida é mentira.
A gente vive até bem e feliz, superando o trauma, mas confiar nas pessoas?!
Tsc, tsc.*

Além das limitações, críticas também eram feitas à ação do terapeuta. Na fala de L.S., percebe-se uma raiva em decorrência de uma atitude profissional que ela considera incoerente, não de sua terapeuta, mas do terapeuta de quem a violentou. Por outro lado, N.Z. questiona a relação comercial presente neste tipo de terapia.

(L.S.)

*Fiz terapia e meu terapeuta disse pra eu desabafar e ligar para meu padrasto.
Liguei e berrava no telefone.
Ele chorou arrependido... disse que fez terapia também.
Engraçado que o terapeuta dele não o denunciou por pedofilia, né?*

⁶ Mulher, 38 anos, Belo Horizonte, entrevista II e via Facebook.

(N.Z.)

[...] *[mas] não aprendi a confiar em alguém que está sendo pago para me ouvir, acho esta perspectiva muito fria.*

Há aqui um terreno delicado ao redor do debate da ética profissional (por isso, a necessidade de sigilo) e também a busca de um afeto e suporte não mercantilizado. Contudo, pelas falas, percebe-se o quão mobilizadora e complexa é a situação que envolve os contextos de violência.

Não obtivemos elementos para abordar a assistência institucionalizada em serviços de apoio à violência, mas os discursos das entrevistas nos fazem perceber que a falta de denúncia tem relação com o não acesso a esta assistência.

Por outro lado, a busca por psicoterapia parece se configurar com um elemento importante de apoio na trajetória dos entrevistados. Contudo, como essa busca se deu no plano individual, e não por meio de programas e políticas de assistência, a perspectiva interdisciplinar é deixada de lado. A proposta terapêutica auxilia, mas deixa lacunas que necessitam de outros olhares, que o trabalho interdisciplinar poderia oferecer.

5.2.2 Família

Procuramos abordar neste momento as fontes de suporte para pessoas que sofreram violência sexual e entendemos que a família pode ser uma delas. Entretanto, pode-se dizer que a família, no que se refere ao apoio, apresenta-se ambigualmente a este tema: ela pode ser tanto um local de amparo como o local que se estabelece um pacto de silêncio e reprodução da violência.

Em quatro situações, a família serviu como fonte de apoio (apesar de ter também cometido a violência). Além das situações de A.S. e de L.O., já colocadas (histórias em que ocorreu denúncia), o caso de L.A. foi similar neste sentido.

(L.A.)

[...] *ela me ajuda bastante. Nossa relação ficou mais forte depois que contei.*

A situação de D.S. é outra em que a família não continuou o processo de violência. Ela relata, a seguir, o sentimento de ter revelado à mãe sobre ter sofrido violência.

(D.S.)

Foi [bom], mas depois eu fiquei mal, por que ela ficou se sentindo culpada [...] ela ficou se sentindo culpada por ter acontecido isso com a filhinha dela e ela nunca ter percebido.

As mães foram as *confidentes* nesses casos. E o caso de L.A. veio à tona após a mãe expor uma situação de violência.

(L.A.)

Durante uma discussão entre as duas [mãe e avó], minha mãe acabou contando que na infância dela ela também foi abusada sexualmente por um parente 30 anos atrás e acabou deixando espaço e coragem para eu contar também.

A violência ocorre sob um pacto de silêncio, produzido não só, mas também, pela vergonha e culpa carregadas por quem sofreu esta situação. E falar sobre esta situação torna-se uma possibilidade de criar espaços de resistência, pois nessa atitude que sentimentos negativos envolvidos na violência têm possibilidade de serem amenizados, como a fala de L.A. demonstra.

Sobre essas quatro situações em que houve apoio da família, há um fato comum que nos instigou: nenhuma dessas pessoas entendeu que a prática corporal foi relevante no enfrentamento da violência. Ao serem perguntados se entendiam que a prática corporal lhes ajudou a enfrentar, de alguma forma, a violência, tivemos as seguintes respostas.

(L.A.)

Acredito que não. Fazia Jiu-Jitsu porque era muito ocioso e minha mãe queria que eu fizesse alguma coisa. [...] As aulas de Jiu-Jitsu se encaixavam nos horários disponíveis.

(D.S.)

[...] eu não consigo fazer essa ligação. Nem pra boa nem pra ruim.

Apesar de abordarmos a relação que o entrevistado estabelece entre a violência sexual e práticas corporais no decorrer do texto, expomos aqui que a entrevista de L.A.

apresenta, para nós, uma relação positiva do jiu-jitsu (luta que ele praticava) no enfrentamento de questões geradas pela violência, como o medo e a desproteção.

Do mesmo jeito que a família se apresentou como apoio, ela apareceu como uma produtora da violência e também mantenedora de um pacto de silêncio. Os discursos das entrevistas sinalizam que as realidades vividas são diferentes de um ideal de família, principalmente porque o contexto intrafamiliar se configurou como cenário da violência.

A família foi o local em que o pacto de silêncio se estabeleceu, apesar de isso não ser a regra. Em algumas famílias, como já apresentado, a família foi fonte de apoio, apesar de ser a produtora da violência. Entretanto, em outras situações, ela foi uma das grandes sustentáculos da “*maldade*” de quem sofreu violência.

Um dos modos de estabelecer essa “*maldade*” passa pela culpabilização da situação a quem a sofreu e também em amenizar, e até mesmo inocentar, quem cometeu a violência. Situações onde a desconfiança da família em relação à sua história, além da dissimulação por parte de alguns membros para auxiliar o agressor, podem ser percebidas em algumas falas dos entrevistados.

(A.A.)⁷

Passado isso foram chamadas duas tias, que eram mais próximas da gente, que eram irmãs da minha mãe e minha vizinha fez contato, e eu contei pra minhas tias. Mas elas também não acreditaram muito e tinha uma espécie de ameaça... elas disseram olha você jura pela sua mãe? Que isso está acontecendo porque isso é muito sério, se você tiver falando uma coisa que não é verdade seu pai vai preso, e vocês todos vão, naquela época era para o juizado de menores. E vocês vão pro juizado de menores e não vão se encontrar nunca mais. Então isso pra mim foi algo muito difícil de lidar, né,

(O.H.)⁸

Na verdade, o que o mais me machucou foi a omissão dos meus pais e das minhas irmãs mais velhas.

(L.S.)

⁷ Mulher, 54 anos, São Paulo, entrevista IX e via Skype.

⁸ Homem, 43 anos, São Paulo, entrevista I e via Facebook.

Eu liguei para uma tia, na época eu morava em outra cidade e ela em BH, daí ela veio me buscar.

Me levaram e minha mãe não foi contra, ela soube, mas achou que o relato dele valia mais que o meu.

Ela não se separou dele.

Em dezembro do ano seguinte, ela me buscou de volta e tivemos uma franca conversa e ela me prometeu que isso não aconteceria mais.

Ninguém da família o denunciou. Ele vive tranquilamente hoje.

[...] Quando eu voltei, me lembro que em uma discussão com minha mãe eu falei na cara dela e da irmã dele.

E a irmã dele disse: “meu irmãozinho nunca faria isso”.

Depois que eu voltei, minha mãe o pegou no meu quarto, ele havia acabado de entrar. Ela foi atrás dele.

Eles discutiram e ela nunca o colocou para fora de casa.

[...] Minha mãe não me protegeu e eu tenho vergonha dela por isso.

Eu me sentiria um lixo se protegesse meu filho. Ela morreu com isso.

(A.O.)

[...] a minha tia chamou toda a família e disse que estava seduzindo o marido dela. Ela sabia tudo o que acontecia naquele apartamento, porque eu não fui a única criança que ele abusou e ela era conivente com tudo. Por medo da vizinha denunciá-lo, ela preferiu inventar essa história.

Então minha família preferiu aceitar essa versão confortável a todos, menos pra mim, que fui isolada do convívio familiar, mas finalmente tinha sido afastada daquele homem.

De todos os casos citados acima, somente na situação de O.H. não houve um julgamento familiar sobre a conduta de quem sofreu a violência. A família, que socialmente é concebida como ser uma das principais fontes de apoio de um sujeito, fez o contrário. Essa transferência do aviltamento, que Vigarello (1998) apresenta como característica da violência sexual, foi, aqui, passada na sua totalidade para quem a sofreu, no tribunal familiar (COHEN; GOBBETI, 2014; GOBBETTI; COHEN, 2002; SADIGURSKY, 1999). E estes julgamentos apresentam um ponto contraditório, mas que infelizmente é comum: mulheres reprovando as condutas de meninas, no sentido de justificar a violência sofrida, e até de colocar em dúvida a versão de quem a sofreu (as tias de A.A., a irmã do padrasto de L.S. e a tia de A.O.).

Como dissemos acima, outra situação conflitante em pensar na família como fonte de suporte se encontra no fato de que grande parte dos casos de violência foram intrafamiliares, com muitos deles ocorrendo mais de uma vez (FRANÇA JÚNIOR, 2003; GUERRA, 1998; PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

(L.A.)⁹

Eu não tenho certeza sobre a quantidade de vezes, tinha entre 5-6 anos, talvez tenham acabado por causa do término entre minha vó e ele.

(O.H.)

De 8 a 12 anos de idade, sofri abuso sexual na minha própria casa, do meu irmão mais velho.

(L.O.)

Foram diversos episódios, ele tinha 21 anos e eu por volta de 11-12.

(A.O.)

Ele ia se aproveitando do meu isolamento, da minha fragilidade, da minha vulnerabilidade e do toque passou para o estupro.

Isso aconteceu dos 7 até meus 15 anos.

Mais quatro pessoas sofreram violência sexual mais de uma vez em contexto intrafamiliar e só em um caso (N.Z.) isso ocorreu uma única vez. A literatura apresenta que esse contexto, de violência intrafamiliar e de ordem crônica, é o que geralmente causa maiores danos (AMAZARRAY; KOLLER, 1998; BRASIL, 2004; SADIGURSKY, 1999). Entretanto, felizmente, as histórias apresentam narrativas de superação e diferentes níveis de resiliência.

Em alguns casos, o entrevistado descrevia uma sensação de insegurança, por medo de vivenciar outra experiência de violência.

(E.S.)¹⁰

Eu sou filha única menina e eu só tenho irmãos meninos, três, e eu tinha muito medo, eu dormia com eles a noite porque eu tinha problema com o sono.

⁹ Homem, 18 anos, São Paulo, entrevista III e via Facebook.

¹⁰ Mulher, 21 anos, São Paulo, entrevista V e via Skype.

Eu tinha muito medo de dormir sozinha, então eu acabava indo dormir com eles. Só que aí... eu tinha o medo de alguém abusar de mim.

Tinha medo de tudo. Medo...

Deles abusarem de mim, mas isso nunca aconteceu, eles nunca abusaram de mim.

(A.A.)

A gente dormia numa beliche de cima ele ia pra minha cama e fingindo que ia cobrir meu irmão que dormia embaixo começava a mexer em mim. Isso durou quando eu comecei a perceber... foi uma forma muito triste porque eu não entendia o que estava acontecendo... a gente nunca teve uma relação muito boa, sabe meu pai nunca foi uma pessoa carinhosa, muito presente. Mas mesmo assim foi muito traumático também a ponto de eu dormir de calça jeans o mais apertada possível e de eu ter levado isso até a idade adulta e provavelmente a história de confiança... a todas as pessoas.

Outro ponto relacionado a este último, que foi apresentado nas entrevistas, dizia respeito ao medo relacionado à confissão do tema e suas consequências.

(N.Z.)

Bom, meu pai (que é falecido) na época estava no auge de situações difíceis em casa com a minha mãe. Ele usava drogas e era envolvido com muitas pessoas negativas. Com o tempo, a figura dele me assustou, sabia que se eu contasse para ele e minha mãe aconteceria uma tragédia em família.

A partir disto os medos se acumularam: A agressividade de meu pai e a presença de seu irmão.

(A.O.)

Depois vem o medo de contar e ninguém acreditar em você, eu estava cercada por adultos que eu nunca havia visto na minha vida, não eram parentes com que convivia, eles vieram para São Paulo quando eu nem era nascida. Não tinha ninguém conhecido por perto e o medo de contar e as pessoas deixarem de me amar ou de não acreditarem era imenso.

[...] Primeiro, me achava culpada por tudo que havia ocorrido, sentia muito nojo de mim.

[...] Teve também a fase da vergonha, pouco tempo atrás nunca falaria que havia sido vítima de violência sexual.

O medo de ser causador de um mal maior, o medo de sofrer outra violência, o medo de não ser ouvido, o medo de “passar” por mentiroso, entre outros tantos medos, são traços da violência sofrida, principalmente pela criança e o adolescente; medo que impede movimentos de rompimento e comportamentos associados ao trauma (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

Por vezes, esse pacto de silêncio, que Guerra (1998) apresenta como característica de uma violência sexual incestuosa, é levado às últimas consequências:

(E.S.)

Não. Nem agora e nem nunca.

Se eu contar pra minha mãe... Não. Eu não confio em ninguém pra contar, na minha cabeça eu vou destruir a minha família.

Agora eu tenho 21 anos, foi há muito tempo, prefiro acreditar que não tem por que mais, entendeu... Por outro lado, eu penso como ninguém nunca percebeu isso...

Eu não culpo ninguém da minha família, mas assim, ninguém nunca... nunca percebeu uma coisa dessas? Eu não sei, eu prefiro não tentar...

Porque senão eu seria uma revoltadinha.

Nesta parte, uma confusão de sentimentos é apresentada. Do mesmo modo que o problema parece ter perdido sua relevância (pois a necessidade de expô-lo só traria problemas – destruir a família e ser considerada uma “revoltadinha”), um questionamento sobre como ninguém foi capaz de ajuda-la também é exposto (“eu penso como ninguém nunca percebeu isso”).

Isto nos faz pensar como muitas vezes a família não se apresenta como um local de apoio à criança nessas situações, no sentido de que a descoberta de um assunto desses envolve muitas questões, como uma suposta coesão familiar, além da reputação de alguns de seus membros.

Esta temática é complexa, pois também não se trata de produzir uma discursividade sobre a “família que não apoia”. Aqui é preciso aprofundar a reflexão e pensarmos quais são os contextos produtores de violência, como a família se enreda nestes contextos e as reais possibilidades de resistência e fuga para os membros da família. Neste sentido, há a necessidade de um debate social mais amplo, ao redor do tema e a criação de

espaços que deem suporte para quem sofre violência e também para as famílias que por elas são afetadas.

Por outro lado, como nem sempre os familiares estão preparados para lidar com a situação, seria interessante que a criança tivesse espaços para buscar auxílio sem os adultos, pois, por vezes, o próprio adulto responsável é o perpetrador da violência. Um desses espaços poderia ser a escola, que tratamos a seguir.

5.2.3 Escola

A escola está entre os locais que poderiam servir de suporte para crianças e jovens que sofreram violência sexual, pois a instituição familiar tem dificuldades para oferecer apoio.

Entretanto, os discursos dos/as entrevistados/das mostra a escola agindo de maneira despreparada nestas situações.

(L.S.)

Meu rendimento escolar despencou e eu fiquei revoltada. Eu me lembro que era brilhante. Do tipo nota 100 em quase todas as matérias.

[...] Não me lembro de nenhuma intervenção nesse sentido, só uma professora de religião que disse que eu era uma gracinha e estava endiabrada...

Isso me marcou.

Mas nunca me chamou para conversar.

Pelo relato, parece que essa mobilização, de pensar no suporte para crianças e adolescente que sofreram violência sexual, deveria não somente se centralizar nas instituições de atendimento, mas na preparação de alguns profissionais de outras instituições, no sentido de estarem sensíveis a perceber esse tipo de violência como um acontecimento possível, e que eles são pessoas que podem auxiliar de alguma maneira.

A história de A.S. é outra situação que mostra este despreparo dos profissionais da escola. Ao sofrer a violência, a direção da escola foi avisada e, conseqüentemente, os professores ficaram cientes da história. Uma das professoras não conseguiu ser discreta em relação ao ocorrido e os alunos de sua classe souberam da situação, o que, para A.S., gerou um mal-estar ainda maior.

Outros sentidos foram dados à escola pelos entrevistados, entre eles as práticas corporais. O ambiente escolar era o local exclusivo onde alguns dos entrevistados praticavam algum esporte.

(A.A.)

Quando eu estava na quinta série eu participava da seleção de handebol da escola eu fazia... eu gostava bastante, era algo que me dava muito prazer. Participei da quinta até a sétima, depois eu passei pra noite e aí já não fiz mais.

(A.O.)

Sempre gostei de esportes, mas sempre restrito a escola. Sempre participei ativamente das aulas de educação física.

Fora do espaço da escola as opções são poucas ou nenhuma, principalmente se você não tiver grana para pagar.

(L.S.)

Era uma adolescente que andava de bicicleta e jogava handebol na educação física.

A prática esportiva é o espaço em que o enclausuramento na cadeira é banido: é o espaço da liberdade, da diversão, do prazer, de se conhecer. É o local em que muitas crianças sentem-se à vontade na escola. Contudo, a desvalorização da Educação Física como campo de saber, a frequente falta de trabalho interdisciplinar, e o pouco diálogo sobre questões de gênero e sexualidade na escola, dificultam perceber esse espaço como um campo de resistências e com possibilidade de apoio para crianças e jovens.

Existem projetos de instituições governamentais e não governamentais para abordar a questão da violência nas escolas, incluindo a violência sexual. Inclusive o Guia Escolar (BRASIL, 2004) é uma iniciativa, mas o discurso das entrevistas e experiências que temos com as escolas nos deixam ver que ainda temos muito que caminhar em termos de formação de educadores e educadoras, como também sobre o papel da Escola nos casos de violência.

Procuramos apresentar aqui somente os olhares para a escola como apoio. Outras questões referentes à escola foram trazidas, mas estão interligadas com outros eixos e foram abordadas nos respectivos. Vale salientar que o espaço de Educação Física, por ter como

temática o corpo, pode ser um espaço de autoconhecimento corporal e de entendimento dos limites do outro sobre seu corpo.

A seguir, abordaremos os sentidos que os entrevistados atribuem à violência sexual.

5.3 Sentidos da violência

Três entrevistados relataram que não percebiam a experiência vivida como violência e, com o passar do tempo, por diferentes motivos, houve uma mudança de perspectiva.

(L.S.)

Engraçado é que só hoje tenho consciência de que quando criança, um primo da mesma idade abusava de mim, pois eu não consentia quando ele se aproximava e o famoso brincar de médico é um trauma hoje.

(L.O.)

Olha, na verdade a violência ocorreu em âmbito familiar com meu primo de 1º grau. [...] Pra mim, não via nada de mal, até porque houve de certa forma uma parte consensual minha. Não acredito que tenha sido tão violentador, mesmo hoje sabendo que ele, como adulto da situação, deveria ter evitado.

(A.O.)

Esse “tio” começou a acariciar meu corpo e quando você é criança é difícil entender a diferença entre carinho e assédio, porque você nem sabe o que é assédio. [...] esse “carinho” foi se tornando mais frequente e em partes mais íntimas. Não sei se no meu desespero de querer ter de novo uma mãe e um pai, acreditei realmente era só carinho ou se não sabia mesmo o que era aquilo. Na verdade acho que eram as duas coisas, mas depois você vai crescendo e percebe que tem algo de errado, que não era para um adulto estar te tocando daquela forma.

No caso de L.O., a violência foi compreendida como violência algum tempo depois, não pelo aspecto da brutalidade, mas pelo aspecto ilegal da atitude¹¹. Quando L.S. revê sua história, depois de ter sofrido violência pelo padrasto, outra violência aparece. E em A.O., a noção como algo errado se escondia com o anseio por um carinho familiar que estava ausente. Apesar da problematização de Spink (2004), no que se refere a esse olhar retrospectivo, ele é interessante no sentido de que os valores que temos podem estar em constante movimento ao longo de trajetórias de vida.

Os sentidos da violência também são produzidos a partir dos discursos da família ao redor do tema, e como vimos no tópico *Família*, esta instituição é produtora de um discurso de culpa e de desvalorização de quem sofreu a violência.

Um dos sentidos da violência percebidos na dinâmica familiar foi o medo associado à repetição da experiência traumática no ambiente familiar, às consequências de exposição da violência, de ser entendido como mentiroso e de destruir a estrutura familiar. Contudo, outros sentidos se apresentam como medo.

(A.S.)

[A violência] gerou um medo incomum, que hoje está parcialmente controlado. [...] Tinha medo de andar sozinha, de sair para festas, de me aproximar das pessoas...

A.S. sofreu a violência de um desconhecido na rua, e todos aqueles que ela desconhecia se tornavam potenciais violentadores; em todo local, era possível a violência acontecer novamente. O refúgio só podia ser sua casa, pois se relacionar poderia significar o encontro com um possível algoz.

D.S. se deparava com outra questão: o fato de se passar por mentirosa, pois havia dúvida se aquilo era realidade ou ficção.

(D.S.)

Eu tinha medo de falar, porque eu não sabia se tinha acontecido mesmo, ou se eu sonhei sabe (...) quando eu falei isso pra psicóloga, ela falou que isso é normal, não tem problema...

No conjunto das entrevistas, o efeito da violência foi muito associado à falta de confiança em relação às outras pessoas. Assim, observamos que um dos sentidos da violência

¹¹ Ver quadro 1 (p. 26).

é que o seu efeito gera a dificuldade de confiar no outro, ao ponto de haver um questionamento, neste sentido, sobre a participação nesta pesquisa.

(E.S.)

Vou confiar em você... Eu sempre quis falar dessa experiência e quando eu vi o e-mail, eu vi uma oportunidade de falar. Mas depois, eu pensei, ele é um estranho. Até eu mandar a resposta, foi uma luta comigo. Até eu confiar em mandar o e-mail pra você, eu ficava achando que você ia fazer algo de mal comigo.

Vimos no tópico *Família*, e em outros momentos da análise, que a *confissão*, ou a exposição da experiência (para amenizar a conotação negativa associada à noção de confissão), em terapia ou com amigos e familiares, foi uma possibilidade de resistência, devido à vergonha e o medo gerados por essa situação, e o quanto essa fala se apresentou como *libertadora*. A vergonha que recai sobre quem sofreu a violência e a desconfiança que ela deposita no outro (aquele que pode reproduzir a violência ou lhe *acusar* de difamação) são algumas das questões envolvidas na exposição desta experiência; por isso, falar é difícil. A participação na pesquisa, inclusive, tem, como motivação, auxiliar outras pessoas a não passar por esse tipo de situação e também ajudar aquelas que passaram e passam por ela.

(D.S.)

Quando eu recebi o e-mail eu me interessei. Pensei poxa é uma coisa tão ruim pra gente... É uma coisa ruim, mas pode ser uma coisa boa, posso ajudar alguma pessoa que precisa. Essa foi a primeira coisa que me passou pela cabeça.

A sensação destrutiva gerada pela violência se expande por numerosos caminhos. Ela influi também na maneira como as pessoas encaram a vida; ela gera traumas e modos de ser condizentes com estes.

(O.H.)

Alexandre, eu tenho certeza que seria uma pessoa melhor do que sou hoje se não tivesse sofrido abuso sexual.

A violência se deu no corpo e, por isso, chega ao corpo. Seus *efeitos* se fazem presentes nessas experiências, influenciando na relação que a pessoa tem com o seu corpo, com as sensações, as formas, o desejo, entre outras questões.

(O.H.)

Sempre sofri com baixa autoestima, porque passei quase toda minha adolescência acima do peso, “espantando” as meninas. Todas elas queriam ser minhas amigas, porque era um excelente confidente, mas não era atraente o suficiente para elas me desejarem de outra forma.

(L.A.)

Durante a minha infância toda, vivi sem coragem de fazer nada, de me defender sobre qualquer situação, e tinha medo de que acontecesse novamente a qualquer momento, sempre fui o menor e mais franzino da turma na escola, por exemplo, isso fazia eu ficar com receio de qualquer pessoa mais velha que chegasse perto de mim. [...] Eu não tenho problemas com meu corpo, não me importo muito, sempre me achei muito baixinho (1,60), mas não ligo muito pra isso.

Mas é que sempre fui o menor da turma.

E é ruim quando criança, passava um tom de insegurança muito maior.

(E.S.)

Eu sou muito alta, eu tinha que ser a última da sala, minhas amigas tinham que ficar na frente porque eu era muito maior que elas.

Só que eu aprendi lidar com o meu corpo.

Eu tentava entender a minha sexualidade, entender a minha sexualidade.

Eu tentava esconder o meu corpo.

Agora eu consigo entender alguma coisa que eu fazia e não era de todo ruim.

(A.O.)

[...] Ah, estava esquecendo, teve a fase essa durou até pouco tempo atrás, foi a vergonha do meu corpo, achava que ele tinha sido o causador de tudo, então eu queria escondê-lo de quase tudo, usava roupas largas, evitava praia, piscina, roupas curtas ou agarradas.

A não adequação a um padrão estético é um dilema que às vezes se percebe na adolescência. E isso se potencializa com a violência, como pode ser percebido nas falas: Aquele que sofre violência cometida pelo irmão e não se sente atraente; o que sofre violência na infância e não consegue se impor e mostrar senão fragilidade; a que é diferente de todas as meninas consideradas normais e aquela que se sente culpada por estimular a violência que lhe

aconteceu. Esses sentimentos de baixa autoestima, medo, insegurança, vergonha e culpa, relacionados não só com a violência, mas com o corpo, nos fazem pensar porque este último é colocado em segundo plano. Como o corpo é o *cartão de visitas* para o mundo, o local onde os acontecimentos se inscrevem (FOUCAULT, 1979), esses sentimentos, por mais que possam se desenvolver psiquicamente, estão inscritos no corpo e reverberam nessa relação com o mundo; eles não são somente psíquicos, nem somente sociais, nem somente biológicos, mas, parafraseando Lenine¹², eles são tudo isso junto em um só ser.

Outro sentido que pode ser encontrado e já foi trazido por A.O. (p. 89) é a sensação de sujeira e nojo:

(L.S.)

Na primeira vez, me senti suja e desprotegida, saía de casa à noite e ia pra escola onde minha mãe trabalhava, eu era nova e era longe, ela ficava brava comigo e não entendia o porquê de eu sair de casa para encontrá-la.

Nessa situação em que o apoio familiar foi frágil, a transferência da responsabilidade do agressor pode ser percebida aqui. As percepções sobre o agressor são atribuídas pelas pessoas que sofreram violência, que se sentem sujas, impuras, inadequadas, vulneráveis, covardes.

Dos 10 entrevistados, 9 deles sofreram violência de pessoas conhecidas, que tinham algum vínculo familiar (os agressores foram tios, primos, padrastos, ex-maridos da avó, pais e irmãos) (Quadro 2)¹³. E quem cometeu a agressão, nas 10 situações, foi um homem. Esse dado nos atenta para as questões de gênero envolvidas em situações de violência sexual, como já abordado nos tópicos *Violência Sexual* e *Incesto*. Anteriormente dissemos que a literatura apresenta que a maioria das pessoas que sofrem violência são mulheres. Em nosso estudo, a maioria das pessoas que responderam ao chamado de participação foram mulheres. Contudo, tivemos um número significativo de homens (4), o que nos levou a necessidade de pensar a violência sexual como uma violência de gênero e considerar que quando um homem sofre este tipo de violência o estigma da homossexualidade pode estar presente.

(O.H.)

¹² Trata-se do músico Osvaldo Lenine Macedo Pimentel, e de sua canção “*Todas elas juntas num só ser*”.

¹³ Ver p. 77.

Sempre achei errado, injusto e muito sujo. Desde pequeno, minha orientação sexual era heterossexual. Nunca senti atração pelo mesmo sexo. Como isso ocorreu na pré-adolescência, eu já achava muito errado.

O.H. manifesta a percepção de que o ato era errado, e levanta a questão da homossexualidade. A raiva vem pelo ato que parecia injusto, como também pelo que poderia colocar em xeque sua sexualidade. L.O., em sua primeira fala presente neste trabalho (pp. 80-81) aborda o medo que tinha de seu pai descobrir sua “orientação sexual”, o que o levou a trazer diferentes versões dos fatos, no sentido de não colocar em xeque esse seu “segredo”. O estigma de ser homossexual torna-se mais preocupante que ter sofrido uma violência sexual.

A questão da sexualidade, aliás, aparece como uma problemática nas falas dos entrevistados. L.A. apresenta como dificuldade inerente da violência sofrida questões sobre sua sexualidade, no sentido de transitar sobre diversos caminhos, mas não conseguir encontrar satisfação em nenhuma destas tentativas.

(L.A.)

[...] tive um único relacionamento sério na vida, heterossexual, que durou quase 1 ano entre 2013 e 2014.

[...] conheci essa garota [...] e logo começamos a namorar. Eu sentia que ela era mais minha irmã do que minha namorada, nunca consegui desenvolver alguma afeição amorosa ou sexual por ela e isso foi extremamente frustrante para ambos [...] Quando entrei na adolescência, entrei em um dilema sobre qual seria a minha orientação sexual e logo ao entrar no ensino médio havia a definido como bissexual.

E logo que comecei a minha vida sexual, 1 ano atrás, percebi que não tinha nenhum prazer.

Terminei o namoro e tentei manter relações sexuais com garotos, mas também não senti nenhum prazer.

É o contrário disso. Atualmente não tenho certeza sobre minha sexualidade e as frustrações sexuais não param.

Outras pessoas expõem essa dificuldade em se relacionar sexualmente com alguém. E essa dificuldade se apresenta, segundo esses entrevistados, devido à insegurança, à desconfiança, ao medo, à baixa autoestima, que gera um sentimento de dúvida em relação ao outro.

(E.S.)

Eu tenho inúmeros problemas em me relacionar com as pessoas. Ah... eu tenho problemas com... sexo mesmo, em me deixar envolver... isso sempre acontece.

(A.O.)

No fim da adolescência comecei aceitar os meninos, mas tive relações ruins, quando a autoestima está lá embaixo é difícil manter um relacionamento equilibrado.

A entrevista de L.O. apresenta uma questão sobre gênero que aparece transversalmente à violência, mais especificamente na construção das masculinidades e das homossexualidades.

(L.O.)

Olha pratiquei Natação quando criancinha, mas não lembro muito; meu pai me colocou numa escolinha de futebol, mas também não lembro.

Na verdade, eu lembro de poucas vezes ter jogado futebol, mas no EM a primeira vez que joguei já quase saindo do 3º ano.

Dei uma arrancada de uma ponta a outra na quadra e fiz gol.

Eu fiquei um pouco perplexo por esse feito já que evitava jogar futebol até por toda questão cultural da sexualidade envolvida.

[...] Nunca, na verdade eu sempre me senti desconfortável, ainda mais por ser um esporte onde está o culto à masculinidade e pela orientação sexual e machismo acabam meio que desqualificando esse tipo de comportamento.

Em tese mais emocional.

Mas também penso que esse é um estereótipo da maioria do esporte, mas acredito que possa existir pessoas diferentes.

Em minoria.

O caso de L.O. é interessante pela questão do estereótipo que algumas práticas carregam. Ele fala de ter jogado futebol no Ensino Médio uma vez, e ter se surpreendido com sua performance, pelo fato de não jogar constantemente. Como ele se declara homossexual e a prática do futebol é, como ele coloca, *onde está o culto à masculinidade*, esse espaço era pouco explorado por ele. O futebol é o lugar do masculino, como coloca Altmann (2010), e

estar ali, e ainda se destacar (mesmo que por um momento), é impensável. E, ao mesmo tempo em que ele coloca esse espaço como lugar de culto à masculinidade, L.O. também se coloca no local de fora, pois como ele não é “homem”, ele não pode jogar.

Os sentidos da violência se alocam e deslocam-se por diversos contextos: eles aparecem no corpo, no pensamento, na relação com o outro e consigo. Eles se constroem em contextos delimitados e também socialmente. Apresentam diversas singularidades, o que dificulta estipular uma identidade fixa sobre “aquele que sofreu violência sexual”, mas que nos fazem entender a complexidade deste fenômeno. O corpo, que é conceito fundamental deste trabalho, apareceu nesses relatos como aquilo que precisa ser escondido, por ser o gerador de “*todo o mal*”. Outros sentidos sobre o corpo são apresentados a seguir, procurando estabelecer as relações entre a violência e o corpo e as práticas corporais.

5.4 Corpo e prática corporal

O corpo e as práticas corporais apresentaram diversas relações com o contexto de violência. Algumas delas muito perceptíveis e outras mais indiretas. Elas não se encontravam somente no período da violência, mas em momentos como a terapia ou em atividades realizadas muito tempo após a violência. Uma dessas situações é encontrada na fala de L.S.

(L.S.)

Esse lance de caminhar veio com a terapia, eu estava acima do peso e isso me incomodava demais e meu terapeuta disse que era sabotagem, pra eu ficar feia e não ser desejada, entendi e fui caminhar, depois que me separei engordei de novo e agora luto para voltar ao peso ideal.

Como L.S. coloca, essa “sabotagem” pode ser percebida entre pessoas que sofreram violência sexual (SADIGURSKY, 1999; WHO 2012). Sentir-se *feia*, descuidar-se; esses são os caminhos que essas pessoas perseguem, pois transformar-se em alguém indesejável sexualmente pode ser uma maneira de lidar com a culpa pela situação e o medo de uma nova situação. E como alguns entrevistados trouxeram, inclusive L.S. estas pessoas se sentem sujas e indignas, por vezes se sentindo até *merecedoras* dessa situação, o que explica um comportamento de “sabotagem”, apontado pelo terapeuta de L.S..

Nos tópicos *Família* e *Sentidos da violência*, o corpo aparece em questões associadas à vergonha, à culpa, ao medo. Isso pode ser visto em diversas falas, como em alguns trechos de A.O. (pp. 87, 88, 89, 93 e 96), nos quais menciona ter sido acusada de seduzir seu agressor, além de se sentir culpada por ter sofrido a violência e buscar esconder seu corpo; na fala de A.A. (p. 89), quando relata que o uso de calça jeans evitava o contato do agressor durante a noite; de L.A. (p. 96), sentindo-se desprotegido e inseguro devido sua composição física; e no caso de E.S. (p. 96), onde há o relato de que o corpo era motivo de vergonha.

Nas entrevistas, o corpo foi associado a sentimentos de culpa, que as pessoas carregaram (ou ainda carregam) por terem sofrido a violência. Essa culpa se sustentou por um elemento que podemos denominar de “*exposição ao outro*”, onde a exposição do corpo seria responsável pelo ato da violência, pois, por meio deste ato, a exposição do corpo de quem sofreu a violência foi aquilo que provocou o desejo do outro. Outra questão associada à culpa sobre o corpo refere-se a não entender o fato como errado, e até consentir com a situação.

(L.S.)

Qualquer coisa que eu vestia mais curto, ela e minha avó colocavam a culpa em mim:

“Também, você não tem modos!”

“Por isso que aconteceu aquilo com você!”

(L.O.)

(Pergunta) Essa questão da culpa, você acha que tem a ver com o fato de ter havido, como você mesmo disse, uma espécie de consentimento?

(Resposta) Acredito que sim. Uma vez que acho que fui de certa forma responsável pelo ato.

A carga moralista presente em alguns desses casos, que foi abordada no tópico *Violência Sexual*, se aproxima da perspectiva deuterônômica apresentada. O corpo, fonte de desejo, deve ser assexuado, exclusivamente o feminino, *corpo desejado* em nossa cultura. Isto pode ser percebido nas entrevistas, ao observarmos que os entrevistados homens não mencionaram a necessidade de esconder o corpo, enquanto quatro mulheres trouxeram esta situação, tanto em forma de exortação de alguém (caso de L.O.) quanto no uso de roupas que visavam esconder o corpo e *torná-lo menos desejável* (casos de E.S., A.A. e A.O.).

O corpo de quem é violentado, além de precisar ser escondido e de ser culpado por se “tornar desejável”, é também o corpo que é sujo, que é digno de nojo. As falas já apresentadas de A.O. (na p. 89), de L.S. (p. 97) e O.H. (pp. 97-98) traduzem esse sentimento. A *sujeira* que representa a violência se imbrica no sujeito; e impregna em seu corpo por meio da culpa e da vergonha de vivenciarem este ato.

Outra questão que percebemos nas entrevistas diz respeito à relação entre a violência sexual e a prática corporal. Entendemos ser essa uma questão importante para esta pesquisa, pois a partir do momento que percebemos pontos de intersecção, entendemos que há alguma influência, positiva e negativa, tanto de um lado quanto de outro. E essa relação foi apresentada em alguns momentos, como pode ser visto no trecho em que L.S. aborda uma situação de sua adolescência.

(L.S.)

[...] era uma adolescente que andava de bicicleta e jogava handebol na educação física.

(Pergunta) E gostava?

(Resposta) Nóooo, amava!

[...] [Mas] Desgostei.

Fazia por obrigação na educação física.

Saí do Jazz (fazia jazz), nóoo, que boa lembrança.

Mas eu saí. [...] Não quis mais, comecei a achar todas [as meninas] chatas e a professora inventou uma apresentação e tinha que comprar roupa.

Nem perguntei à minha mãe se ela compraria.

Apenas deixei de ir.

Uma semana antes da grande apresentação.

A professora ficou brava.

[...] Minha relação com o corpo é péssima.

Você que me lembrou do jazz na entrevista.

Deu saudade. Sempre quis fazer aula de dança, mas dando tantas aulas, sempre ficava pra depois.

Não saquei que era saudade.

Sadigursky (1999) aponta que pessoas que sofreram violência sexual, com frequência, têm dificuldade em lidar com questões referentes ao seu corpo e também no estabelecimento de contatos corporais. Na época em que sofreu violência, L.S. fazia jazz e

tinha uma boa relação com seu corpo. E por conta da violência (ou da imagem construída sobre a mãe, que não a protegeu e que ela queria que a protegesse), ela deixou de fazê-lo. No decorrer do trecho acima, ela percebeu a dança lhe fazendo bem e manifestou o desejo de voltar a praticá-la.

Outra fala em que essa relação entre as práticas corporais e a violência sexual foi trazida ocorreu na entrevista de E.S., onde ela fala de uma situação rotineira em seu treino de natação.

(E.S.)

Quando eu era menor, tinha muita vergonha do meu corpo, era uma coisa que eu achava que todo mundo tem que ter, usava maiô e eu morria de vergonha, eu ia até a piscina de roupão e deixava do lado da piscina. Exatamente por causa disso, porque eu tinha muita vergonha do meu corpo.

É que a vítima se culpa... Parece que tá todo mundo te olhando, e que sempre vão fazer a mesma coisa que o outro fez, entende.

Mas, sim! Era uma forma de eu me sentir livre, sabe. Era algo que me dava prazer.

E eu estava no meio de tantas crianças.

E.S. sentia vergonha de mostrar o corpo por conta da violência, elemento já descrito na literatura (SADIGURSKY, 1999), mas o espaço da piscina (fazia natação) era um espaço em que essa vergonha se dissipava, em que esse medo cessava, mesmo que por alguns momentos.

Como foi abordado no tópico *Família*, quatro participantes (L.A., A.S., D.S. e L.O.) não perceberam a prática corporal como importante no enfrentamento da violência sexual. Os entrevistados que tiveram esta visão são os mesmos que obtiveram suporte em suas famílias. Uma possível explicação para a situação nos leva a pensar no espaço da prática corporal como uma fuga, pois muitos dos entrevistados que encontraram um sentido positivo na prática corporal destacavam sentimentos de liberdade, de melhora de autoestima e de refúgio. Pelo fato da família auxiliar nesse processo (e não ser mais um *peso*), essa necessidade de fugir se amenizaria, a tal ponto de tornar esse espaço menos importante que no outro contexto e quem não obteve ajuda familiar.

Entretanto, nosso objetivo neste trabalho não é definir causas e efeitos, procuramos entender e compreender sentidos e possibilidades de resistência utilizadas pelos

entrevistados e pelas entrevistadas, com ênfase nas práticas corporais. Além disso, entendemos que o processo de exposição desse fato é extremamente complicado, devido ao pacto de silêncio estabelecido em família, além da vergonha de ter passado por uma experiência tão traumática, que carrega sentidos associados à sujeira e nojo. Abaixo, um trecho da entrevista de O.H. ilustra essa situação.

(O.H.)

Ao mesmo tempo que queria falar pra todo mundo e evitar que aquilo continuasse, tinha vergonha, pois ainda não compreendia o que era sexo. Justamente o cara que era o mais velho dos irmãos e que deveria ser um reforço de exemplo do meu pai, acabou me violentando diversas vezes. Eu não entendia o motivo daquilo estar acontecendo.

Ainda sobre as relações estabelecidas pelos entrevistados entre a violência sexual e as práticas corporais, o caso de L.A. teve uma situação diferente dos casos em que houve apoio da família. Apesar de não estabelecer relações entre a violência e a prática corporal, sua história apresentou elementos positivos sobre a prática corporal.

(L.A.)

Fiz 3 anos de Jiu-Jitsu quando criança.

[...] Não penso em fazer academia pelo corpo, penso bastante pela saúde, sou bem sedentário.

[...] Nunca tinha parado pra pensar nisso. Sim, era por prazer, gostava bastante.

Parei de fazer por meu tutor ter se mudado e o curso fechou.

[...] Foi só coincidência sabe? Poderia ser qualquer outra coisa.

As aulas de Jiu-Jitsu se encaixavam nos horários disponíveis.

Acho que teria feito se fosse tênis, por exemplo.

Ele enfatiza o quanto ser baixinho o deixava com medo na sua infância. Ele havia sofrido violência pelo marido da avó e três anos depois disso ter acontecido, ele começou a fazer jiu-jitsu. Gostava tanto a ponto de se destacar em algumas competições. E pelo fato de seu tutor ter se mudado de cidade, ele parou. Esse sentimento de medo era recorrente nesse período (“sempre fui o menor e mais franzino da turma na escola, por exemplo, isso fazia eu ficar com receio de qualquer pessoa mais velha chegasse perto de mim”). E ter entrado em uma modalidade que traz, de algum modo, empoderamento no sentido de saber se defender,

gerou um sentido de prazer à prática (*“Sim, era por prazer, gostava bastante”*). Apesar de entendermos que esta prática teve um sentido positivo na trajetória de L.A., devido às relações entre prática corporal e os manejos da violência sexual presentes neste caso, pois a ênfase dada à insegurança e falta de proteção era atenuada com a prática desta arte marcial, o sentido atribuído pelo entrevistado, que entende que a prática corporal não foi relevante neste processo, foi considerado na apresentação dos dados¹⁴.

Como já trouxemos, os entrevistados associaram a prática corporal a sentidos positivos. Entre esses sentidos, podemos destacar a relação com autoestima, prazer, liberdade e superação. Na entrevista de O.H., é perceptível como as práticas corporais se mostraram interessantes para ele, devido à baixa autoestima com a qual teve que conviver em decorrência da violência que sofreu. Considerando a fala abaixo, é possível perceber como a prática corporal, nesse sentido, o ajudou.

(O.H.)

[...] em tempos de treinamento eu me sentia mais confiante, com uma meta a cumprir. [...] Convivia com meninas com corpos bem malhados e me sentia atraído por elas. Mas, depois de formado, e já com alguma experiência, passei a observar mais a qualidade de vida para se conseguir um corpo mais bonito. Hoje, isso para mim já está desvinculado. Porém, me sinto mais bonito para o mundo quando estou controlando a minha alimentação e com treinamento regular. Acredito que é uma necessidade, sim.

Em um primeiro momento, a prática corporal ajudou nessa relação com sua autoestima, pelo menos do ponto de vista físico. A “boa forma” (SANT’ANNA, 2001a), que era a antítese do que ele achava ser seu problema antes (*“era um excelente confiante, mas não era atraente o suficiente para elas me desejarem de outra forma”* – p. 96) parecia a solução para seus problemas de relacionamento afetivo, decorrentes da violência.

A fala de D.S. foi outra situação em que a prática de exercício físico se apresentou alinhada com esse discurso da “boa forma” e da qualidade de vida. Ela não encontrou relação com a violência nesta prática, mas a prática corporal conectada com o discurso estético (musculação) apareceu como uma necessidade, relacionada a se sentir saudável.

¹⁴ Ou seja, incluímos o relato de L.A. dentro das quatro pessoas que não estabelecem relação entre prática corporal e violência.

(D.S.)

[...] Eu esqueci de falar... eu não sei eu acho que quando eu comecei a ficar gordinha eu tinha mais ou menos uns nove anos e nessa época eu não era tão ativa assim, eu comecei a brincar na rua na idade de 11, 12 anos, e eu comia muito doce, muito mesmo, bolacha, coisas assim bem ruinzinha assim, acho que foi mais por isso, eu comia bastante doce, porcaria, eu acho que quando eu tinha 12 anos eu comecei a ficar mais ativa e praticar mais esporte e quando chega na puberdade, eu estiquei e dei uma emagrecida, eu tô gordinha.

[...] Ah não sei, eu acho que é porque eu sempre fui gordinha e eu sempre quis ser magra, bem magra, agora vai, porque um pouquinho antes eu queria ser musculosa, foi meio fútil, acho que foi a época, meio de adolescência vai. Mas minha preocupação agora é com a saúde mesmo, eu evito ao máximo comer porcaria, apesar de gostar bastante, mas por saúde menos. Eu sinto muita falta de fazer exercício físico.

Os padrões corporais de beleza (os modelos de barriga, de “bumbum”, de peito, etc.) e as práticas corporais, por mais distantes que possam parecer (pelo menos em discurso), são muito próximos, por se tratarem de dispositivos que trabalham com o corpo (GOLDENBERG, 2007). Hoje essa relação se acentuou com o desenvolvimento do mercado *fitness* e as falas de O.H. e D.S. refletem isso.

Entretanto, isso nos parece interessante. Esse discurso, aparentemente capturado, pela associação a um parâmetro de beleza questionável (*fútil*, como D.S. coloca), nos faz pensar em outra possibilidade, não tão negativa: esse corpo, por mais aprisionado em um padrão de beleza, alinhado com um status de futilidade, busca ser desejado e procura encontrar tal possibilidade na “*reconstrução*” do corpo. Do mesmo modo que o corpo que busca se enquadrar em um padrão de beleza *fitness* é visto como um capital, onde a condição do sujeito, que é corporal, como ser humano fica relegada (LE BRETON, 1994), essa busca por se sentir desejado(a) rompe com o sentimento, ligado à experiência de violência, de que o corpo que é sujo, indigno, que deve ser escondido, por causa da vergonha.

(O.H.)

[...] queria conquistar uma mulher que eu tinha como amiga [...] [que] sempre me rejeitou como um cara que poderia ser seu namorado. Depois de ser rejeitado, eu sumi. Apareci quando já estava bem “sarado”. Ela me viu e ficou espantada positivamente. Mas, novamente, me rejeitou. Se de um lado me ajudou a

compreender que posso fazer muito por mim mesmo, pelo outro lado me deu a sensação equivocada de que eu conquistaria uma mulher só porque meu corpo estava mais bonito.

Essa fala de O.H., na qual ele classificou sua atitude, de certa forma, como um equívoco, também o auxiliou. Contrastando com as situações de culpa e vergonha apresentadas no começo deste tópico, onde se esconder e, conseqüentemente, tornar o corpo menos “desejoso” era uma maneira de “evitar” a repetição da violência, aqui, por mais complicada que a situação pareça, foi apresentada uma possibilidade de enfrentamento; o corpo, por meio de uma intervenção que o tornasse desejável, dialogou com o desejo (no caso, o sexual) e gerou também uma melhora de autoestima, no sentido de acreditar mais em si mesmo (*me ajudou a compreender que posso fazer muito por mim mesmo*).

Alguns entrevistados perceberam a influência positiva das práticas corporais no contexto de violência de maneira nítida. Uma das entrevistas em que essa situação ocorreu foi a de N.Z., onde, ao ser perguntado se as práticas corporais o ajudaram a enfrentar esta situação de violência, ele responde com grande entusiasmo:

(N.Z.)

Sim, ajudaram! Muito!

E ajudam hoje em dia, me fazem ter mais disposição e não me deixa preso as coisas que um dia me chatearam - Isto é muito nítido pra mim.

[...] Não sei se hoje em dia ela me abala como outrora, mas a atividade física (principalmente a dança na qual mais gosto) me faz ter a sensação de superação, acho que deva ser isto.

[...] Sim, me tornei competitivo por causa de alguns sentimentos que deixei para trás, ou que ainda me incomodam.

Acho que a atividade física, quando feita regularmente me fazia querer fazer mais e de forma perfeita – Acho que nunca continuava por isso, pois quando não atingia as metas que desejava não me sentia útil para aquela atividade e abandonava.

Por isso que quando percebi que a atividade deixou de ser um puro prazer e se tornou competição (que automaticamente virou angústia, culpa...) parava.

Ele procura associar a prática corporal à disposição adquirida e também a uma sensação de superação, que são sensações que a Educação Física apresenta como ganhos da

prática do exercício físico (SILVA; RUBIO, 2003). Mas, ao mesmo tempo em que isso o ajudou, outros sentimentos, como uma necessidade de “evolução” constante, o atrapalhavam. A “*repuritanização dos comportamentos*”, de Courtine (1994), aqui apresentada como um “*ascetismo motor*”, é percebida aqui. Uma das explicações possíveis para este comportamento de N.Z. pode ser encontrado em uma de suas falas, quando ele traz uma situação em que quase adentrou na vida religiosa, como frade franciscano.

(N.Z.)

Também tive forte influencia religiosa, mas as coisas que aconteceram em minha infância ainda afetam meu comportamento.

Pois tenho muito medo de começar as coisas, carrego muita culpa por situações que nem sempre são de responsabilidade minha.

[...] pensei seriamente em ser frade franciscano, não o fui porque me preocupou o fato de ser filho único e deixar a minha mãe, uma das prerrogativas de quem aceita a vida religiosa.

A disciplina presente na vocação religiosa pode ser encontrada também, tão rígida, no exercício de algumas práticas corporais, como apresenta Courtine (1994) em seu artigo sobre o desenvolvimento do body-building nos EUA. Parece que a familiaridade com a disciplina no contexto religioso se transpôs para a prática corporal.

Segundo os relatos dos entrevistados, a prática corporal mostrou-se como algo relevante para pessoas que sofreram violência na infância. A fala de E.S. (p. 103) mostra o espaço da piscina como um lugar para uma exposição sem medo; ao entrar e nadar, desfrutar desse momento, o medo e a vergonha gerados pela violência cessaram. Outra situação que mostra essa relação prazerosa é encontrada na última fala de L.S. (p. 102), em que ela traz o prazer encontrado no jazz e a saudade que seu corpo tem de vivenciar essa prática novamente. Na narrativa de A.A., também observamos o prazer na prática corporal dentro do contexto de violência.

(A.A.)

Eu acho que eu tive muitos problemas pra continuar, porque eu precisava trabalhar, mas era uma coisa que eu gostava muito. Nossa, era minha alegria! Quando a gente ia pro treino de handebol, quando a gente tinha aula de educação física, pra mim era o céu. Era uma das melhores coisas... Eu adorava esse tempo. [...] Sempre foi um relaxamento pra mim.

[...] Sim, Isso me ajudava muito, porque era um momento em que eu me desligava; era o momento que eu estava lá; era o meu momento de estar aproveitando a vida; aquilo me libertava, me completava (...), aquilo me ajudava muito.

Similar à situação de E.S., o handebol era uma prática que funcionava como um mundo a parte; era um local onde o caos da existência cessava. O local em que o prazer tinha lugar. Prazer de brincar, lugar de se divertir.

Outra situação em que a prática corporal pode ser vista é no relato de A.O., (p. 82), no qual sinaliza os limites da terapia para a resolução de questões corporais. Ao falar um pouco sobre a relação entre práticas corporais e a violência, ela trouxe seu apreço pela prática, mas a dificuldade em se praticar, fora de ambientes institucionais. E trouxe contribuições relacionadas à participação em um grupo de teatro.

(A.O.)

Sempre gostei de esportes, mas sempre restrito a escola. Sempre participei ativamente das aulas de educação física.

Fora do espaço da escola as opções são poucas ou nenhuma, principalmente se você não tiver grana para pagar.

No teatro eu tive uma relação com meu corpo bem bacana, na verdade surgiu uma consciência corporal em mim.

Uma melhora percebida na relação com seu corpo foi desenvolvida na sua participação em um grupo de teatro, que lhe rendeu uma “consciência corporal”. Ao ser questionada sobre o que viria a ser isto, ela responde da seguinte maneira:

(A.O.)

Via o corpo sempre a serviço do cérebro.

Como se ele não tivesse desejo e nem pudesse me dar prazer.

E no teatro, trabalhamos muito o corpo como nossa ferramenta de trabalho.

E a partir dos jogos teatrais, comecei a perceber a existência do meu corpo e o mais importante de tudo sem ter vergonha dele ou de mostrá-lo.

Esse ponto apresentado por A.O. nos remete a uma discussão que aborda alguns desses campos em que o corpo é instrumento de saber. Melo (2005), ao distinguir Esquema Corporal (como conceito vinculado à área neurológica) e Imagem Corporal (como conceito

vinculado à Psicologia) de Consciência Corporal, traz uma associação com as práticas corporais alternativas, onde a sensação e a atenção ao corpo em movimento são as bases para se estabelecer uma relação consciente com o corpo. O próprio autor problematiza essa relação, no sentido de que nem uma ideia que enfatize aspectos neurológicos ou psicológicos, ou mesmo sensitivos, para olhar para o corpo, deem conta de sua complexidade. No final do livro de Castellani Filho, *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*, o autor, ao pensar em um conceito que aborde a corporeidade do indivíduo, mas também que tenha um teor crítico aborda a consciência corporal como:

a compreensão a respeito dos signos tatuados em seu corpo pelos aspectos sócio-culturais de momentos históricos determinados. É fazê-lo sabedor de que seu corpo sempre estará expressando o discurso hegemônico de uma época e que a compreensão do significado desse “discurso”, bem como de seus determinantes, é condição para que ele possa vir a participar do processo de construção do seu tempo e, por conseguinte, da elaboração dos signos a serem gravados em seu corpo. (CASTELLANI FILHO, 1994, p. 221).

A fala de A.O. traz aspectos interessantes sobre consciência corporal, que dialogam com o conceito de Castellani Filho (1994). Neste sentido, o comentário da entrevistada nos remete a pensar que conhecer o corpo muito mais que galgar um “*pico da hierarquia da dissociação com a captura do poder*”, é saber utilizar um número maior de instrumentos para escapar invariavelmente destas redes de poder. A.O., ao descobrir mais sobre o seu corpo, conseguiu aceitar os desejos que emanavam de seu corpo, o prazer que ele podia lhe proporcionar e se desvencilhar da vergonha de expô-lo, pois ela conseguiu o ressignificar.

As feridas que não cessaram pela terapia, como a raiva, o medo e a vergonha, só começaram a diluir pelo encontro com o corpo. Nesse contato entre o sujeito (A.O., no caso) com seu corpo, isso se apaziguou. E o final possível de sua narrativa, que coincide com o nosso, vem do encontro não forçado, mas muito prazeroso com o movimento do corpo.

(A.O.)

Sim, mudou de forma positiva.

Como falei, eu tinha raiva, medo, vergonha do meu corpo e com a atividade física em me reencontrei com ele, havia feito a terapia, mas não havia me resolvido com meu corpo.

A prática da atividade física me fez aceitar o meu corpo como ele é, me fez amá-lo.

Estou tendo um enorme prazer em descobri-lo.

Acho que é isso.

É muito...

Bom...

6 NO FIM, O COMEÇO

Neste caminhar, vivenciamos muitos desafios e aprendizados, e pudemos concluir, como possível, este trabalho. Começo assim por entender que este é o fim de um ciclo e que outros serão iniciados, pois essa pesquisa contribui na apresentação de pontos de partida.

Os resultados que obtivemos sinalizam a violência intrafamiliar foi pouco denunciada e que os entrevistados encontraram pequeno apoio na família e na escola. A violência, quando intrafamiliar, ocorreu sob um pacto de silêncio, mantido pelo medo, pela vergonha e pela culpa. A violência foi sentida como algo injusto e o corpo percebido como sujo e motivo de vergonha. E a prática corporal foi associada a sentimentos de prazer, melhora da autoestima e liberdade.

A violência sexual, relatada pelos entrevistados, apresentou diferentes dimensões (psíquicas, sociais, físicas, culturais) e também foi *experienciada* no corpo (até porque o sujeito é o corpo em questão). Nos relatos observa-se ainda que, a partir do movimento, existe, também, diálogo com o corpo. Do mesmo modo que sabemos a importância da psicoterapia para uma pessoa que passou por essa situação, sabemos que questões corporais não se resolvem somente pela dimensão psicológica; o movimento é também um momento de autoconhecimento, de empoderamento e reflexão e a prática corporal é cheia de significados e sentidos. Essa relação pode ser vista em seis entrevistas, nas quais as pessoas fizeram a relação entre a influência da prática corporal na maneira de lidar com esse trauma da violência sexual (Ver quadro 2 – p. 77). Interessante notar que todos os(as) entrevistados(as) que não a acharam relevante para superar esta situação de violência, encontraram apoio em suas famílias.

Isto nos faz ver nosso trabalho como um convite para pensar em outras possibilidades, já que um corpo não se resume a estruturas psicológicas. Parafraseando Pascal, *o corpo tem razões que a própria razão desconhece*. Percebemos, pelo que ouvimos nas entrevistas, a importância que a prática corporal tem nestas *razões* do corpo, que são também razões do sujeito como um todo. Não se trata aqui de uma leitura binária ou da oposição entre prática corporal e psicologia. O que apontamos é que leituras interdisciplinares do corpo e da própria violência sexual poderiam colaborar com os sujeitos que sofreram violência.

Como já colocamos, nossos entrevistados não tiveram acesso a programas de apoio estruturados (isso ocorreu em somente um caso, onde a violência foi cometida por um desconhecido), mas, com frequência, observamos o relato de acesso a consultas médicas e psicoterapia. Neste caso, tem-se o corpo concebido como elemento doente, que precisa ser tratado, e o corpo narrado na sua dimensão psicológica.

A psicoterapia como fonte de apoio aparece como importante para os entrevistados, ao mesmo tempo em que apresenta suas limitações. Com base nos relatos, a pista que aqui examinamos, e nos parece pertinente considerá-la como relevante, é que a prática corporal pode compor este quadro de apoio e fomentar/fortalecer a resistência dos sujeitos que sofrem violência, por dialogar com elementos não trabalhados nas outras frentes de atuação.

Neste cenário, porém, configura-se outro desafio para o qual também estamos atentos. A Educação Física, campo de saber com maior hegemonia sobre o movimento corporal, tem forte tendência ao controle e sujeição, o que eventualmente pode ser um problema para pessoas que tenham passado por uma violência sexual. Entretanto, Foucault (1979) nos faz pensar que os processos de sujeição, de controle, de docilidade e de educação se dão por políticas ou estratégias do mesmo jeito que as possibilidades de resistência; assim, o corpo que aprende a obedecer por meio de inúmeros processos também aprende a ser criativo e resistir; ele sabe se manifestar contra o poder (FOUCAULT, 1979). O simples fato de algo poder se caracterizar como elemento de disciplinamento e controle não exclui possibilidades de direcionamentos inesperados, libertadores, como visto em muitas situações apresentadas na análise. Situações em que essas oscilações entre resistência e captura ocorrem estão presentes nas falas de alguns entrevistados, onde, apesar das práticas corporais realizadas pelos entrevistados terem um objetivo estético e performático, essas práticas os auxiliavam na melhora de sua autoestima, em lidarem com seus desejos e de se sentirem desejados, e na busca pela superação da situação, mesmo que momentânea.

Essa oscilação entre resistência e captura presentes no corpo, apresentada em Michel Foucault (1979), ou em Sant'Anna (2001a), quando a autora problematiza que as ideias de livre expressão corporal, associadas a lutas de emancipação social, também ficam engendradas em discursos desenvolvidos pelo mercado, ocorreram nas práticas corporais apresentadas pelos entrevistados. Apesar delas apresentarem os sentidos descritos no parágrafo anterior, elas também capturavam os entrevistados em modelos estéticos e de performance apresentados pelo discurso da “boa forma”, que Sant'Anna (2001a) apresenta.

Além dessas veredas de poder oscilantes em que se encontrava a prática corporal, os entrevistados colocaram-na em suas histórias como uma possibilidade resistência ao aprisionamento pelo medo, pela vergonha e pela culpa, como na fala de L.S., em que a trilha que necessita de superação, encerra-se na cachoeira, que traz a sensação de liberdade; a *sujeira* esvai do corpo no contato com a queda d'água da natureza¹⁵.

Outro fato que desperta atenção é de que muitos dos entrevistados realizavam suas práticas corporais na escola, nas aulas de Educação Física. Considerando o silenciamento e a dificuldade de apoio em situações de violência intrafamiliar, percebemos a necessidade de preparar a escola como um desses locais de amparo. Essa relação positiva encontrada entre as práticas corporais e o enfrentamento aos traumas da violência nos estimula a pensar na aula de Educação Física como um espaço para prevenção e enfrentamento da violência.

Fechamos com a vontade de ter feito mais e a perspectiva de avançar, elaborando intervenções e grupos de trabalhos com crianças, jovens e pessoas de todas as idades que sofreram violência. As histórias compartilhadas pelos entrevistados trazem um cenário de dor e desafio, que muitas vezes nos deixaram em silêncio, com olhos marejados, pensando no desamparo que foi vivido. As pessoas que hoje são jovens e adultas trazem ainda consigo a marca deste momento que foi difícil em suas trajetórias.

Sentimo-nos privilegiados, pois fomos depositários da confiança de pessoas que relataram que a violência teve como sentido justamente excluir ou diminuir sua capacidade de confiar. A maioria dos entrevistados/das relatou que teve interesse em participar do estudo para tentar contribuir com outras pessoas, diminuir o sofrimento destas.

Esta é também a nossa perspectiva. Com os relatos que aqui observamos, algumas questões se apresentam, como a necessidade de políticas públicas mais consistentes para lidar com a violência sexual e o fortalecimento do trabalho de rede (envolvendo, por exemplo, escolas e serviços de saúde). Precisamos fomentar políticas sociais que olhem para as famílias e ampliar a visibilidade da temática da violência sexual e dos caminhos de enfrentamento. E a prática corporal é uma das peças que se insere no mosaico mais amplo do combate à violência sexual.

Sinalizamos que precisamos abordar as dimensões micro e macro estruturais ligadas a este tema. A pista que deixamos é que a prática corporal pode ser um elemento relevante no desenho de ações de apoio para pessoas que sofreram e sofrem violência sexual.

¹⁵ A água aparece no relato de L.S. sobre a cachoeira e no relato de E.S. sobre a piscina. Esta reflexão é muito interessante porque a água é elemento de prazer e limpeza, dois componentes diametralmente opostos dos sentidos atribuídos à violência (desprazer e sujeira).

Procuramos, aqui, ser um começo. O começo de uma possibilidade de alívio da cansaça da existência humana. E essas vozes que ouvimos neste estudo parecem mostrar que essa possibilidade existe.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. L. N. **Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Fiocruz, 2011.

ALMEIDA, A. J. M.; SUASSUNA, D. M. F. A. Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos jogos dos povos indígenas. **Movimento**, 16(4), pp. 53-71, 2010.

ALTMANN, H. Genre et mixité: défis pour l'éducation physique au Brésil. **Tréma** [En ligne], 32, 2010.

ALVES, R. **Filosofia da Ciência**. São Paulo-SP: Ars Poetica, 1996.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Revista de Psicologia Reflexão e Crítica**, 11(3), pp. 546-555, 1998.

ARAÚJO, M.F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, 7(2), pp. 3-11, 2002.

AZAMBUJA, M. R. F. **Violência Sexual Intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Revista Virtual Textos & Contextos, 1(5), pp. 1-19, 2006.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica: o castigo dos cacós quebrados**. Módulo 1 A/B – 2 A/B, São Paulo-SP: LACRI, 2001.

BARSOTTINI, D. **A influência francesa na estruturação da Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo (1906-1932)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação Física, Universidade São Judas Tadeu, 2011.

BERTHERAT, T. **O Corpo tem suas razões: antiginástica e consciência de si**. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1977.

BETTI, M. Educação Física. In: GONZÁLEZ, F. J.; FERNSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo-SP: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1994. Edição Corrigida e Revisada Fiel ao Texto Original.

BICALHO, P. P. G. et. al. Os direitos sexuais e o enfrentamento da violência sexual. **Psicologia Clínica**, 24(1), pp. 33-43, 2012.

BIELEMANN, R. M.; KNUTH, A. G.; HALLAL, P. C. Atividade física e redução de custos por doenças crônicas ao Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, 15(1), pp. 9-14, 2010.

BOYNTON-JARRETT, R. et. al. Chil and Adolescent Abuse in Relation to Obesity in Adulthood: The Black Women's Health Study. **Pediatrics**, 130(2), pp. 245-255, 2012.

BRACHT, V. Educação Física: a busca pela autonomia pedagógica. **Revista da Fundação de Esporte e Turismo**, 1(2), pp. 12-19, 1989.

BRACKENRIDGE, C. H.; KIRBY, S. Playing safe: assessing the risk of sexual abuse to the elite child athletes. **International Review for the Sociology of Sport**, 32(4) pp. 407-418, 1997.

_____. Protecting athletes from sexual abuse in sport: how theory can improve practice. In: R. Lidor & M. Bar-Eli (Eds). **Sport Psychology: linking theory and practice**. Morgantown, W. V.: Fitness Information Technology, 1999.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto-Lei nº 2848 – de 07 de dezembro de 1940 – DOU de 31/12/1940 – Código Penal**. Brasília.

Acessado em 04 de outubro de 2014a.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

_____. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Dados Criminais**. Brasília.

Acessado em 04 de outubro de 2014b.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

_____. **Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Benedito Rodrigues dos Santos et. al., Rita Ippolito: coordenação técnica. 2ª edição. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

CALVET DE MAGALHÃES, T. Violência e/ou Política. In: PASSOS, I. C. F. **Poder, normalização e violência – incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2008.

CAMBRI, L. T.; SANTOS, D. L. Influência dos exercícios resistidos com pesos em diabéticos tipo 2. **Motriz**, 12(1), pp. 33-41, 2006.

CARVALHO, Y. M. Promoção da saúde, práticas corporais e Atenção Básica. **Revista Brasileira de Saúde da Família**, pp. 33-45, 2006.

CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSON, G. M. Physical activity, exercise and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public Health Reports**, 100(2), pp. 126-131, 1985.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 4ª edição. Campinas-SP: Papirus, 1994.

CHAUÍ, M. Contra a violência. **Portal do PT – 2 de abril**, 2007.

CHEVALIER, P. O cristianismo como confissão em Michel Foucault. In: CANDIOTTO, C. e SOUZA, P. de. (Org.). **Foucault e o cristianismo**. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2012.

CHILDHOOD BRASIL. **Depoimento Sem Medo (?)**. Culturas e práticas não-revitimizantes. Uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes. Childhood Brasil (Instituto WCF–Brasil), 2008.

CIOLAC, E. G.; GUIMARÃES, G. V. Exercício físico e síndrome metabólica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, 10(4), pp. 319-324, 2004.

COHEN, C.; GOBBETTI, G. J. **O Incesto: o abuso sexual intrafamiliar**.

Acessado em 04 de outubro de 2014.

<http://www.usp.br/cearas/ARTIGOS/oIncestoOabusoSexualIntrafamiliar.htm>

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo-SP: Cortez, 1992.

COSTA, R. A.; SOARES, H. L. R.; TEIXEIRA, J. A. C. Benefícios da atividade física e do exercício na depressão. **Revista do Departamento de Psicologia**, 19(1), pp. 269-276, 2007.

COURTINE, J. J. Os Stakanovistas do narcisismo. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). **Políticas do Corpo**. São Paulo-SP: Estação Liberdade, 1994.

DESLANDES, S. F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Caderno de Saúde Pública**, 10(1), pp. 177-187, 1994.

DESLANDES, S. F.; PAIXÃO, A. C. W. Humanização da assistência às vítimas de abuso sexual infantil: retomando o debate sobre a relação médico-paciente. In: DESLANDES, S. F. (Org.). **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Fiocruz, 2006.

DIAS, C. A Igreja, o Estado e a bola: história do esporte entre os índios do Brasil central. **Pensar a Prática**, 15(1), pp. 148-175, 2012.

FASTING, K.; BRACKENRIDGE, C. H.; KJØLBERG, G. Using court reports to enhance knowledge of sexual abuse in sport: a Norwegian case study. **Scandinavian Sport Studies Forum**, 4, pp. 49-67, 2013.

FASTING, K.; BRACKENRIDGE, C. H.; SUNDGOT-BORGEN, J. Prevalence of sexual harassment among Norwegian female elite athletes in relation to sport type. **International Review for the Sociology of Sport**, 39(4), pp. 373-386, 2004.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu** (26), pp. 201-223, 2006.

FISCHLER, C. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo-SP: Estação Liberdade, 1994.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre-RS: Bookman, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro-RJ: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro-RJ: Edições Graal, 1979.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 41ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

FRANÇA JÚNIOR, I. Abuso sexual na infância: compreensão a partir da epidemiologia e dos Direitos Humanos. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, 7(12), pp. 23-38, 2003.

GALLO, S. **Deleuze & a Educação**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2003.

GÉLIS, J. O corpo, a igreja e o sagrado. In: VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo – I: Da Renascença às Luzes**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

GOBBETTI, G. J.; COHEN, C. Saúde mental e Justiça: o atendimento a famílias incestuosas. In: VASCONCELOS, M. G. O. M.; MALLAK, L. S. (Org.). **Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar**. Carapicuíba-SP: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.

GOIA, M. Modos e modas de Ipanema. In: GOLDENBERG, M. (Org.). **O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira**. Barueri-SP: Estação das Letras e Cores, 2007.

GOLDENBERG, M. (Org.). **O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira**. Barueri-SP: Estação das Letras e Cores, 2007.

GONÇALVES, A. Qualidade de Vida. In: GONZÁLEZ, F. J.; FERNSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

GONÇALVES, A.; BASSO, A. C. Atividade Física. In: GONZÁLEZ, F. J.; FERNSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo-SP: Cortez, 1998.

HABIGZANG, L. F. et. al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 21(3), pp. 341-348, 2005.

LAZZAROTTI FILHO, A. et. al. O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. **Movimento**, 16(1), pp. 11-29, 2010.

LE BRETON, D. A Síndrome do Frankenstein. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo-SP: Estação Liberdade, 1994.

LEME, J. L. C. A desrazão, a confissão e a profundidade do homem europeu. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. de. (Org.). **Foucault e o cristianismo**. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2012.

LEWIS, C. S. **Cristianismo puro e simples**. São Paulo-SP: ABU Editora, 1979.

_____. **O problema do sofrimento**. São Paulo-SP: Editora Mundo Cristão, 1983.

LOSCIUTO, L. Questionários e entrevistas. In: KIDDER, L. H. (Org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo-SP: EPU, 1987.

LOVISOLO, H. Da educação física escolar: intelecto, emoção e corpo. **Motriz**, 8(3), pp. 99-103, 2002.

MACHADO, J. A. **La globalización (des)controlada: crisis globales, desajustes económicos e impactos locales**. 2ª edição. São Paulo-SP: Tendenz; Bauru-SP: Praxis, 2003.

MANICKI, A. Técnicas de si e subjetivação no cristianismo primitivo: uma leitura do curso *Do governo dos vivos*. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. de. (Org.). **Foucault e o cristianismo**. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2012.

MARCHI JR, W. Desporto. In: GONZÁLEZ, F. J.; FERNSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

MATSUDO, V. K. R.; MATSUDO, S. M. M. Atividade física no tratamento da obesidade. **Einstein**, 4(1), pp. 29-43, 2006.

MATTHIESEN, S. Q. Práticas Corporais Alternativas. In: GONZÁLEZ, F. J.; FERNSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

MCGRATH, A. **Teologia para amadores**. São Paulo-SP: Mundo Cristão, 2008.

MELO, J. P. Esquema Corporal. In: GONZÁLEZ, F. J.; FERNSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**, 10(1), pp. 7-18, 1994.

MORAES, R. S. Diretriz da reabilitação cardíaca. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, 84(5), pp. 431-440, 2005.

NEUMANN, M. M. Esboços críticos sobre violência sexual: dominação e sexualidade. In: VASCONCELOS, M. G. O. M.; MALLAK, L. S. (Org.). **Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar**. Carapicuíba-SP: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.

OLIVEIRA, V. M. **O que é Educação Física**. São Paulo-SP: Brasiliense, 2004.

PAIVA, A. C. S. et. al. Dança e envelhecimento: uma parceria em movimento! **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, 15(1), pp. 70-72, 2010.

PAIXÃO, A. C. W.; DESLANDES, S. F. Abuso Sexual Infanto-Juvenil: ações municipais da Saúde para a garantia do atendimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(10), pp. 4189-4198, 2011.

PASSOS, I. C. F. Violência e Relações de Poder. **Revista de Medicina de Minas Gerais**, 20(2), pp. 234-241, 2010.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, 81(5), 197-204, 2005.

PIRES, G. L. Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte. **Revista da Educação Física**, 9(1), pp. 25-34, 1998.

POLANCZIK, G. V. et. al. Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, 37(1), pp. 8-14, 2003.

RAPE, ABUSE AND INCEST NATIONAL NETWORK (RAINN). **The Offenders**. Acessado em 04 de outubro de 2014a.

<http://www.rainn.org/get-information/statistics/sexual-assault-offenders>

_____. **Who are the victims?**

Acessado em 04 de outubro de 2014b.

<http://www.rainn.org/get-information/statistics/sexual-assault-victims>

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M. G. C.; REIS, J. N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Caderno de Saúde Pública**, 20(2), pp. 456-464, 2004.

ROMERO, P. **Decepcionados com a graça: esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal**. São Paulo-SP: Editora Mundo Cristão, 2005.

SABIA, R. V.; SANTOS, J. E.; RIBEIRO, R. P. P. Efeito da atividade física associada à orientação alimentar em adolescentes obesos: comparação entre o exercício aeróbio e anaeróbio. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, 10(5), pp. 349-355, 2004.

SADIGURSKY, C. A. **Vitimização sexual em crianças e adolescentes: os profissionais e os aspectos legais**. Salvador-BA: EDUFBA, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do macho**. São Paulo-SP: Moderna, 1987.

SANT'ANNA, D. B. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea**. São Paulo-SP: Estação Liberdade, 2001a.

_____. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, C. L. (Org.). **Corpo e história**. Campinas-SP: Autores Associados, 2001b.

_____. Embelezamento Feminino no Brasil. In: _____ (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo-SP: Estação Liberdade, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 21ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2011.

SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. **Dados estatísticos do Estado de São Paulo**. São Paulo.

Acessado em 04 de outubro de 2014.

<http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/Pesquisa.aspx>

SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, 24(61), pp. 51-61, 2011.

_____. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, 1(1), pp. 89-103, 2009.

SCHMITT, J. C. A moral dos gestos. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo-SP: Estação Liberdade, 1994.

SHAKESPEARE, W. **O mercador de Veneza**. 11ª edição. São Paulo-SP: Editora Martin Claret, 2006.

SIBILIA, P. Etéreas prisões do corpo – da alma (analógica) à informação (digital). In: QUEIROZ, A.; CRUZ, N. V. (Org.). **Foucault hoje?** Rio de Janeiro-RJ: 7Letras, 2007.

SIGOLI, M. A.; DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, 12(2), pp. 111-119, 2004.

SILVA, M. L.; RUBIO, K. Superação no esporte: limites individuais ou sociais? **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, 3(3), pp. 69-76, 2003.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2002.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 1994.

_____. Métodos Ginásticos. In: GONZÁLEZ, F. J.; FERNSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005.

_____. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2008.

SÓFOCLES. **Édipo Rei / Antígona**. São Paulo-SP: Editora Martin Claret, 2005.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro-RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2004.

TAVARES, O. Jogos Olímpicos. In: GONZÁLEZ, F. J.; FERNSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005a.

_____. Olimpismo. In: GONZÁLEZ, F. J.; FERNSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005b.

TEIXEIRA, M. L. T. A Produção da violência e a ética da responsabilidade. In: GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. (Org.). **Terapia comunitária: saúde, educação e políticas públicas**. São Paulo-SP: Casa do Psicólogo: ABRATECOM – Associação Brasileira de Terapia Comunitária, 2007.

TORRES, J. H. R. Dignidade sexual e proteção no sistema penal. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. 21(2), pp. 7-10, 2011.

UNITED KINGDOM. **An overview of sexual offending in England and Wales**. Ministry of Justice, Home Office & the Office for National Statistics, 2013.

VIANNA, A. P. O Futebol como meio para o processo de construção da cidadania. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária de Belo Horizonte**. Belo Horizonte-MG, pp. 12-15, 2004.

VIGARELLO, G. A invenção da ginástica no século XIX: movimentos novos, corpos novos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 25(1), pp. 9-20, 2003.

_____. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.

VIGARELLO G.; HOLT, R. O corpo trabalhado – ginastas e esportistas no século XIX. In: CORBIN, A. (Org.). **História do corpo – II: da Revolução à Grande Guerra**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

WATSON, N. J.; WEIR, S.; FRIEND, S. The development of Muscular Christianity in Victorian Britain and beyond. **Journal of Religion and Society**, 7, pp. 1-21, 2005.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo-SP: Editora Martin Claret, 2001.

_____. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo-SP: Editora Martin Claret, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **A guide for population-based approaches to increasing levels of physical activity: implementation of the WHO global strategy on diet, physical activity and health.** Geneva: 2007.

_____. **Global recommendations on physical activity for health.** Geneva: 2011.

_____. **Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence.** Geneva: 2003.

_____. **Sexual violence – understanding and addressing violence against women.** Geneva, 2012.

_____. **Violence.**

Acessado em 04 de outubro de 2014.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

XAVIER FILHA, C. Violência sexual contra crianças: ações e omissões nas/das instituições educativas. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). **Sexualidades, gêneros e diferenças na educação das infâncias.** Campo Grande-MS: Editora UFMS, 2012.

APÊNDICE I

Carta para participação na pesquisa

Olá,

Meu nome é Alexandre Polac, faço mestrado no Programa de Mudança Social e Participação Política (EACH-USP), com orientação da Profa. Dra. Elizabete Franco Cruz.

Desenvolvo uma pesquisa com o objetivo de compreender o que as pessoas, que tem uma trajetória de vida na qual ocorreu violência sexual, pensam sobre o corpo e as práticas corporais.

Para fazer a pesquisa buscamos pessoas adultas (com idade igual ou superior a 18 anos), que sofreram violência sexual na infância e juventude (até os 18 anos de idade), e que concordem em, voluntariamente, conceder uma entrevista falando sobre esta temática.

O que fazemos é um pedido de auxílio às pessoas que se sentem em condições emocionais de fazer o relato da própria vivência. Sua experiência é muito importante, pois, além do número escasso de pesquisas dentro desta temática (práticas corporais x violência sexual), a importância do corpo e das práticas corporais nesse contexto nos parece significativa, e entender melhor este cenário pode subsidiar o desenvolvimento de projetos e de políticas públicas voltadas para o cuidado de pessoas que enfrentaram ou venham a enfrentar a difícil situação da violência sexual.

Sabemos da delicadeza do tema e de que muitas vezes é difícil falar sobre os acontecimentos que trazem lembranças desse evento traumático.

Lembramos que o anonimato é garantido, que a participação pode ser interrompida a qualquer momento e que este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade.

As entrevistas serão realizadas online visando maior facilidade de acesso e menor exposição dos(as) entrevistados(as).

Desde já agradecemos a participação e também a divulgação para pessoas que eventualmente possam ser entrevistadas.

Caso você tenha disponibilidade e sinta-se confortável para conceder uma entrevista, ou queira maiores informações, por favor, entre em contato pelo e-mail:

alefpolac@yahoo.com.br

Atenciosamente,

Alexandre Ferreira Lapa Polac

Professor de Educação Física e mestrando no Programa de Mudança Social e Participação Política (EACH-USP).

APÊNDICE II

Roteiro das entrevistas

INFORMAÇÕES PESSOAIS

- Dados Gerais (nome, idade, escolaridade, profissão).
- Moradia (com quem mora, onde mora).
- O que gosta de fazer?
- Gosta de praticar esportes?
- Praticava esportes ou outro tipo de atividade? Era bom?

SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

- O que entende por violência sexual?
- Quando sofreu a violência (período em que aconteceu, quantos anos tinha)?
- Como foi(foram) a(s) experiência(s)?

APÓS A VIOLÊNCIA

- Como lidou com o caso?
- O que mudou na sua vida depois desse fato?
- Como foi se relacionar com outras pessoas após o ocorrido?
- Quais pessoas prestaram auxílio e apoio?

ASSISTÊNCIA EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA

- Se houve denúncia, como foi a assistência prestada?
- Quais eram as atividades propostas na assistência? Era proposta alguma atividade física? Se sim, qual? E como foi?
- Como eram trabalhadas as questões corporais dentro da instituição?

PRÁTICAS CORPORAIS

- Você fez alguma atividade física fora da instituição? Como foi?
- A atividade física gerou alguma mudança na forma de você encarar o ocorrido, negativa ou positivamente?

APÊNDICE III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante:

Meu nome é Alexandre Ferreira Lapa Polac e sou aluno do Programa de Mestrado de Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP (EACH). Estou realizando uma pesquisa com o objetivo de compreender qual o significado do corpo e das práticas corporais na trajetória de mulheres e homens que sofreram violência sexual na infância e na juventude.

Sua participação envolve conceder uma entrevista por meio da internet. Sua participação nesse estudo é voluntária e se o(a) Sr(a). decidir não participar ou quiser desistir em qualquer momento desta entrevista, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Essa pesquisa apresenta riscos mínimos, como despertar sentimentos tristes ligados à memória do(a) entrevistado(a). Caso seja necessário, o pesquisador poderá oferecer suporte para essa situação.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, a sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

A participação nesta pesquisa não traz benefícios diretos aos/às entrevistado(a)s. Os benefícios indiretos são a contribuição para a maior compreensão do fenômeno estudado, a reflexão sobre os resultados trazidos pela pesquisa e as novas possibilidades de pesquisa trazidas por este projeto.

Este termo de consentimento é apresentado em duas vias; uma delas fica com o pesquisador e outra é entregue para o/a entrevistado(a).

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador através do telefone 99875-5865 ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EACH, localizado na Rua Arlindo Bettio, nº 1000, sala T14-II – Ermelino Matarazzo – telefone 3091-1046. E-mail: cep-each@usp.br

Aceito participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia do termo de consentimento.

Nome do participante

Local e data

Alexandre Ferreira Lapa Polac (RG 28.498.348-2)